

# ILHA

Revista de Antropologia

Florianópolis, volume 25, número 3  
Setembro de 2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

**ILHA – Revista de Antropologia**, publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina.



**Universidade Federal de Santa Catarina**

**Reitor:** Prof. Dr. Irineu Manoel de Souza

**Diretor do Centro de Filosofia e Ciências Humanas:** Prof. Dr. Alex Degan

**Coordenadora do PPGAS:** Profa. Viviane Vedana

**Coordenação Editorial** Viviane Vedana

**Editores** Viviane Vedana, Vânia Zikan Cardoso e Bruno Reinhardt

**Conselho Editorial** Alberto Groisman, Alicia Norma Gonzalez de Castells, Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Bruno Mafra Ney Reinhardt, Carmen Silvia Rial, Edviges Marta Ioris, Esther Jean Langdon, Evelyn Martina Schuler Zea, Gabriel Coutinho Barbosa, Ilka Boaventura Leite, Jeremy Paul Jean Loup Deturche, José Antonio Kelly Luciani, Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, María Eugenia Domínguez, Maria Regina Lisboa, Márnio Teixeira-Pinto, Miriam Hartung, Miriam Pillar Grossi, Oscar Calavia Saez, Rafael José de Menezes Bastos, Rafael Victorino Devos, Scott Correll Head, Sônia Weidner Maluf, Theophilos Rifiotis, Vânia Zikán Cardoso e Viviane Vedana.

**Conselho Consultivo** BozidarJezek, Universidade de Liubidjana, Eslovênia; Claudia Fonseca, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Cristiana Bastos, Universidade de Lisboa, Portugal; David Guss, Universidade de Tufts, Estados Unidos; Fernando Giobalina Brumana, Universidade de Cádiz, Espanha; Joanna Overing, Universidade de St. Andrews, Escócia; Manuel Gutiérrez Estévez, Universidade Complutense de Madrid, Espanha; Mariza Peirano, Universidade de Brasília; Soheila Shahshahani, Shahid Beheshti University, Irã.

**Projeto gráfico e Diagramação** Annye Cristiny Tessaro (Koru Editorial)

**Revisão de Português e normalização da ABNT** Patricia Regina da Costa

**Ilustração da capa:** Maria Carolina Lins Brandão (Lola)

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária

Ilha – Revista de Antropologia / Universidade Federal de Santa Catarina.  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. v. 25, número 3, 2023.  
Florianópolis: UFSC/ PPGAS, 2023 – 121 p.

ISSNe 2175-8034

1. Antropologia 2. Periódico 1. Universidade Federal de Santa Catarina

Solicita-se permuta/Exchange desired

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

Toda correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial da Revista Ilha  
Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH  
Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Universitário – Trindade  
88040-970 – Florianópolis – SC – Brasil  
Fone/fax: (48) 3721-9714  
E-mail: ilha.revista@gmail.com

Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha>

*Copyright:* A *ILHA – Revista de Antropologia* está licenciada sob a Licença Creative Commons CC BY-NC-SA 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Financiamento



## Editorial

Prezadas Leitoras e Prezados Leitores,

Chegamos ao mais recente número da *Ilha – Revista de Antropologia* de 2023. Neste ano, pudemos observar a consolidação da mudança que decidimos empreender em 2021 ao aumentar a publicação de dois para três números anuais. Estamos agora na fase de estudos para novas mudanças, objetivando agilizar a publicação dos textos submetidos à revista, com a publicação em fluxo contínuo, sem a necessidade de fechar um número do periódico para a disponibilização dos artigos para os leitores. A publicação em fluxo contínuo já vem sendo adotada por diversas revistas importantes de nossa área e nos parece um movimento importante para leitores e autores. Acreditamos que a combinação entre a publicação em fluxo contínuo e a organização de dossiês, uma das características de nossa revista, pode contemplar a diversidade de debates que a *Revista Ilha* tem disponibilizado a seu público.

Neste novo número, essa variedade de temáticas se expressa nos artigos publicados. Abrimos a revista com o texto “Corpos Bombados e Desviantes? Anabolizantes e Moralidades na Musculação”, de Alan Camargo Silva e Jaqueline Ferreira. O texto nos apresenta uma etnografia em academia carioca e o consumo de anabolizantes por seus frequentadores. Os autores buscam analisar a relação entre normalidade e desvio referentes ao uso dessas substâncias e quais as práticas e políticas possíveis de saúde pública em contextos como este. Em seguida, temos o texto de Matheus Henrique Pereira da Silva “Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos da Amazônia Marajoara”, que nos conduz a refletir sobre a introdução do gado nessa região amazônica e seus efeitos ferais. O autor nos conta três histórias das perturbações causadas nessa paisagem pela criação de gado e seus reflexos em termos de alterações ecológicas irreversíveis. Já o texto “A Entrada do Pânico no DSM-III e sua *Performance* a partir da Imipramina”, de Giovanna Paccillo dos Santos, reflete sobre o transtorno de pânico em termos históricos e em diálogo com a psiquiatria. Essa reflexão considera a ação do medicamento imipramina nesse contexto e os experimentos feitos com e a partir desse fármaco. Jeniffer Hübner e José Marcos Froehlich nos convidam a pensar sobre utopia em tempos de antropoceno com o artigo “Os Sentidos Utópicos no Antropoceno: comunidades e micropolíticas de resistência”. Baseados na concepção de micropolíticas de resistência, de Félix Guatarri, eles analisam formas de fazer face à dominação, sem necessariamente a construção imaginária de um mundo ideal por vir, mas sim indicando vivências alternativas e futuros sustentáveis a partir de possibilidades outras do que as lutas por transformações

estruturais. No texto de Mário Pereira Borba, “Posso falar?: perspectivas em torno do uso de Ritalina em contexto escolar”, conhecemos o ponto de vista de professores, estudantes e responsáveis sobre a ritalina, um medicamento que tem sido amplamente utilizado para tratamento do transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, conhecido como TDAH. O autor nos leva para o cotidiano da escola e para as relações entre comportamento e atenção que estão presentes nesse contexto. Finalmente, encerrando essa parte da revista, temos, mais que um artigo, uma homenagem de Rafael de Menezes Bastos a Pedro Agostinho da Silva. Rafael Bastos, a partir de sua experiência com o referido antropólogo, nos narra os pormenores de sua trajetória, num tom de reconhecimento e de afeto.

Este número conta ainda com uma resenha elaborada por Ana Cláudia Knihis de Camargo sobre o livro “*Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika*”, organizado por Parry Scott, Luciana Lira e Silvana Matos. O debate antropológico sobre a epidemia do Zika tem apontado para discussões fundamentais sobre cuidado, gestão em saúde e políticas de atenção à saúde. A resenha apresenta um ótimo apanhado da coletânea e dos diferentes textos que a compõem.

Como já é de costume de nossa revista, publicamos também uma tradução, desta vez da entrevista “Ficando com o problema” com Donna Haraway, importante referência para a antropologia contemporânea.

A *Ilha – Revista de Antropologia* é uma publicação que reúne artigos inéditos, resenhas, traduções, ensaios bibliográficos e dossiês temáticos que contribuam para o debate contemporâneo no campo da antropologia. Temos seguido nosso compromisso de divulgação da pesquisa científica no âmbito da antropologia, primando pela seriedade e pelo rigor na produção desse conhecimento. A *Revista Ilha*, seguindo a tendência contemporânea, passou a ser publicada exclusivamente *on-line*, sendo esta uma forma mais ágil e sustentável para a ampla divulgação de nossa produção.

Desejamos a todos e a todas boas leituras!

*Viviane Vedana*

Editora

# SUMÁRIO

## ARTIGOS

<b>Corpos Bombados e Desviantes? Anabolizantes e Moralidades na Musculação.....</b>	<b>6</b>
---	----------

*Alan Camargo Silva e Jaqueline Ferreira*

<b>Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara.....</b>	<b>23</b>
---	-----------

*Matheus Henrique Pereira da Silva*

<b>A Entrada do Pânico no DSM-III e sua Performance a partir da Imipramina ....</b>	<b>43</b>
---	-----------

*Giovanna Paccillo dos Santos*

<b>Os Sentidos Utópicos no Antropoceno: comunidades e micropolíticas de resistência.....</b>	<b>63</b>
--	-----------

*Jeniffer Hübner e José Marcos Froehlich*

<b>“Posso falar?”: perspectivas em torno do uso de Ritalina em contexto escolar</b>	<b>80</b>
---	-----------

*Mario Pereira Borba*

<b>Pedro Agostinho da Silva: uma homenagem.....</b>	<b>100</b>
---	------------

*Rafael José de Menezes Bastos*

## TRADUÇÃO

<b>Ficando com o Problema – Entrevista com Donna Haraway .....</b>	<b>107</b>
--	------------

*Rick Dolphijn, Caroline Spitzner e Scott Correll Head*

## RESENHA

<b>SCOTT, Parry; LIRA, Luciana; MATOS, Silvana. (org.). Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika .....</b>	<b>116</b>
---	------------

*Ana Claudia Knih de Camargo*

# Corpos Bombados e Desviantes? Anabolizantes e Moralidades na Musculação

Alan Camargo Silva<sup>1</sup>  
Jaqueline Ferreira<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

## Resumo

Fundamentado pelos pressupostos teórico-metodológicos da Sociologia do Desvio, o presente estudo teve como objetivo compreender as lógicas do consumo de anabolizantes na musculação de uma academia de ginástica situada em um bairro popular carioca. Trata-se de uma etnografia em um estabelecimento à margem de uma favela carioca durante um ano entre 2012 e 2013. Os achados da presente pesquisa apontaram que o consumo de anabolizantes pelos frequentadores era geralmente naturalizado, mas visto como ato desviante a depender das situações e dos grupos sociais que compartilhavam esses produtos. Conclui-se que a teoria do desvio contribui para o entendimento dos usos de tais substâncias pela ótica sociocultural local e não somente do ponto de vista legal ou da racionalidade biomédica, potencializando, assim, discussões de dados fundamentais para a intervenção profissional nesses estabelecimentos ou para programas e políticas públicas de saúde pública sobre drogas e medicamentos.

**Palavras-chave:** Anabolizantes. Medicamentos. Drogas. Academias de Ginástica. Etnografia.

# Pumped and Deviant Bodies? Anabolic Steroids and Moralities in Bodybuilding

## Abstract

Based on the theoretical-methodological assumptions of the Sociology of Deviation, this study aimed to understand the logics of the consumption of anabolic steroids in bodybuilding in a gym located in a popular neighborhood in the city of Rio de Janeiro. This is an ethnography set on the margins of a shantytown during a year between 2012-2013. The findings of the present research showed that the consumption of anabolic steroids by patrons was generally naturalized, but seen as a deviant act depending on the situations and social groups that shared these products. It is concluded that the deviation theory contributes to the understanding of the uses of such substances from the local sociocultural perspective and not only from a legal point of view or biomedical rationality, thus enhancing discussions of fundamental data for professional intervention in these fitness centers or for public health programs and public policies on drugs and medicines.

**Keywords:** Anabolic Agents. Medicines. Drugs. Gym. Ethnography.

Recebido em: 10/12/2021

Aceito em: 03/01/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 O Uso de Anabolizantes como ato Desviante

Pesquisas socioantropológicas sobre o desvio podem revelar ou relativizar lógicas que movem determinados grupos sociais para dados usos do corpo. Isso é particularmente verdadeiro em relação ao público usuário de anabolizantes, evitando, assim, análises distanciadas e etnocêntricas sobre essa droga cuja comercialização e seu uso indiscriminado podem ser considerados ilegais, trazendo danos à saúde (DARTORA; WARTCHOW; ACELAS, 2014; BRITO; FARO, 2017; MARINHO; SILVA, 2019). Sugere-se que investigações etnográficas onde há consumos de anabolizantes, como nas academias de ginástica, contribuem para a intervenção profissional nesses estabelecimentos de práticas corporais ou para programas e políticas públicas de saúde pública sobre drogas e medicamentos. De forma mais ampla, na perspectiva de uma antropologia do medicamento, é necessário entender o mesmo dentro de um contexto de engajamento dos indivíduos em um processo que envolve coordenação e coerência entre diferentes ações e interações (FAINZANG, 2001).

Nesse sentido, o objetivo da presente pesquisa foi compreender as lógicas do consumo de anabolizantes na musculação de uma academia de ginástica situada em um bairro popular carioca, levando em conta as perspectivas êmicas sobre o desvio. Destaca-se a importância do espaço intelectual do campo das Ciências Sociais que permitiu o desenvolvimento da Sociologia do Desvio: a Escola de Chicago. No início do século XX, influenciada pelo pragmatismo norte-americano e plural epistemologicamente, tal escola de atividade emerge preocupada com os problemas sociais urbanos que passaram a ser tratados como objetos de análise/intervenção (COULON, 1995; BECKER, 1996).

Os anabolizantes são permitidos apenas com autorização e receita médica já que são considerados drogas ou medicamentos de controle especial (BRASIL, 1998). Além disso, os anabolizantes se enquadram em um tipo de produto que possui regulamentação legal controlada para a sua comercialização (BRASIL, 2000; 2006). No entanto, o fato de serem proibidos não impede que tais substâncias sejam utilizadas indiscriminadamente para fins esportivos, terapêuticos ou estéticos (SILVA, 2017). Isso pode ser visto tanto nos laboratórios/mercados clandestinos (MACHADO; FRAGA, 2017) como também na (re)apropriação ou “autorização” do discurso médico de quem pode pagar pelos chamados tratamentos hormonais (MORAES, 2016; TRAMONTANO, 2018).

Nesse caso, cabe apreender como determinados grupos sociais em dadas microrrealidades (re)configuram, (re)classificam ou (res)significam o que de fato é ou pode ser considerado desviante em relação ao consumo de anabolizantes. Logo, baseia-se aqui na perspectiva êmica sobre essa categoria construída por outras lógicas diferentes da biomédica ou legal. Constrói-se, assim, o que pode ser localmente considerado legítimo/

ilegítimo, normal/anormal, desviante ou não no que diz respeito ao corpo hormonizado ou *bombado* – como é popularmente chamado o físico de um usuário de anabolizantes.

Nessa direção, entende-se que as interações sociais em dadas circunstâncias são mediadas por símbolos (BECKER, 2008). Desse modo, o desvio não pode ser considerado uma categoria individual estanque, pois se caracteriza pelas regras sociais estabelecidas e classificadas coletivamente por determinado grupo em dado momento (VELHO, 1999). As experiências sociais complexas que envolvem os usos de medicamentos prejudiciais ao organismo e que podem causar a dependência química mereceram uma atenção especial dos estudos sociológicos interacionistas e centrados particularmente na noção de desvio (VELHO, 1998; 1999; BECKER, 2008).

Existem algumas pesquisas qualitativas e pautadas em referenciais das Ciências Humanas e Sociais sobre os usos de anabolizantes em academias. Exemplarmente, há trabalhos que investigaram como as múltiplas noções de risco se relacionavam aos seus distintos usos na musculação (IRIART; ANDRADE, 2002; IRIART; CHAVES; ORLEANS, 2009; SILVA, 2017). Outros estudos analisaram como as questões relacionadas às diferentes formas de expressar as masculinidades estariam atravessadas (in)diretamente pelos rituais de consumo desses medicamentos em academias (SABINO, 2005; CESARO; FRAGA, 2013; OLIVEIRA JÚNIOR, 2017; SILVA; FERREIRA, 2020). É possível detectar também uma preocupação das investigações acerca da formação e atuação do profissional de Educação Física no que tange ao consumo de anabolizantes (PALMA; ASSIS, 2005; CHAVES, 2009; MACHADO; FRAGA, 2020).

Para Hallal e Knuth (2011), o consumo de anabolizantes pode ser considerado uma das questões de saúde pública em que as pesquisas epidemiológicas não conseguem realizar uma compreensão aprofundada. Por isso, argumenta-se aqui sobre a relevância da análise dos anabolizantes, cujo uso é controverso do ponto de vista biomédico ou legal, pela ótica microssociológica do desvio. Tal abordagem teórico-metodológica pode contribuir sobremaneira para esse tema no que diz respeito ao cenário acadêmico e profissional em diferentes campos de saber, tais como: Medicina, Educação Física, Farmácia, Nutrição, Enfermagem, Saúde Coletiva/Pública entre outros afins.

## **2 Etnografando uma Academia de Ginástica**

Pelo fato de a etnografia não ser necessariamente considerada um método (PEIRANO, 2014), considera-se que o alinhamento dos dados etnográficos a um diálogo intenso e fecundo com as teorias clássicas foi de suma importância para essa pesquisa antropológica e que “[...] é preciso recuperar esse lado extraordinário e estático das relações entre pesquisador/nativo” (DAMATTA, 2010, p. 198). Desse modo, entende-se que a construção teórico-empírica sobre desvio do presente estudo etnográfico/reflexivo se estabeleceu intersubjetivamente entre os interlocutores e o no duplo papel do pesquisador: profissional de Educação Física e etnógrafo, problematização essa realizada em Silva (2021). Assim, assume-se o seguinte apontamento:

Estou consciente de que se trata, no entanto, de uma interpretação e que, por mais que tenha procurado reunir dados “verdadeiros” e “objetivos” sobre a vida

daquele universo, a minha subjetividade está presente em todo o trabalho. Isso será claro para mim na medida em que volto constantemente a reexaminar a pesquisa e mesmo a revisar o local de investigação. (VELHO, 1994, p. 130)

A observação participante, delineada pelo primeiro autor do presente texto, ocorreu em uma academia localizada no bairro de baixa renda chamado de Cidade de Deus, situado na zona oeste do Rio de Janeiro. A incursão ao campo ocorreu com autorização prévia da proprietária/ coordenadora da academia. O local costumava ser higienizado uma ou duas vezes por dia por um único faxineiro e toda a infraestrutura do estabelecimento parecia estar condenada pelas fiações elétricas, poeira, infiltrações no sistema hidráulico, arames de gesso retorcidos ou enferrujados e vergalhões enferrujados expostos pelos espaços. Havia acúmulo de entulho em um dos locais da academia o que gerava mosquitos na sala de musculação, além do próprio estabelecimento ser a céu aberto e parcialmente coberto por telhas de amianto. Os aparelhos de musculação eram antigos com estofados rasgados ou tinta descascando e frequentemente as engrenagens não funcionavam pela falta de óleo lubrificante/graxa.

O estabelecimento fica à margem de uma das favelas da Cidade de Deus e atendia diferentes públicos de classe baixa e média/baixa, em especial, homens negros/pardos jovens com graus de escolaridades até o ensino fundamental e que trabalhavam informalmente ou em subempregos. Os usuários de anabolizantes tinham, em média, 15 a 35 anos de idade.

Em relação ao trabalho de campo, que teve duração de um ano (2012-2013), vale destacar que eu costumava comparecer ao estabelecimento no turno da tarde e noite durante três ou quatro horas por duas a três vezes na semana, o que me permitia interagir com dez a 30 pessoas aproximadamente a cada hora. Posicionava-me na academia circulando e conversando pelo espaço do estabelecimento, em especial, no setor da musculação. Para o presente trabalho, privilegiei o recorte das observações sobre os distintos praticantes de musculação que declaravam ou conversavam explicitamente acerca dos usos de anabolizantes.

O diário de campo era o meu próprio celular em que digitava breves lembretes na sala de musculação, no banheiro, em espaços menos frequentados da academia ou, até mesmo, no ponto de ônibus após o trabalho de campo e, depois, em casa, expandia textualmente as situações/ interações que presenciava durante o dia. Essa estratégia metodológica foi inspirada nos clássicos trabalhos de Cicourel (1980), Whyte (1980) e Becker (1997) que sugerem o registro imediato do fato observado e vivido para que não haja comprometimento da riqueza dos detalhes das interações/situações sociais, o que de certo modo potencializa o exercício do etnógrafo de “estar lá, escrever aqui” (GEERTZ, 1989). Dessa forma, elaborei um diário de campo em que anotava todas as situações e conversas brutas por dia e, junto a esse material, registrava pré-noções e interpretações. Foi possível detectar como o consumo de anabolizantes pelos usuários assumia sentidos êmicos no que diz respeito a ser um comportamento desviante diverso da ótica biomédica ou jurídica na musculação dessa academia da Cidade de Deus. Eu temia ser caçoado ou rejeitado pelos usuários por não usar tais substâncias, mas o fato de ter um corpo considerado sarado, graças a minha rotina de exercícios, me permitiu ser rapidamente integrado ao ambiente. Todavia, em diversas situações sociais, me questionava se deveria

experimentar algo ou valorizar tais produtos para me aproximar dos pesquisados. Por isso, durante o trabalho de campo, eu me colocava em uma posição de segurança, buscando interagir primordialmente com interlocutores que afetuosamente já tinham apoiado a minha inserção ali. Tal iniciativa me remeteu à experiência de Whyte (2005, p. 299) quando alerta que

Há um desgaste quando se faz esse tipo de trabalho de campo. Ele é maior quando você é um estranho e está constantemente se perguntando se as pessoas vão aceitá-lo. Por mais que goste do que está fazendo, você deve desempenhar um papel enquanto observa e entrevista, e nunca está completamente descontraído.

O estudo em tela foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAAE: 01559712.7.0000.5286, Número do parecer: 203.235). A seleção do material empírico inédito que esse texto se debruça refere-se aos dados não tratados na tese de doutorado de Silva (2014). Destaca-se que houve a utilização de pseudônimos para garantir o anonimato dos sujeitos. Ressalta-se também que, a cada nova interação face a face, havia a apresentação do pesquisador como “estudante de um curso”, orientação esta sugerida por Beaud e Weber (2007).

### 3 Assumindo Riscos

Os anabolizantes são artifícios medicamentosos elaborados a partir de combinações bioquímicas de testosterona que permitem potencializar o aumento de massa muscular. Popularmente são conhecidos como “bombas”. O significado de bomba pode ser qualquer projétil ou artefato explosivo. Dessa forma, a metáfora aqui se faz pertinente uma vez que os anabolizantes são considerados um atalho para acelerar resultados dos treinos, pois, de fato, há um crescimento mais rápido do volume muscular do que um praticante não-usuário desses produtos. Assim, pode-se fazer uma analogia com uma explosão muscular. Igualmente, a analogia entre anabolizantes e a ideia de risco à saúde ou ameaça a vida justificam esse emprego de nomenclatura popular. Dessa forma, o seu uso, mesmo não se tratando de droga ilícita, pode ser considerado perigoso e nem sempre recomendado amplamente pelos profissionais de saúde ou do campo esportivo (BHASIN *et al.*, 2021). Por outro lado, para os frequentadores dessa academia, o seu uso era naturalizado, uma vez que, segundo eles, caracterizava-se pelo meio mais rápido e eficaz de desenvolver músculos. Isso não significa que eles desconheçam os seus potenciais efeitos nefastos no organismo, mas a lógica de ganho muscular e *performance* se sobrepõe a dos riscos à saúde. Dessa maneira, analisando esse fenômeno pela perspectiva do interacionismo simbólico da Escola de Chicago, observava como esses usuários constroem uma ideia de comportamento desviante.

Assim, apenas nas interações entre os frequentadores da academia, foi possível perceber que, diferente da lógica biomédica, os anabolizantes somente poderiam ser considerados desvio a depender da substância específica, da forma de tomar e das razões de consumo pelos usuários ou na forma de administrar as reações adversas. Nesse texto,

não estou assumindo a perspectiva biomédica ou epidemiológica da categoria risco, mas a considerando na perspectiva êmica dos meus interlocutores. Descrevo, a seguir, algumas dessas interações que auxiliam na elucidação desses aspectos.

A clássica noção de que o uso de anabolizante aprimorava o desempenho corporal era rotineira no estabelecimento:

Wellington: *Vou meter 40 quilos no exercício tríceps mergulho.*

Lair: *Tu tá puro?*

Wellington: *Não muito, eu tomo o remedinho e consigo fazer tudo a mais aqui! O problema é quem não toma e na hora de fazer o exercício se machuca, aí é foda!*

Sheik: *Esse aí super-homem!*

Perninha: *hahaha... eu vou querer mais do "negocinho".*

Sheik: *Beleza! Viu? Agora ele vai voar mesmo, hahaha!*

Estagiário Wilson: *Se o cara não tomar nada, não irá crescer e se malhar muito, cresce torto, entende? Sempre tem que roubar um pouquinho com algo mais, com um produto desses aí, senão não dá!*

Funcionário Marcinho: *Queria ter o corpo daquele professor! O corpo daquele professor ali tá inchado de bomba. Quando eu chegar no corpo dele, vou parar de tomar os produtos que ele me indica, na verdade eu vou começar a escolher o que vou tomar.*

A *performance* física e o imediato ganho de massa muscular eram as principais justificativas para a utilização de tais produtos. Havia uma lógica de meta ou objetivo a ser cumprido com os usos de anabolizantes e um tipo específico de manejar as substâncias para o processo de tomar. Embora eles reconhecessem que o seu uso não era legítimo e nem inofensivo, bem ilustrado na fala acima de Lair sobre a relação de pureza e impureza relacionada à existência da droga no organismo, era recorrente a ideia de que sem o uso dessas substâncias não se obteria o ganho muscular almejado. Essa perspectiva era completamente naturalizada e não havia nenhum constrangimento ou receio por parte dos pesquisados, diferentemente da pesquisa de Andrews, Sudwell e Sparkes (2005), em que os sujeitos não discutiam esse tema abertamente na academia. Na maioria das vezes, na academia de Cidade de Deus, não havia juízos de valor explícitos sobre o simples consumo dos anabolizantes.

Parte dos usuários dessa substância tinha a perspectiva de que para desenvolver musculatura não bastava apenas usar os fármacos, mas também assumir os riscos dos efeitos colaterais e adversos:

Alex: *Esses produtos me estragam todinho. Não tem jeito! Tudo de anabolizante me fode, mas é por aí mesmo. O caminho é esse! Tem que aguentar pra ter resultado! Eu tenho medo de "se" injetar, só cápsula mesmo...*

Pesquisador: *Tem o mesmo efeito?*

Alex: *Acho que não, né? Talvez tenha sim! O Hemogenin é mais forte em cápsula.*

Ronaldo: *Pô, só tô tomando suplemento. Eu arranjei uma gastrite! Eu faço tudo certo e me ferro. Que merda! Então, eu já vou tomar bomba logo. Tem gente que toma e não dá em nada. Tá aí bem e andando.*

Montanha: *A sensação da picada é difícil, dói, mas é bom porque olha o resultado, tá aqui! Hoje em dia eu tomo bomba e nem fico mais neurótico. Eu aplico e fico só aguardando para ver o efeito. É muito bom! O legal é só esperar e vê no que dá!*

O que poderia ser denominado de possíveis malefícios por usos indiscriminados de anabolizantes configurava-se, na interpretação dos interlocutores, como uma situação inerente a esses medicamentos e que “tinha que aguentar para ter resultado”. Naturalizava-se, portanto, o mal-estar em prol de um potencial corpo socialmente legítimo no futuro. A assimilação desses sintomas e mal-estares, segundo a premissa de Becker (2008, p. 62), aponta que com o uso de drogas não legítimas “[...] dadas essas primeiras experiências tipicamente assustadoras e desagradáveis, o iniciante não dará continuidade ao uso, a menos que aprenda a redefinir as sensações como agradáveis”. No caso aqui, não se trata de uma ressignificação dos sintomas desagradáveis, mas sim superá-los em prol de um ganho maior.

Assim, se do ponto de vista biomédico ou legal, o consumo de anabolizantes era considerado risco, ali, na academia de Cidade de Deus, flertar com os efeitos inesperados e desagradáveis dos produtos era parte inerente dos usos do corpo daqueles usuários. Criava-se uma espécie de glamourização ou valorização do processo de consumir esses medicamentos para além do que potencialmente ocorreria no corpo. Nessa lógica, o que poderia ser considerado desviante era o seu não uso e nesse sentido os que não compartilhavam da mesma prática eram excluídos das interações. À luz do que afirma Goffman (2011), isso podia ser visto nos rituais cotidianos do face a face em que havia encontros sociais de copresença entre bombados ou de não-bombados. Assim, não era comum observar aglomerados de conversação duradoura entre usuários e não-usuários de anabolizantes. Além disso, ao circular por ambos os grupos, costumava ouvir “críticas” ou “julgamentos” sobre como o Outro utilizava o próprio corpo.

No entanto, o fato de assumir os riscos como parte inerente do processo não impedia certo receio do uso de tais substâncias. Grande parte dos usuários já havia escutado ou experienciado algum tipo de problema com o consumo de anabolizantes:

*Pesquisador: Fala, Goiabinha, perguntei por você! Marcinho me disse o porquê que tu parou de malhar!*

*Goiabinha: Foda! Parei por causa de várias dores que tive pelo corpo. Fiquei cinco semanas sem malhar. Vou voltar quietinho, na moral, nem quero mais saber desses produtos aí!*

*Carlinhos: Meu primo é químico e me deu umas paradas! Nunca mais! Fiquei muito mal! Depois ele me deu uma coisa lá pra curar! Injetável não porque fode o fígado! Dá até ginecomastia, tipo peitinho!*

*Funcionário Marcinho: Geral tem medo de tomar bomba! Isso prejudica o cara. Incha por fora e esvazia por dentro! Hoje é legal, mas amanhã vai pagar o que deve. Teve um cara aqui que malhava uns oito meses. Ele cresceu tomando bomba e agora tá parado um ano e meio, voltando aos poucos, tá em tratamento na barriga por causa da aplicação.*

Esses tipos de relatos compartilhados na musculação afetavam sobremaneira quem tomava ou desejava tomar tais produtos. Aqueles que tinham experienciado algum problema com o uso de anabolizante revelavam o desafio de se manter consumindo os produtos e os que ainda não o tinham, demonstravam claramente o receio de ter problemas no futuro.

Aqui se destaca que em nenhum momento do trabalho de campo presenciei a necessidade de um acompanhamento médico-profissional até mesmo para fins “estéticos”, como problematizado por Oliveira Júnior (2017). A ideia de “saudável/patológico” que

atravessava o consumo das chamadas bombas visando apenas um corpo visto como belo/musculoso não se concretizava naquela academia. Com efeito, o que também havia ali eram indícios de modificações da compleição física como um dispositivo de pertencimento social dentro e fora do estabelecimento, por isso, “assumir riscos” com os produtos, de maneira calculada, poderia valer a pena.

Logo, apesar do consumo dessas substâncias ser uma prática naturalizada, todos ali estavam cientes dos possíveis riscos e, por isso, administravam os efeitos adversos e colaterais de acordo com a situação ou com a noção de que os benefícios eram maiores que os agravos de acordo com a reação de seu entorno. Esse dado mantinha relação com a perspectiva de Becker (2008, p. 184) quando aponta que as pessoas “levam em conta o modo como seus companheiros avaliarão o que fazem, e como essa avaliação afetará seu prestígio e sua posição”. Nessa perspectiva, percebia uma constante negociação entre riscos e benefícios. Se por um lado, os usuários declaravam que os fármacos poderiam colocar o seu corpo em risco, por outro, buscavam contornar ou ressignificar os seus atos no sentido de que aquele tomar poderia ser um mal necessário para o que poderiam lucrar posteriormente. Como Becker (2008, p. 25) sugere: “O grau em que um ato será tratado como desviante depende também de quem o comete de quem se sente prejudicado por ele”. Nessa linha de raciocínio, nem todos os usuários de anabolizantes consideravam os produtos perigosos. Para alguns interlocutores, os efeitos inesperados de tais substâncias eram um desafio a ser superado:

*Felipe: Tive uma virose. Tô sem vir umas três semanas. Perdi três centímetros de braço e quatro quilos, mas já consegui recuperar dois quilos. Agora vou ter que retomar o meu ciclo de Winstrol! Eu vou que vou!*

*Betinho: Tô voltando depois da bad! Já vou tomar Winstrol, mas agora em menor quantidade apenas pra secar! Saio do trabalho de madrugada e já tô correndo na praia.*

*Estagiário Alisson: Por que você não corre de um bairro ao outro?*

*Betinho: Isso é fácil, tenho que perder com sacrifício! Mas aí, traz quarta-feira pra jogar em mim quando a academia estiver vazia?*

*Estagiário Alisson: Antes tente tomar B1 porque senão a bomba explode de uma vez, daí você vai se fuder! Depois pra frente, você toma uma Durateston, eu te passo!*

Foi possível apreender como a ideia de perigo com o uso dessas substâncias era naturalizado por esses indivíduos, uma vez que seu cotidiano era permeado por situações de risco à saúde ou à vida. Os relatos na sala de musculação eram ilustrativos: os conflitos armados entre polícia militar, traficantes de drogas e milicianos; a precariedade dos serviços de saneamento básico, a dificuldade de arranjar um emprego, as condições insalubres de moradia, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde, dentre outros fatores de uma área pobre e degradada, como denomina Whyte (2005). Eu detectava, portanto, como os aspectos objetivos ou materiais atrelados aos “problemas sociais” da vida cotidiana afetavam os modos como os usuários de anabolizantes ressignificavam o que poderia ser considerado “desviante”.

Isso indicava que assumir riscos era uma condição inerente para esses indivíduos que não poderia ser enquadrada na perspectiva biomedicalizante do uso de anabolizantes. Nessa lógica, não seria o *veneninho* ou *remedinho* (como geralmente eles denominavam os anabolizantes) que iria prejudicá-los, já que a obtenção de certa forma corporal era

um ganho maior e necessário para adquirir prestígio e era até mesmo uma segurança nesse contexto violento. Nesse caso, via que a afirmação ou o culto/investimento de um corpo bombado poderia representar uma maneira de ataque/defesa contra uma realidade socioeconomicamente comprometida.

Assim, tal relação de usos do corpo entre academia e favela podia ser vista de maneira diversa àquela que foi para Wacquant (2002) no que diz respeito ao gueto afro-americano de baixa renda de Chicago e ao *gym* de pugilismo. Enquanto o trabalho de Wacquant (2002) sugere que o ginásio de boxe, frequentado por uma juventude negra/pobre, caracteriza-se por uma sociabilidade protegida em que o mundo exterior hostil e inseguro dificilmente penetrava na academia, a estadia no salão de musculação do estabelecimento da Cidade de Deus era a própria extensão da vida cotidiana dos usuários de anabolizantes.

Ressalta-se que todo rótulo precisa ser relativizado dentro de padrões e regularidades normalmente flexíveis (VELHO, 1999). Além disso, as atuais noções de marginalidade e desvio nas sociedades complexas contemporâneas dos centros urbanos devem ser pensadas também a partir da integração e fluidez das identidades multifacetadas e relativamente estáveis (VELHO, 1994). Sabe-se que “O multipertencimento, a fragmentação de papéis e contextos, assim como outras análises e perspectivas, às vezes tendem a reduzir e minimizar a noção mais convencional de identidade individual a ponto de quase dissolvê-la, diluindo-a” (VELHO, 2009, p. 15). Desse modo, para esse contexto, desviante seria quem não se preparava para os imprevisíveis problemas físico-sociais que poderiam acometê-los.

Assim, à luz da perspectiva sociológica do desvio, era possível estabelecer uma classificação entre os iniciados que sabiam manejar os riscos como *insiders* e os não-usuários ou maus usuários de anabolizantes como *outsiders*. Pontua que essa lógica classificatória poderia ser invertida a depender do ponto de vista de quais interlocutores se refere. Desse modo, destaco aqui que o presente estudo não partiu dos “naturais”, mas fundamentalmente com base na perspectiva dos próprios “hormonizados”.

### 3.1 *Insiders e Outsiders*

Ao longo do tempo, identificava que os sujeitos iniciantes no consumo de anabolizantes poderiam ser classificados como temporariamente *outsiders*. Embora todos ali consumissem os anabolizantes de forma autônoma sem um acompanhamento profissional, esses recém-iniciados aos produtos deveriam “aprender como tomar”. Para se tornarem “bons usuários” ou *insiders*, precisariam captar os saberes e práticas para/com/no corpo que eram compartilhados entre os “consumidores mais antigos”, independente de qualquer conhecimento técnico-científico da racionalidade (bio)médica:

Pesquisador: *Ele ali não tá puro não! Acabou de entrar na academia e já tá levantando quarenta quilos no supino.*

Alex: *É isso mesmo! Ele acabou de me dizer que já lançou na veia, mas ele não sabe tomar! Quando você entra, você tem que começar com suplementos pra ganhar massa e depois joga no corpo o anabolizante, assim ele vai se estrepar já, já!*

Haroldo: *Você não tem mais sangue de tanta bomba! Você é maluco, toma as paradas sozinho!*

Sheik: *Não adianta tomar anabolizante e comer no podião do cachorro-quente! Tem que saber tomar, saber se alimentar e saber malhar! Ó, o Alex ali já tá cheio de estrias. Pode reparar que só o braço cresceu porque ele só se aplicou no braço, tem que variar os lugares, depois gangrena, vai se fuder!*

Aristides: *Os novinhos em uma semana já querem bomba, mas ficar grande, na verdade, é com o tempo. A pressa é inimiga da perfeição, é melhor se acostumar com o peso, ir devagarinho, porque depois toma errado...fica com um peito maior do que o outro, por exemplo.*

Almir: *Vou tomar ADE local!*

Arnaldo: *Tu tá maluco? Merece esporro! Tu vai pela cabeça dos outros, pra que isso? Teu braço já tá grande demais, vai ficar feio! Você não sabe usar, é garoto, já tá todo errado, cheio de estrias e já tá desproporcional! Olhar a sua perna! Se for pra tomar tem que saber como tomar, eu tomo e sei como! Conheço um cara com 56 centímetros de braço e totalmente sem força! Pra que isso? Tem um grandão aí na favela cheio de bomba e tomou porrada de um baixinho. Agora ele só anda de cabeça baixa com vergonha.*

Nesse caso, não era o fato de tomar anabolizantes que os tornavam desviantes, mas a forma e o momento em que consumiam tais substâncias. Os frequentadores mais experientes, avançados e veteranos protagonizavam uma iniciação àqueles que não usavam os produtos corretamente, pois esses poderiam, como diria Goffman (2002), “manchar a fachada” dos corpos bombados já que os efeitos adversos ou colaterais sinalizariam descrédito a todo o grupo. Mais do que uma preocupação com o sujeito que poderia ter qualquer acometimento negativo com os produtos, transparecia também uma forma coletiva de proteção daqueles consumidores de anabolizantes. O desvio ali, portanto, não se estabeleceria somente sobre o indivíduo, mas poderia atingir o coletivo de usuários.

Dessa forma, com base em Becker (2008), observava que havia uma construção de “regras do tomar” ali na sala de musculação. Para se estabelecer como um *insider*, tais iniciantes no “mundo dos anabolizantes” deveriam adotar e apre(e)nder comportamentos ditados pelos usuários mais experientes, avançados e veteranos. Do contrário, caso violassem como agir “adequadamente” com os produtos, eram julgados e tachados como “maus usuários” – leia-se desviantes. Ao longo do tempo, via que essas classificações de *insider* e *outsider* eram extremamente fluidas ou transitórias já que os sujeitos iam ganhando ou perdendo prestígio a depender de como interagiam na sala de musculação sob as “lógicas corporais do tomar”.

A presença e a circulação daqueles sujeitos que mais consumiam ou comercializavam os anabolizantes naquele espaço influenciava substancial e circunstancialmente essa noção de desvio:

Sheik: *Viu? Outro cara me pedindo bomba! Como é que pode? O cara se converteu e é da igreja! Não pegava ninguém! Quer crescer pra comer as meninas da igreja... ele frequenta lá e me pede anabolizante aqui, como é que pode isso?*

Nelson: *O que é bom pra crescer?*

Sheik: *Bem, depende de você! O que você quer? Posso te ajudar!*

Nelson: *Uma coisa que cresce, mas que não abaixa o pinto!*

Sheik: *Pra que se você não usa isso? Hahaha... vou te indicar umas paradas!*

Antônio: *Aí, maluco!*

Montanha: *Meu nome é maluco? Você é quem tá maluco, escutou?*

Antônio: *Foi mal, foi mal, eu queria saber dos bagulhos, dos remedinhos!*

Montanha: *Ah, irmão, chega por hoje, me procura amanhã, valeu?*

Antônio: *Cara, eu quero explodir logo, tá demorando demais! Não encontro o outro cara mais, ele tem o produto, sabe quem é? Um negão alto?*

Pesquisador: *Não sei, é o fulano?*

Antônio: *Não, é um cara que agora tá fazendo luta lá embaixo.*

Nessas breves rodas de conversa, todos paravam para ouvir quem sabia tomar os produtos. Confesso que frequentemente me surpreendia ou me encantava com a aula que os iniciados davam aos iniciantes que ficavam em silêncio prestando atenção em todas as orientações e dicas sobre a forma de uso das substâncias:

Douglas: *Não sei como vou distribuir os músculos pra trabalhar ao longo da semana!*

Pesquisador: *Eu faço assim...*

Douglas: *Não sei, vou ver, não gostei muito assim não!*

Sheik: *Aí, o que faz a gente crescer é a Deca! É a bomba, porra! Não vai conseguir nada sem isso!*

Alex: *Meu tio quando foi para o quartel, tomou de tudo, Deca, Hemogenin, Durateston, ADE que é aquele óleo que endurece! Só não tomo nada agora porque antes de entrar para o quartel, tem que fazer exame de sangue e não sei se serei pego!*

Montanha: *Ainda tem tempo, pode ir tomando, eu já servi e sei, vai tomando!*

Pesquisador: *Mas os produtos não saem do sangue só depois de dois ou três meses?*

Montanha: *Não, você não sabe, depende do que você toma, já leu a bula do Durateston? Joga no Google que você vai ver!*

Alex: *Qual é a diferença entre injetável e oral, Montanha?*

Pesquisador: *Cai tudo no sangue, não?*

Montanha: *Não, só injetável cai no sangue, porque a agulha vai direto lá no músculo, por isso o efeito é melhor e mais rápido, o músculo e a agulha estão mais próximas do sangue. O oral é o bagulho de ciência, cai no estômago primeiro, por isso que ganha barriga, a bomba explode lá dentro e manda para todo o corpo.*

As explicações de Montanha sobre a lógica das injeções e cápsulas remetem ao que Boltanski (1984) já havia observado acerca da relação entre a forma do medicamento, a sua apresentação em relação à sua potência, estabelecendo-se uma hierarquia de medicamento que vai do mais fraco ao mais forte, do mais eficaz ao menos eficaz, como também do mais anódino ao temível. Dessa forma, pode-se compreender que a forma de ação dos anabolizantes se constrói na relação com sua via de uso de acordo com as imagens e representações corporais. Assim, a aplicação injetável no músculo teria uma ação mais direta do que a forma oral.

Isso também indicava a perspectiva de Becker (2008, p. 24) quando argumenta que “[...] se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem ele”. Destarte, a infração das regras construídas pelos grupos de usuários “legítimos” de anabolizantes era frequentemente explícita em público no sentido de demonstrar “quem era de fora”, posição esta que também sentia no lugar de pesquisador/*outsider*. O trabalho

de Sá (2023) sobre fisiculturistas identifica justamente que, para se tornar um “brother” dos usuários mais experientes, era preciso compartilhar da mesma linguagem (corporal).

Emergia ali, portanto, uma espécie de pedagogia do uso de substâncias com o fim de obter um corpo hormonizado. Esses aspectos vão ao encontro da noção de capital de Bourdieu (1986) em que Wacquant (2002) aprofunda exemplarmente quando afirma que o capital-corpo demanda inúmeras técnicas para preservar ou frutificar. Nesse contexto, o prestígio desse tipo de capital corporal, gerador de lucros sociais (MEDEIROS, 2011), dependia também de quem ensinava ou ditava o que era legítimo ou desviante. Nesse quesito, os *experts* no uso de anabolizantes tinham mais legitimidade do que os próprios professores de Educação Física:

Prof. José: *Ó, não deixa mais o pessoal colocar música que faz apologia a bombas não!*

Recepcionista Kelly: *Eu digo para eles, mas eles insistem! Eles ficam falando que geral gosta e só assim cresce!*

Prof. José: *Se a galera quer tomar, que tome lá fora, aqui não, eu tô aqui! Todas essas coisas dão necrose, prefiro ser magrinho assim. Essas coisas ficam lá e eu aqui!*

Rodrigão: *Caraca, espero que o professor ali não me escute falando essas coisas, pô, tô indicando essas paradas para crescer que pediram aí!*

Pesquisador: *Eu não sou professor aqui não.*

Rodrigão: *Será que o professor ficaria bolado de saber o que eu tô fazendo aqui?*

Pesquisador: *Não sei, geral comenta essas paradas aqui, de manhã então tem um pessoal que fala sobre isso e ele escuta.*

Os professores de Educação Física, que ali são os profissionais de saúde e que devem zelar pelo bem-estar de seus alunos, não poderiam orientá-los sobre o uso de anabolizantes. Esse processo pedagógico era para os *experts* já que, como refere Becker (2008), os usuários precisavam “aprender a usar para ter efeitos reais”, “reconhecer as sensações” e “gostar dos efeitos”.

Nesse sentido, esses profissionais também eram encarados ou rotulados como *outsider* pelo fato de estarem “fora do círculo dos membros ‘normais’ do grupo” (BECKER, 2008, p. 27). Logo, eles não tinham uma competência corpóreo-laboral para tratar sobre anabolizantes na sala de musculação já que a maioria deles não havia experienciado os efeitos dos produtos “na pele”.

Assim, para obter um corpo hormonizado, o indivíduo deve, a todo o momento, aprender a ponderar entre o ganho e o risco de consumir tais fármacos a partir de dadas pressões dos grupos em que se insere (DARTORA; WARTCHOW; ACELAS, 2014; BRITO; FARO, 2017; MARINHO; SILVA, 2019). Logo, tais drogas ou medicamentos podem ser situados e compreendidos pelos profissionais de saúde e, sobretudo, pelos profissionais de Educação Física que lidam no seu cotidiano com essas situações, com base nas experiências, inserções e vivências sociais – ou na “carreira moral” nomeada por Goffman (2008) – daqueles que tomam tais produtos. Exemplarmente, o estudo de Machado e Fraga (2020) sugere que o silenciamento sobre o tema nas graduações em Educação Física pode favorecer ainda mais a atmosfera de clandestinidade e, por consequência, desinformação e outros riscos que vulnerabilizam os usuários.

Destarte, entre as tensões entre *insiders* e *outsiders*, urge, portanto, a necessidade de explorar os significados sociais atribuídos ao risco ou ao desvio pelos usuários de anabolizantes a fim de compreender os comportamentos dessa subcultura e, por consequência, agir para promoção da saúde (MONAGHAN, 2002). No mesmo sentido, torna-se imperioso revisar as políticas punitivistas, conservadoras e estigmatizadoras sobre drogas e que estão debatidas no campo antropológico (ALVES; PEREIRA, 2019).

#### 4 À Guisa de Conclusão

Essa pesquisa etnográfica assumiu a perspectiva de autores adeptos ao interacionismo simbólico e à sociologia do desvio. Como diria Velho (2008, p. 147), “As ações e as condutas são permanentemente sujeitas a interpretações de diferentes atores sociais, a partir de variados pontos de vista e perspectivas”. Assim, nesse constante jogo de aproximação e distanciamento do objeto e universo de estudo, assumi aqui que um comportamento desviante em relação aos usos de anabolizantes não deve ser associado puramente como um comportamento de risco.

Em termos gerais, com base na microrrealidade dessa musculação de uma academia de ginástica situada em um bairro popular carioca, apreendi que o consumo de anabolizantes na musculação pode ocorrer fundamentalmente a partir de comportamentos compartilhados em um processo dinâmico e interativo e que a negociação de riscos e benefícios relacionados ao uso de anabolizantes passa por um aprendizado pelo corpo.

Assim, drogar-se ou dopar-se com anabolizantes na musculação não são necessariamente considerados comportamentos desviantes por esse público. Nesse sentido, os próprios usuários constroem a noção do que seria um comportamento desviante no que diz respeito aos usos dessas substâncias. Os significados atribuídos pelos usuários de anabolizantes da Cidade de Deus dialogam com aspectos econômicos, culturais e sociais que atravessam determinado segmento macroestrutural da sociedade. Em outras palavras, lógicas simbólicas acerca dos usos desses produtos não se resumem somente aos processos de agenciamento e de comportamentos individuais de determinados sujeitos, mas também relacionalmente às estruturas sociais que as enredam.

Por isso, recomenda-se aqui cada vez mais estudos etnográficos e/ou intervenções laborais no campo da Saúde que explorem as singularidades de sentidos e significados atribuídos por determinados sujeitos ao uso de anabolizantes, em especial, considerando a expansão do “mercado *fitness*” e a visibilidade desse tema em diferentes tecnologias biométricas e de informação/comunicação (RODRÍGUEZ, 2022). Afinal, iniciativas acadêmico-profissionais sensíveis, afetivas e humanizadas sobre drogas e medicamentos podem contribuir efetivamente de forma menos etnocêntrica para o público usuário de dadas substâncias.

## Referências

- ALVES, Ygor Diego Delgado; PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Antropologia e a questão das drogas: um século de embates políticos e teóricos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 90, p. 1-23, 2019.
- ANDREWS, Gavin; SUDWELL, Mark; SPARKES, Andrew. Towards a geography of fitness: an ethnographic case study of the gym in British bodybuilding cultura. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 60, n. 4, p. 877-891, 2005.
- BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BECKER, Howard. A escola de Chicago. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.
- BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BECKER, Howard. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BHASIN, Shalender *et al.* Anabolic-androgenic steroid use in sports, health, and society. **Medicine & Science in Sports & Exercise**, Indianapolis, v. 53, n. 8, p. 1.778-1.794, 2021.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In: RICHARDSON, John (ed.). **Handbook of theory and research for the Sociology of Education**. Westport: Greenwood, 1986. p. 241-258.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Portaria n. 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o regulamento técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de maio de 1998.
- BRASIL. Ministério da Casa Civil. Lei n. 9965, de 27 de abril de 2000. Restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 de abril de 2000.
- BRASIL. Ministério da Casa Civil. Secretaria-Geral. Lei n. 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 de agosto de 2006.
- BRITO, Ariane; FARO, André. Significações atribuídas aos anabolizantes: um embate entre o desejo e o risco. **Psicologia, Saúde & Doenças**, Lisboa, v. 18, n. 1, p. 102-114, 2017.
- CESARO, Humberto Luís; FRAGA, Alex Branco. Não pode ser na seringa, tem que ser no muque: masculinidades e práticas corporais de hipertrofia numa academia de Porto Alegre. **Revista Didática Sistemática**, Rio Grande, v. 15, n. 1, p. 84-98, 2013.
- CHAVES, Simone Freitas. **No labirinto dos espelhos: o corpo e os esteróides anabolizantes**. Niterói: Nitpress, 2009.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. São Paulo: Francisco Alves, 1980. p. 87-121.
- COULON, Alain. **A Escola de Chicago**. Campinas: Papirus, 1995.
- DAMATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- DARTORA, William Jones; WARTCHOW, Krista Minéia; ACELAS, Alba Luz Rodríguez. O uso abusivo de esteroides anabolizantes como um problema de saúde pública. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 5, n. 1, p. 689-693, 2014.

- FAINZANG, Sylvie. **Médicaments et société**. Paris: PUF, 2001.
- GEERTZ, Clifford. Estar lá, escrever aqui. **Diálogo**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 58-63, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HALLAL, Pedro Curi; KNUTH, Alan Goularte. Epidemiologia da atividade física e a aproximação necessária com as pesquisas qualitativas. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v. 33, n. 1, p. 181-192, 2011.
- IRIART, Jorge Alberto Bernstein; ANDRADE, Tarcísio Matos. Musculação, uso de esteróides anabolizantes e percepção de risco entre jovens fisiculturistas de um bairro popular de Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 5, p. 1.379-1.387, 2002.
- IRIART, Jorge Alberto Bernstein; CHAVES, José Carlos; ORLEANS, Roberto Ghignone. Culto ao corpo e uso de anabolizantes entre praticantes de musculação. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 773-782, 2009.
- MACHADO, Eduardo Pinto; FRAGA, Alex Branco. Ratos de academia on-line: debates sobre musculação em um fórum virtual. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 141-150, 2017.
- MACHADO, Eduardo Pinto; FRAGA, Alex Branco. Anabolizantes na graduação em Educação Física: um dilema ético-sanitário entre estudantes que praticam fisiculturismo. **Journal of Physical Education**, Maringá, v. 31, e3166, 2020.
- MARINHO, Julio Cesar Bresolin; SILVA, João Alberto. Análise moral e ética no cuidado com a saúde de adolescentes cabo-verdianos e brasileiros referente ao consumo de cigarros, álcool, drogas e anabolizantes. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 25, n. 2, p. 297-315, 2019.
- MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso. Habitus e corpo social: reflexões sobre o corpo na teoria sociológica de Pierre Bourdieu. **Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 281-300, 2011.
- MONAGHAN, Lee. Vocabularies of motive for illicit steroid use among bodybuilders. **Social Science & Medicine**, Oxford, v. 55, n. 5, p. 695-708, 2002.
- MORAES, Danielle Ribeiro. **Entre tiro, porrada e bomba**: esteroides anabolizantes androgênicos, gerencialismo arriscado e os discursos médicos moralizantes. 2016. 165p. Tese (Doutorado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2016.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Edyr Batista de. **“Cada um sabe do seu próprio corpo”**: masculinidades, projetos corporais e treinos. 2017. 246p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, 2017.
- PALMA, Alexandre; ASSIS, Monique. Uso de esteróides anabólico-androgênicos e aceleradores metabólicos entre professores de Educação Física que atuam em academias de ginástica. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 27, n. 1, p. 75-92, 2005.
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, 2014.
- RODRÍGUEZ, Francisco Javier Cortazar. Sobrevivendo a la pandemia. Estrategias de gimnasios frente a los efectos del Covid-19. In: SILVA, Alan Camargo (org.). **Corpo e práticas corporais em academias de ginástica**. Curitiba: Editora Bagai, 2022. p. 201-216.

SÁ, Gabriel Salgado Ribeiro de. Broscience: uma análise sobre o consumo de medicamentos entre fisiculturistas. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 178-198, 2023.

SABINO, César. O uso ritual de esteróides anabolizantes em academias de musculação: uma abordagem antropológica. **Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-16, 2005.

SILVA, Alan Camargo. **“Limites” corporais e risco à saúde na musculação**: etnografia comparativa entre duas academias de ginástica cariocas. 2014. 446p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Estudos em Saúde Coletiva, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SILVA, Alan Camargo. **Corpos no limite**: suplementos alimentares e anabolizantes em academias de ginástica. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

SILVA, Alan Camargo. Uma etnografia encarnada: imagens e identidades corporais de um pesquisador em uma academia de ginástica. *In*: FERREIRA, Jaqueline; BRANDÃO, Elaine Reis (org.). **Reflexividade na pesquisa antropológica em saúde**: desafios e contribuições para a formação de novos pesquisadores. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2021. p. 183-207.

SILVA, Alan Camargo; FERREIRA, Jaqueline. “Homens bombados e embalados”: masculinidades e músicas sobre anabolizantes em uma academia de ginástica. **Lecturas: Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 25, n. 267, p. 2-20, 2020.

TRAMONTANO, Lucas. “Otimizar o desempenho muscular e estético”: interseções de diagnósticos, sintomas e desejos no uso da testosterona como aprimoramento. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 108-125, 2018.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. *In*: VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. p. 121-132.

VELHO, Gilberto. **Nobres e anjos**: um estudo de tóxicos e hierarquia. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

VELHO, Gilberto. Goffman, mal-entendidos e riscos interacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 68, p. 145-148, out. 2008.

VELHO, Gilberto. Antropologia urbana: encontro de tradições e novas perspectivas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 59, p. 11-18, 2009.

WACQUANT, Loïc. **Corpo e alma**: notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WHYTE, William Foote. Treinando a observação participante. *In*: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. São Paulo: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina**: a estrutura social de uma área urbana e degradada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

**Alan Camargo Silva**

Professor do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desportos de Campo e de Quadra da Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD/UFRJ). Coordenador do Grupo de Trabalho Temático Corpo e Cultura do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (GTCC/CBCE). Endereço profissional: Avenida Carlos Chagas Filho, n. 540, Ilha do Fundão, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21941-598.

*E-mail*: [alancamargo10@gmail.com](mailto:alancamargo10@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1729-5151>

**Jaqueline Ferreira**

Médica de Família e Comunidade, Antropóloga, Professora Associada do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IESC/UFRJ).

Endereço profissional: Prefeitura da Cidade Universitária, Ilha do Fundão, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 21941-592.

*E-mail*: [jaquetf@gmail.com](mailto:jaquetf@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7662-1773>

**Como referenciar este artigo:**

SILVA, Alan Camargo Silva; FERREIRA, Jaqueline. Corpos Bombados e Desviantes? Anabolizantes e Moralidades na Musculação. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e85195, p. 6-22, setembro de 2023.

# Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara

Matheus Henrique Pereira da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

## Resumo

O presente artigo aborda os efeitos da introdução do gado vacum e cavalari ao longo das paisagens dos campos na Ilha de Marajó a partir das relações ecológicas envolvendo o extermínio de milhares de jacarés e a proliferação de uma doença que afetou o rebanho de cavalos ao longo do tempo. Dessa forma, a ideia foi contar três histórias mais que humanas de simplificações ecológicas e de proliferações ferais relacionadas ao gado que constituem perturbações nas paisagens locais: 1<sup>a</sup>) a introdução, a formação e o asselvajamento do gado vacum e cavalari na ilha; 2<sup>a</sup>) a proliferação feral de uma doença que dizimou o rebanho cavalari; e 3<sup>a</sup>) o extermínio de milhares de jacarés-açus com o intuito de promover o desenvolvimento da indústria pastoril marajoara. Por fim, conclui-se que a criação do gado como animal do *Antropoceno* está relacionada a alterações ecológicas multiespecíficas dentro do projeto de colonização e de habitação da Amazônia marajoara que foge ao controle e ao domínio humano sobre a natureza.

**Palavras-chave:** Proliferações Ferais. Simplificações Ecológicas. Paisagens Multiespécies. Ilha de Marajó. Amazônia.

## Landscapes, Histories and More-Than-Human Ecologies of Cattle Along Fields in the Marajoara Amazon

## Abstract

This article addresses the effects of the introduction of cattle and horses along the landscapes of the fields on Marajó Island from the ecological relationships involving the extermination of thousands of alligators and the proliferation of a disease that affected the horse herd over time. Thus, the idea would be to tell three more-than-human stories of ecological simplifications and feral proliferations related to cattle that constitute disturbances in local landscapes: 1st) the introduction, formation and asselvajamento of cattle and horses on the island; 2nd) the feral proliferation of a disease that decimated the horse herd; and 3rd) the extermination of thousands of alligators aiming at the development of the Marajoara pastoral industry. Finally, it is concluded that cattle as an animal of the Anthropocene are involved in multispecies ecological changes within the project of colonization and habitation of the Marajoara Amazon that escape human control and dominion over nature.

**Keywords:** Modular Simplifications. Feral Proliferations. Multispecies Landscapes. Marajo Island. Amazon.

Recebido em: 1º/05/2023

Aceito em: 21/06/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Perturbações Multiescalares na Amazônia Marajoara<sup>1</sup>

Este trabalho considera os efeitos do envolvimento humano com o gado no contexto colonial e de expansão capitalista na Amazônia, com foco no emaranhado ecológico e multiespecífico relacionado à introdução do gado *vacum* e cavalariço, que configuraram as paisagens na Ilha de Marajó (PA-BR) ao longo do tempo. Ao fundamentar a análise nas multiespécies ligadas ao gado, é possível explorar as relações entre ecologia, capital e as histórias humanas e mais que humanas por meio das quais as paisagens são feitas e refeitas (KIRKSEY; HELMREICH, 2010; MOORE, 2015; TSING, 2015).

É preciso situar a história da introdução do gado no contexto do Antropoceno, de circulação de fluxos globais e de movimento de espécies envolvendo projetos humanos com consequências em diversas escalas e temporalidades (BOIVIN, 2017). Grosso modo, a noção de Antropoceno<sup>2</sup> remeteria a uma nova época geológica na qual os humanos existiriam como força geológica produzindo severos efeitos biofísicos como *espécie* na história do planeta (CHAKRABARTY, 2009), nesse caso emaranhados à translocação e à dispersão de espécies com efeitos em diversas escalas ao longo de paisagens e continentes. O planejamento colonial e capitalista em torno do gado participa da emergência dessa época, sendo possível considerá-lo como um animal do Antropoceno<sup>3</sup> (FICEK, 2019), envolvido em relações ecológicas perturbadas e preocupantes que, por vezes, fogem ao controle humano pretendido.

Nesse caso, o gado nas Américas oferece um modelo para analisar as paisagens (FICEK, 2019) com atenção especial ao que a antropóloga Anna Tsing (2015) tem chamado de “simplificações modulares” e de “proliferações ferais” que seriam efeitos das relações ecológicas promovidas pela introdução dessas espécies. As simplificações consistiriam na eliminação de algumas espécies em detrimento de outras privilegiadas em projetos humanos; já as proliferações estão relacionadas à multiplicação de espécies

<sup>1</sup> Este trabalho teve uma versão preliminar apresentada no grupo de pesquisa HUMANIMALIA (PPGAS-UFSCar), coordenado pelo professor Dr. Felipe Vander Velden, e algumas ideias também estiveram contidas em forma de comunicação oral sob o título de “Paisagens multiespécies na Amazônia marajoara”, aprovado no grupo de trabalho da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, GT12: Antropologia das Relações Humano-Animal, sob coordenação de Andréa Osório (UFF) e Flávio Silveira (UFPA). Agradeço a todas as contribuições provindas dos respectivos debates e aos pareceristas anônimos pelos comentários valiosos.

<sup>2</sup> Sobre esse aspecto segue o apontamento de Van Dooren, Kirksey e Munster (2016, p. 41): “Há muitos nomes para a nossa atual condição – Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno, Cena-de-supremacia-branca, a lista continua –, mas seja lá como for chamada, o que parece exigir são práticas minuciosas de atentividade para as formas complexas que nós, todos nós, nos tornamos numa relação consequente com os outros”.

<sup>3</sup> Rosa Ficek (2019) aponta por meio da moderna indústria da carne como a criação de gado está relacionada a desastres ambientais, desde o desmatamento de grandes extensões de floresta tropical até a emissão em larga escala de metano e outros gases de efeito estufa, além de conflitos fundiários, em especial na América Latina.

e microrganismos de forma não controlada com efeitos imprevisíveis. Aqui é preciso notar que ambas as relações estão implicadas (não necessariamente como oposições) e são perturbações que constituem paisagens (TSING, 2019).

A ideia foi contar três histórias multiespecíficas (*multispecific storytelling*), de modo que não pretendo reconstruir a evolução cronológica e linear do pastoreio para a pecuária moderna, mas observar nos relatos do material histórico e antropológico os emaranhamentos mais que humanos ligados à criação de gado na Ilha de Marajó e suas perturbações na paisagem ao longo do tempo. Desse modo, a primeira história trata da introdução e da dispersão do gado *vacum* e cavalar na ilha no século XVII, considerando a criação extensiva pelos altos e baixos campos alagáveis da região. O gado passou a se proliferar e se asselvajar pelos campos fugindo ao controle humano e passou a ser conhecido como “gado do vento” quando buscavam o seu abate fomentado pelo comércio de couros e peles, além de estarem envolvidos em contendas sociopolíticas entre governo colonial, colonos e grupos religiosos.

A segunda história se passa ao longo do século XIX, quando emerge uma peste em cavalos ocasionando a morte de diversos equinos e transformando a atmosfera local. Discute-se a trajetória de uma doença que proliferou e afetou o gado cavalar em toda a ilha, ameaçando criações e gerando uma série de políticas e práticas que tinham o propósito de contê-la. Trata-se, então, das motivações culturais e políticas e dos meios técnicos que tornaram o abate do rebanho cavalar da Ilha e as diferentes teorias sobre a doença que constituíam o cotidiano dos criadores, visto que esse rebanho se multiplicava em larga escala.

A terceira história trata da caça e vaquejada do jacaré-açu que tinha por objetivo a eliminação desses animais que causavam “prejuízos” para a criação de gado *vacum* e cavalar segundo os fazendeiros, quando estes contratavam *arpoadores* para tal tarefa (vaqueiros e moradores locais). As práticas de lançar arpão também eram registradas na pesca de pirarucu na Ilha, nesse caso, na vaquejada dos jacarés, o arpão era lançado de cima das canoas ou das margens das lagoas, subsidiando ainda o comércio de couro ativo que perduraria intensamente até o período da Segunda Guerra Mundial no século XX. Desse modo, as vaquejadas eram realizadas à *moda indígena* no período das cheias e evidenciavam conflitos e extermínio de uma espécie selvagem diante um projeto domesticatório das paisagens por meio da criação de gado nas fazendas.

Por fim, o trabalho entrelaça essas histórias por meio da discussão em torno da noção de paisagens multiespécies como uma ferramenta analítica para descrever tais relações dentro de uma dinâmica histórica e ecológica local. Nesse caso, é essencial articular a trajetória do gado às simplificações ecológicas e às proliferações ferais que possibilitaram a sua (ina)habitabilidade junto a um emaranhado de formas de vida e mortes para algumas espécies ao longo do tempo. Para adentrar tais temporalidades, foi necessário adentrar suas histórias de perturbações ecológicas (TSING, 2015), um modo de fazer da paisagem uma protagonista mais que humana.

## 2 “Fazendo touros à espingarda”

A história da cultura da criação animal marajoara se insere na história da pecuária no Brasil, que, de modo geral, teve sua ocupação territorial, transformações socioambientais e econômicas profundamente ligadas à criação de gado (ABREU, 2009; FURTADO, 2020; MEDRADO, 2012): das sociedades do couro sertanejas, a expansão das fronteiras no eixo Centro-Oeste e as charqueadas no Rio Grande do Sul até a bubalinocultura marajoara. A ilha do Marajó ou ilha Grande de Joanes teve papel histórico efetivo nos processos de colonização da Amazônia portuguesa devido a sua posição geográfica que era considerada estratégica para garantir a segurança e o abastecimento das terras localizadas na fronteira norte, além de contribuir direta e indiretamente na expansão da fronteira com os limites espanhóis (DIAS, 2016). Da mesma forma, teve papel destacado no fornecimento de gêneros e de gado para abastecer com a *carne verde*<sup>4</sup> as áreas vizinhas, sobretudo, Belém, a capital do Estado.

A Ilha de Marajó historicamente foi caracterizada de modo geral em duas regiões geopolíticas<sup>5</sup> relacionadas aos modos de produção socioeconômicos e relações coloniais (PACHECO, 2009); a parte ocidental nomeada “Marajó das Florestas” foi fundada por jesuítas no período colonial quando era explorado o cultivo da cana-de-açúcar e da mandioca, além da exploração de seringais (*Hevea brasiliense*) no período que mais tarde seria conhecido pelo *boom* da borracha na Amazônia, o que impulsionou transformações socioambientais na Ilha. A parte que compõe o “Marajó dos Campos” também foi palco de concessão de terras junto à Coroa portuguesa para construir grandes fazendas e consolidar a atividade criatória, além do cultivo de mandioca, arroz e outros gêneros (PACHECO, 2009).

No Brasil, os primeiros bovinos e equinos introduzidos foram originários das ilhas da Madeira e de Cabo Verde (ABREU, 2009; FURTADO, 2020). No Pará, a introdução do gado *vacum* e cavalari ocorreu no final da primeira metade do século XVII, sendo reproduzido nos quintais das casas suburbanas e em suas proximidades (BARATA, 1973), depois alguns animais foram levados para aquele arquipélago, por missionários e alguns proprietários de terras. A primeira fazenda no Marajó foi fundada em 1680 por Francisco Rodrigues Pereira, ele e a ordem dos frades mercedários foram grandes investidores da criação bovina e cavalari (BARATA, 1973; MIRANDA NETO, 1976). O governador julgava serem vantajosas tais atividades econômicas, ordenando que fossem encaminhadas para Ilha gente e animais para que pudesse ser povoada de fazendas de criar animais, sobretudo próximas ao Rio Arary<sup>6</sup>. Nas fazendas, os sistemas de criação de gado em pasto remetiam ao regime predominante de criação extensiva, sem cercas de divisão, com pastagens nativas, localizadas essencialmente em áreas alagadiças (BARROSO, 1954;

<sup>4</sup> Carne verde é o termo encontrado historicamente nas fontes da época para se referir à carne de animais abatidos na véspera do consumo, sem qualquer conservação.

<sup>5</sup> Devido à simplificação que tais termos podem implicar na análise, sigo o termo Amazônia marajoara (PACHECO, 2009) para me referir ao sistema socioambiental complexo regional que engloba praias, mangues, rios, etc., no qual situo a análise da dinâmica das paisagens.

<sup>6</sup> Nesse contexto e ao longo da Amazônia de modo geral, a rede de rios historicamente tem funcionado como um dos principais corredores de movimento e dispersão de espécies (BOIVIN, 2018), comércio e expansão militar e política (HARRIS, 2000) – a própria fixação territorial para a atividade criatória da ilha nos séculos anteriores.

LISBOA, 2012; LE COINTE, 1945; MIRANDA, 1894; 1906; 1907; MIRANDA NETO, 1976; NUNES PEREIRA, 1956).

O gado do Marajó era fundamental para abastecer os açougues e garantir a subsistência de moradores de outras vilas, a exemplo do açougue na vila de Macapá em que os moradores solicitaram o abastecimento devido à multiplicação do gado, que deveria ser o principal fundo econômico local (DIAS, 2016). Em nível regional, moradores das vilas de Portel e Melgaço alimentavam esse mercado devido à grande dificuldade que os lavradores tinham para se beneficiarem dos gêneros que colhiam por não disporem de moinho e outros equipamentos. A criação de gado era vista como uma alternativa para abastecer as necessidades locais (DIAS, 2016).

Um ponto importante foi o papel das irmandades religiosas da Companhia de Jesus, esta que viria dominar a atividade pastoril nos campos marajoaras em meados do século XVIII (SOARES, 2002). As propriedades dos missionários revelavam um numeroso rebanho existente, além de várias outras atividades econômicas, como a cultura do tabaco e da cana-de-açúcar, além da caça, da pesca e do cacau. É importante ressaltar que a atividade criatória teve alguns conflitos de interesses com os habitantes que praticavam a lavoura, e, em 1702, o governo determinou aos moradores do Pará que mudassem das roças o seu gado *vacum* e cavalar (BAENA, 1969).

As ordenações religiosas estiveram envolvidas na consolidação das fazendas de criação de gado, bem como na incorporação de povos indígenas como mão de obra, que recebiam salários, embora frequentemente acusassem as irmandades de escravização. Grupos indígenas exerciam diversos ofícios, seja na atividade criatória ou na lavoura, os quais efetivamente trabalharam no transporte do gado por meio do manuseio das canoas e do conhecimento das paisagens no período de inundações. O transporte do gado ocorria com o propósito de abastecer os açougues com a carne verde de Belém (NUNES PEREIRA, 1956). Entre os povos indígenas capturados nos descimentos e nas missões, estavam os Neêngaiba e os Aruã ou Aruã<sup>7</sup> – os povos indígenas habitantes do arquipélago até o período colonial – que foram paulatinamente incorporados como vaqueiros assalariados nas fazendas emergentes (NUNES PEREIRA, 1956; SALLES, 1988; SOARES, 2002).

Após a visita dos inspetores gerais da colônia, determinou-se a fiscalização e a cobrança de impostos das fazendas religiosas, visto que se constatou o numeroso rebanho *vacum* e cavalar disperso pelos campos, que vagavam, aparentemente sem dono, sendo chamados por bispos da época de “gado do vento” ou “bravo”, aqueles que transitavam livremente pelos campos e fazendas e fugiam ao controle humano (DIAS, 2016; MIRANDA NETO, 1976). Segundo o Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1799, p. 4-5):

Chama-se, pois, Gado do vento o que sem dono, ou pastor anda vagando de uma para outra parte, como folha arrebatada ao vento, mudando-se como o mesmo vento se muda, seguindo unicamente o instinto, que o Autor da Natureza lhe imprimio.

<sup>7</sup> Os Aruã habitavam a Ilha de Joanes (Marajó), o Cabo Norte (Amapá) e arredores até o século XVII. Após o período concernente à Cabanagem não se verificam mais registros deste grupo indígena na região (NUNES PEREIRA, 1956; SOARES, 2002).

Com isso, foi determinada a ferra do gado vacum e cavalari solto, além de se buscarem outras soluções para o problema do roubo de gado para a extração e o comércio de couro (NUNES PEREIRA, 1956). A carne era extraída dos animais, cozida e posta para secar em pacotes.

Nesse período, diversos caçadores, moradores locais, fazendeiros, abatiam o gado bravo, aqueles que estavam afastados do convívio humano e que não se sujeitavam aos currais das fazendas com as pessoas. Tal argumento era utilizado por fazendeiros para *vaquejar gado bravo e fazer touros a espingarda*, segundo autoridades da época (DIAS, 2016). Os grandes pecuaristas do Marajó estavam interessados na regularização do “gado do vento”, que transitava entre as suas propriedades e se misturava ao gado ferrado, o gado marcado que indicava sua pertença a um dono particular e a uma família residente em uma região específica. Apesar do interesse movido pelos fazendeiros, eles participavam na captura e no abate para a extração do couro do gado bravo, além dos próprios vaqueiros e escravos a mando de fazendeiros e alguns moradores. Outro ponto é que as ordens religiosas, principalmente os mercedários, também participavam ativamente no comércio ilegal de couros e faziam touros a espingarda levantando elevada renda da atividade, o que mereceu atenção das autoridades do Estado que tentavam de todas as formas acabar com essa prática no interior do arquipélago (DIAS, 2016).

Segundo o relatório do inspetor geral, o rebanho do Marajó chegava perto de 400.000 cabeças de gado (BARATA, 1973), embora outros agentes do governo se refiram ao “rebanho infinito das fazendas” (DIAS, 2016, p. 328). Esse rebanho estava distribuído, principalmente, entre as ordens missionárias que tinham a posse de diversas fazendas no arquipélago. O relatório apontou também que os missionários não repassavam os dízimos do gado, deixando a fazenda régia (central) com grande prejuízo.

Em resposta aos interesses dos religiosos, ficou estabelecido que, para o abate dos touros ferozes fora dos pastos, o responsável deveria adquirir uma licença – estes compunham uma esfera de domesticidade ligada às fazendas – e aqueles que não pudessem voltar aos ditos currais poderiam ser abatidos com a obrigação de dar à fazenda real a terça parte dos couros. O governador destacou o interesse dos religiosos do Carmo em aceitar a proposta, enquanto os mercedários aceitaram pagar os dízimos “[...] com a diferença de fazerem um protesto para salvarem o direito da causa, que trazem a respeito dos dízimos” (DIAS, 2016, p. 315). Os jesuítas, inicialmente, não aceitaram pagar os dízimos, se negando a aceitar os termos propostos, o que mais tarde culminaria com suas expulsões a partir do Diretório dos Índios.

O gado movimentou a própria ocupação do território marajoara, seja pela floresta ou campos, atualizando a distinção entre animais da mata/campos (bravos) e animais de fazenda/currais (mansos). A vaquejada de gado bravo era uma atividade masculina que colocava os homens no domínio do mato, da floresta, quando se faziam touros a espingardas, o que colocava o gado em meio a contendas sociopolíticas com diversos grupos da época e que permeavam o cotidiano dos moradores e criadores de gado (des) ordenando o universo sociocultural ao longo dos campos.

### 3 O Mal das Cadeiras e o Envenenamento do ar

Na metade do século XIX, a população cavalar da Ilha que chegava a quase um milhão de cabeças (FERREIRA PENNA, 1973) sofreu com o aparecimento de uma doença infecciosa conhecida como mal de cadeiras ou surra (HEVIA, 2018) que debilitava os quadris dos animais impossibilitando-os de permanecerem em pé, além do aparecimento de lesões cutâneas e do ventre inchado. Os animais morriam poucos dias após o aparecimento dos sintomas.

Ao longo do tempo, a doença foi registrada em diversos animais, como bois, cavalos, cachorros, morcegos, capivaras, insetos hematófagos e, em diferentes países da América do Sul, como na Argentina, Colômbia, Paraguai, Panamá, Venezuela e Peru, e nos estados do Brasil. O mal de cadeiras também está ligado a países de clima tropical, o que inclui parte dos continentes africanos e asiático onde havia o desenvolvimento da medicina colonial.

A doença afetou na Ilha de Marajó, em especial as populações de cavalos e capivaras, estas últimas figuraram por um período como “vilãs” na transmissão da epizootia, o que levou ao seu extermínio massivo na época, também relacionada à caça intensa em torno do comércio de peles.

Segundo o naturalista e viajante Ferreira Penna (1818-1888) em seu trabalho Ilha de Marajó (FERREIRA PENNA, 1973), a doença teria aparecido pela primeira vez em 1828, constituindo uma “epidemia” até aproximadamente 1836, quando quase todo o gado cavalar da região foi exterminado. Um dos primeiros relatos sobre o mal de cadeiras no Brasil teria sido publicado em uma lei da assembleia legislativa da província do Pará em 1839 oferecendo um prêmio de “quatro contos de réis” para alguém que a eliminasse.

Uma das principais causas associadas pelos fazendeiros e autoridades ao surgimento da doença na época seria o “estado corrupto da atmosfera” (FERREIRA PENNA, 1973) gerado pelo mau cheiro da decomposição dos corpos de éguas abatidas. Havia de modo geral dois motivos do ponto de vista de fazendeiros e criadores da época, por vezes ligados, para a matança realizada: primeiro, devido ao crescimento do numeroso rebanho, os equinos mansos tornavam-se bravios pelos campos, devorando as pastagens que não mais cresciam o suficiente para a alimentação dos bovinos, fazendo com que as autoridades locais, junto aos fazendeiros e vaqueiros, realizassem o abate com armas de fogo, deixando milhares de corpos espalhados pelos campos. A segunda motivação seria a indústria de couros e crinas em torno das éguas, o que atraiu especuladores e comerciantes de diversos países. Ferreira Penna (1973, p. 74-75) mencionou que um agente inglês “industrioso” solicitou ao Presidente da Província licença para comprar e aniquilar 5.000 éguas na Ilha devido ao grande lucro gerado, “[...] a fim de ser aproveitado na indústria das peles e crinas”.

Em decorrência desse ponto, o estudioso e político Barão de Marajó (1832-1906) chegava às mesmas conclusões que o cientista e alguns fazendeiros acerca do abate de éguas, a corrupção da atmosfera e a doença (MARAJO, 1895, p. 309):

[o] resultado d’esta enorme matanca, que subiu a muitas dezenas de milhares, foi que abandonados os corpos a simples accao do sol, ficou por tal maneira corrompida a athmosphera, que se tomou impossivel a aproximação d’aquellas localidades.

Tal teoria estava relacionada a ocorrências de miasmas (CORBIN, 1987), à percepção da época sobre as doenças causadas, seja pela ingestão de água ou alimentos contaminados, ou mesmo à indeterminação dos ares pútridos ou irrespiráveis.

Nesse primeiro momento, as teorias ligadas aos miasmas e ao abate de éguas estavam correlacionadas à indústria de couro e crinas, e as capivaras ainda não figuravam como a principal vilã responsável pela disseminação. A doença era percebida provinda dos próprios cavalos vindos de colônias europeias e contaminados com a doença. Em solo amazônico, apenas encontravam as condições propícias para a disseminação.

Final do século XIX, a partir do desenvolvimento de teorias microbiológicas e bacterianas relacionadas a causas de doenças expressas nos trabalhos de Robert Koch e Louis Pasteur, notáveis cientistas brasileiros desenvolveram estudos acerca do mal de cadeiras consolidando uma matriz ecológica e epidemiológica da doença ao estabelecer continuidades e descontinuidades em relação às teorias miasmáticas.

Nesse contexto, o cientista e médico João Batista de Lacerda (1846-1915) desempenhou um papel importante na microbiologia nacional. Por meio de dados e informações coletados por arqueólogos na Ilha de Marajó, fez sua pesquisa no Laboratório de Fisiologia Experimental, anexo ao Museu Nacional no Rio de Janeiro, constatando o agente etiológico responsável pela morte dos equinos. O cientista observou em seus experimentos com animais que a água do lago Arari apresentava um micrófito sob forma de filamentos longos, cilindroides e ondulados, às vezes soltos, outras vezes reunidos em feixes, “[...] pertencente provavelmente ao grande grupo dos Ascomycetes” (LACERDA, 1885, p. 72), além de apresentarem grandes analogias com os organismos observados na medula de cavalos infectados. Outro ponto observado por Lacerda foram as grandiosas populações afetadas de capivaras e porcos bravios que predominavam na Ilha.

Lacerda (1885, p. 72) discordava dos modos de contágio e disseminação por meio das carcaças como vinha sendo abordado por fazendeiros e criadores ao ressaltar que a doença somente seria propagada por cadáveres que continham o agente etiológico ou “agente morbigeno” produtor da moléstia, de modo que a queima de animais mortos e dos campos poderia não ser eficaz para conter o contágio. O cientista tropicalista Adolfo Lutz (1879-1940), pioneiro no campo da epidemiologia e doenças infecciosas no Brasil, deu continuidade aos estudos acerca do mal de cadeiras e realizou um estudo de campo na Ilha. Por meio de exames clínicos detalhados, esse cientista identificou o tripanosoma causador da doença, além de chegar à conclusão de que as capivaras seriam o reservatório da doença, sendo atacadas por insetos hematófagos (mutucas) transmissoras da moléstia.

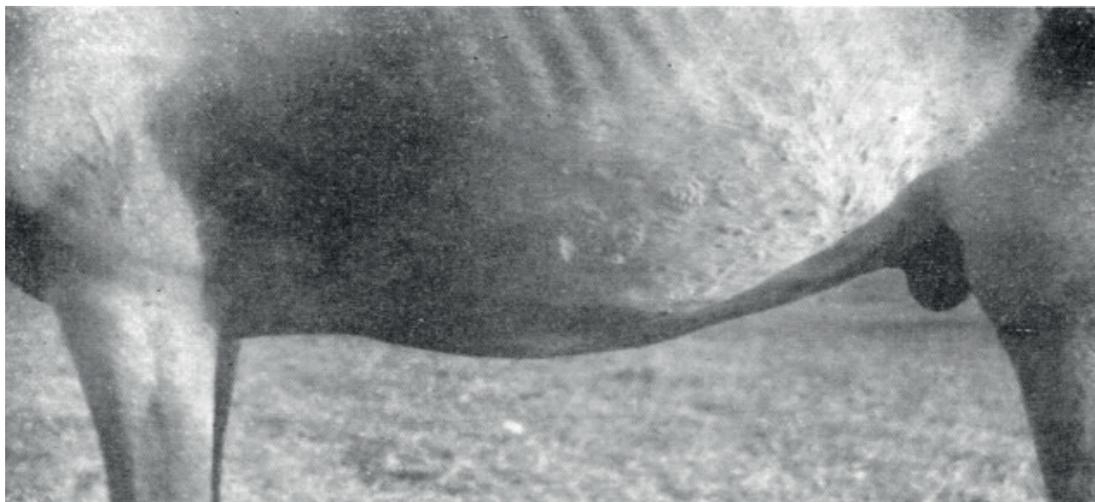
Em seu trabalho *Estudos e observações sobre o quebrabunda ou peste de cadeiras*, Lutz (2007) considerava que não havia risco de transmissão do protozoário após a morte do animal e antes do estabelecimento de uma putrefação considerável de seus corpos, o que apontava para uma diferença com relação às considerações de Lacerda. Por fim, o extermínio das espécies, em especial capivaras, deveria ser a principal medida de contenção da doença, razão pela qual os criadores não deveriam se preocupar com a aplicação de medidas terapêuticas diante de tais circunstâncias imprevistas que atingiam seus animais.

Geth Jansen (1941), pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, realizou experiências de profilaxias experimentais de doenças infecciosas e deu sequência aos estudos sobre o mal de cadeiras de Batista Lacerda e de Lutz. O autor destacou as principais relações ecológicas

envolvendo a disseminação dos patógenos, a importância dos insetos hematófagos (como mencionado por Lutz) e sua relação com o período das chuvas. Esses novos elementos alteravam a percepção em torno das formas de contágio da doença ao apresentarem um ciclo epizootico que ocorreria não devido às capivaras, como se pensava, mas que os surtos coincidiam com a época após as chuvas, ocasião em que surgia o aumento de mutucas. Os cavalos poderiam atravessar o ano com tripanosomas no sangue e em estado de saúde aparente, constituindo, assim, depositários do mal de cadeiras. Quanto ao extermínio da capivara, em consequência do seu aproveitamento econômico, Jansen acrescentava que não modificava o caráter endêmico da doença na Ilha de Marajó.

De modo geral, práticas, técnicas e teorias de criadores e de cientistas *não se afastaram de metáforas militares* de guerra contra a peste (KECK; KELLY; LYNTERIS, 2019), enfatizando a narrativa do surto, quando apresentaram profilaxias e estratégias de extermínios de espécies transmissoras de patógenos, o que foi posto em prática para proteger a criação de cavalos das doenças transmitidas por vetores, ao passo que realizavam um enquadramento de animais específicos como inimigos (KECK, 2020), propagadores da peste, mesmo quando a culpa do animal em questão carecia de evidências científicas conclusivas, como apontaram alguns estudos, para a origem da doença infecciosa em uma entidade invisível ou microbiológica desconhecida para os moradores e criadores locais. Como não era possível agir sobre os próprios microrganismos e patógenos – pelo menos até que os princípios da vacinação fossem estabelecidos e aplicados –, a possibilidade de erradicar uma doença ou de controlá-la era buscada pela matança dos animais portadores, transmissores ou infecciosos.

Figura 1 – Cavalo com mal de cadeiras, lesões e edemas no ventre



Fonte: Jansen (1941)

Figura 2 – Animal com dificuldade em permanecer em pé



Fonte: Jansen (1941)

#### 4 “El-Dorado phenomenal de jacarés”

Historicamente, ao longo dos campos marajoaras, os jacarés foram descritos por sua presença abundante em toda a Ilha, sobretudo nas regiões de grandes lagos, como o Arari, onde também estavam instaladas grandes fazendas de criação de gado como apresentado anteriormente. A principal espécie mencionada seria o jacaré-açu de calda comprida, larga e chata, que atinge cerca de 4 a 5 metros de comprimento e se destacou na paisagem sendo um predador do topo de cadeia alimentar. Le Cointe (1946, p. 146) descreve o comportamento animal mediante as interações com humanos pelos lagos no final do século XIX:

Na agua, está á vontade e nada com grande rapidez. Não assaltará uma embarcação, mas não deixará de aboccar a perna de quem esbarra nelle quando está meio enterrado no lodo, ou o braço que o pescador adormecido deixa pender fóra da montaria.

Os animais ficavam escondidos ou às margens dos rios ao sol e observavam “[...] creanças ou as mulheres descuidadas que estão tomando banho no pequeno porto de suãs casas” (LE COINTE, 1946, p. 146).

No final do século XIX, o naturalista Emilio Goeldi chegou a classificar o local como “reino dos répteis”, já que ali predominavam jacarés e camaleões. Além da Ilha de Marajó, as ilhas vizinhas Mexina e Caviana constituiriam um verdadeiro “*El-Dorado phenomenal de jacarés*” (GOELDI, 1902, p. 393). Os animais coabitavam as paisagens junto ao gado e outras espécies, sobretudo nos *mondongos* e *aningaes*, parte sazonalmente alagadiça dos campos. No período de seca com o baixo nível das águas, era possível observar centenas de jacarés incrustados de lama seca ao sol (GOELDI, 1902, p. 393).

Do ponto de vista pastoril dos fazendeiros, as enchentes e os jacarés, sem se esquecer das piranhas, são classificados como “inimigos” dos criadores de gado na Ilha de Marajó. Segundo Vincent Chermont de Miranda (1907, p. 101), o jacaré-açu:

[...] exerce, cruéis estragos no gado, a praga no começo da secca é terrivelmente numerosa e de tal modo flagella os animaes, que o gado

miúdo algumas vezes não resiste às sugações, acompanhadas de noite de martyrisada insomnia.

De modo que o jacaré “[...] é nocivo ao criador não só pelos bezerros que come no inverno, como pela grande quantidade de peixe que consome no verão [...]”, segundo Chermont de Miranda (1894, p. 81). As enchentes nos terrenos baixos exigem o transporte dos animais para lugares mais altos, nas áreas de teso dos campos, onde os animais são transportados em marombas, como jiraus, que protegem o gado e conduzem alimentação como o capim e a canarana. Do ponto de vista dos criadores, segundo Chermont de Miranda (1894, p. 81): “[...] o jacaré não tem utilidade que possa compensar, ao menos em parte, os prejuízos que é culpado; [...] Os fazendeiros [têm] todo interesse em destruí-lo”.

Os fazendeiros contratavam os “arpoadores” (vaqueiros e moradores locais) para a caça aos jacarés-açus, estes eram vaqueiros e moradores locais que conheciam profundamente as paisagens para “vaquejarem” os animais (MARAJO, 1895). As práticas de lançar arpão também eram registradas na pesca de pirarucu na Ilha, quando era lançado de cima das canoas ou das margens das lagoas, buscando, além da predação do gado, o comércio de couro ativo que perduraria intensamente até o período da Segunda Guerra Mundial no século XX. Desse modo, as caçadas dos jacarés eram realizadas à *moda indígena* no período das cheias (SOARES, 1966).

Tais práticas e o ambiente técnico foram narrados por viajantes, entre eles, destaca-se o Barão de Marajó:

Os fazendeiros, para evitar os estragos que eles fazem no peixe dos lagos, e nas rezes, organisaram entre si uma matança de jacarés e reunidos 20 ou mais, dirigem-se ao lago que eles existem ou á superfície da agua ou amontado nas hervas das beiradas. Os lados não oferecem grande profundidade de agua e eles entrando n’ella começam por matar meia dúzia d’elles com tiros das carabinas modernas, únicas capazes de perfurar a espessa pelle ou as rijas cabeças, ou com arpões e machados, o que os intimida, e então os vaqueiros entrando n’agua com varas, batendo n’ella, os vão levando deante de si até ao logar em que não havendo agua ficam em secco ou quase em secco; ahi com lanças e com golpes de machado nas cabeças ou laçando-os e puchando-os, os vão matando. Acontece que às vezes que algum, conhecendo o perigo que no ameaça, para fugir volta-se com os vaqueiros; estes abrem-lhe caminho ou o laçam, mas então eles tornam-se ferocíssimos.

É para admirar o desassombro com que o vaqueiro armado com machado, cujo cabo é curto, se põe em frente d’um monstro d’aquelles, que, abrindo a boca, oferece abertura de um metro e lhe rebenta a cabeça de um golpe que o atordoia, pois que o jacaré atacado pelo lado lançaria o vaqueiro por terra com uma pancada da cauda apanhando-o com a boca cujos dentes tem não menos cinco ou 6 centímetros de comprimento.

O facto de os jacarés, como se fôram gado, se retirarem fugindo aos vaqueiros é que deu logar a estes dizerem que vão fazer *uma vaquejada* de jacaré. (MARAJO, 1895, p. 311, grifo meu)

O cientista natural Alfred Wallace (2004), em sua estadia, teve a oportunidade de vivenciar e de narrar suas experiências sobre as caçadas. Em uma ocasião, ele foi convidado pelo administrador da ilha a acompanhá-lo em uma caçada, a qual descreve a aventura da seguinte forma:

Alguns negros entraram na água, levando compridas varas, com as quais empurravam os animais para o lado, onde outros os esperavam com arpões e laços. De quando em quando, um laço era jogado sobre as cabeças dos jacarés, ou, se algum já tivesse sido arpoado, outro laço era arremessado para prendê-lo, quer pela cabeça, quer pela cauda, e assim é fácil mente puxado para a praia, pelos esforços conjugados de dez ou de doze homens. Outro laço ainda é jogado, se assim for preciso, para ter o animal preso em ambas as extremidades. Na ocasião de ser arrastado para fora da água, um negro, armado de machado, cautelosamente dele se aproxima, e, com um golpe seguro corta-lhe a cauda, tornando completamente inútil a formidável defesa do bicho, e, desfechando-lhe logo outro golpe, sobre o pescoço, separa a cabeça do tronco. Este é assim deixado ali no chão. Em seguida, começa a perseguição a outro animal, que, pela mesma forma, dentro de pouco tempo, fica reduzido a idênticas condições. Acontecia, às vezes, romper-se o laço, ou o arpão desprender-se, e os negros tinham então que patinhar na água, no meio dos ferozes animais, de maneira horrivelmente arriscada. (WALLACE, 2004, p. 139)

O naturalista descreve minuciosamente o ambiente técnico da vaquejada com arpão, bem como os usos das carcaças da espécie:

Tinham aqueles bichos dez a dezoito pés de comprimento, alguns chegando mesmo a vinte, com enormes e disformes cabeças e horríveis fiadas de longas e aguçadas presas. Depois de muitos deles já se acharem em terra, uns mortos, outros ainda morrendo, foram em seguida abertos, para extrair-se-lhes a banha, acumulada em torno das entranhas, em grande quantidade, e que era retirada e colocada sobre os couros dos menores, couros esses tirados especialmente para tal propósito. Há outra espécie menor, aqui chamada “jacaretinga”, cuja carne é a preferida para se comer, sendo muito mais delicada do que a das espécies maiores. Após ter matado uns doze ou quinze jacarés, o administrador e os seus homens foram dali para outro lago, situado a curta distância, onde tais bichos ainda são encontrados em maior número, e, até ao escurecer, já haviam matado cerca de 50. No dia seguinte, foram mortos ainda mais uns 20 ou 30. 54 Em seguida, iniciou-se a extração da banha dos que foram mortos na véspera. (WALLACE, 2004, p. 140)

Nesse trecho, é possível observar a grande quantidade de animais abatidos em dois dias de caçada, mais de cem jacarés, inclusive, por volta do final do século, Goeldi (1902, p. 394) comentou que um fazendeiro havia eliminado mais de 2.000 indivíduos apenas em sua fazenda. Do animal morto eram extraídos a banha e o couro, sendo a banha utilizada para produção de óleo e o couro, segundo o próprio Wallace (2004), para fazer suportes para carregar a banha. Outro ponto é que com a pesca em larga escala de tartarugas e peixes-boi, foram abatidos os jacarés para se fazer o azeite, além de o óleo ser empregado na iluminação individual e das vilas e cidades que iam se erguendo (NUNES PEREIRA, 1956).

*A priori*, a fatura dessas espécies era explícita nessa região, grandes matanças de jacarés eram estimuladas no intuito de comercializar seu couro e sua carne, mas também para ajudar no controle desses répteis que ofereciam prejuízos aos fazendeiros, donos de gados capturados com frequência em suas fazendas pelos predadores. Para a devida proteção do gado, entre outros animais criados no Marajó, os fazendeiros levantavam currais para

abrigá-los nas épocas da cheia e proteger seus sustentos das inundações, dos jacarés e das cobras que aproveitavam a facilidade para atacar suas presas (PACHECO, 2009).

Segundo Pacheco e Cutrim (2014), no jornal *A Província do Pará* (1899), na “secção de ciência”, um artigo publicado apontaria para os jacarés como grandes niveladores dos rios da região, sendo um fator do aprofundamento dos lagos, como o é o pirarucu, bem como os outros peixes e aves ribeirinhas. Com a matança desordenada para o comércio e a proteção do gado, o número de jacarés reduziu consideravelmente a ponto de uma lei de proteção ter que ser implementada pelo governo para fins preservacionistas (PACHECO; CUTRIM, 2014), o que acabou mudando a vaquejada de jacarés, embora sendo realizada fortemente até o período da Segunda Guerra Mundial, quando houve a consolidação da indústria do couro em torno do comércio de peles dessa espécie, e a Ilha de Marajó passou a subsidiar significativamente a indústria nascente na cidade de Belém até o estabelecimento de leis a nível nacional.

Figura 3 – Matança de Jacarés em Marajó



Fonte: Pará (1908)

Figura 4 – Caçada de Jacarés na Ilha de Marajó – Cartão Postal



Fonte: Pará ([2015])

## 5 Simplificações Ecológicas e Proliferações Ferais

Ao buscar compreender os efeitos do Antropoceno na Amazônia marajoara, é fundamental entender as paisagens multiespécies ao longo do tempo, considerando a introdução das espécies alienígenas ao contexto colonial, nesse caso, a partir da atividade criatória de bois e de cavalos. Dessa forma, a abordagem buscou observar as múltiplas escalas e trajetórias emaranhadas na criação dessas paisagens ligadas às fazendas marajoaras. Segundo Tsing (2019), é possível contemplar o conceito como uma ferramenta analítica para situar e pensar as temporalidades e socialidades-mais-que-humanas constituídas em seus encontros, nesse caso, no planejamento colonial em torno do gado.

A noção de paisagem amplia o problema para além das relações entre humanos e animais ou plantas ao enfatizar os ambientes que são produzidos por essas relações em zonas naturais e culturais de coprodução (HARAWAY, 2008; TSING, 2019). Uma paisagem seria o sedimento de atividades humanas e não humanas, bióticas e abióticas, que remetem a padrões e registros de tais relações em uma temporalidade (INGOLD, 2000). Já a noção de multiespécies (KIRKSEY; HELMREICH, 2010) pretende problematizar os emaranhamentos entre espécies, microrganismos e materialidades que constituem esses ambientes: gado vacum e cavalos, sangue, carcaças, tecnologias, campos, cidades, fluídos corporais, rastros, vegetação, etc. Tais relações implicam múltiplas escalas e envolvem uma diversidade de fragmentos: tal como uma mistura de fazendas, e os campos seriam uma paisagem, mas também a pastagem, os insetos hematófagos, a doença infecciosa, e

o gado criam microecologias. O que leva a descrição das paisagens como emaranhados multiespecíficos dentro de uma dinâmica histórica multiescalar no Antropoceno (BALEÉ, 2013; KAWA, 2016; TSING, 2015).

Na Amazônia marajoara, por meio da primeira história apresentada, foi possível atentar para um ponto de emergência dessa época por meio da formação de paisagens e habitabilidades ligadas à trajetória do gado vacum e cavalari pelas instalações de fazendas ligadas a ordens religiosas e aos colonos. O gado vacum e cavalari passou a se proliferar pelos campos e matos, distanciando-se das fazendas e fugindo do controle reprodutivo, passando do estatuto de *mansos* para *asselvajados*, sendo centrais nas contendas sociopolíticas apresentadas que envolviam a gestão e a fiscalização do território colonial e das fazendas.

A partir disso, foi possível observar dois modos de relações ecológicas presentes nas histórias seguintes, envolvendo o mal de quebra-bunda e a vaquejada dos jacarés-açu: *simplificações ecológicas/modulares* e *proliferações ferais* (TSING, 2015; TSING; MATHEWS; BUBANDT, 2019), que estão enredadas como perturbações humanas e mais que humanas em distintas escalas. A emergência da peste estava ligada às proliferações ferais (incluindo espécies, microrganismos e materialidades) que fugiam ao controle humano ligado ao rebanho dos cavalos, além é claro da sua implicação no extermínio de outras espécies a mando dos fazendeiros e políticos, as quais eram atribuídas às causas e origens, a exemplo de milhares de capivaras que eram abatidas pela doença e habitavam os matos e locais considerados insalubres, de acordo com a visão de fazendeiros da época. É fundamental seguir a trajetória dessa doença fortemente ligada ao gado cavalari, que afeta outras espécies (selvagens ou silvestres) em diferentes escalas, como mencionado anteriormente, se quisermos entender as perturbações na infraestrutura colonial antropocênica, o que inclui olhar para a socialidade não humana, incluindo as relações envolvendo o mal de quebra-bunda emergente a partir do rebanho em formação.

Devido à multiplicação do gado cavalari, o gado vacum passou a entrar em relações de competição em pastos e fazendas nas visões dos fazendeiros, o que estimulou o seu abate e produziu milhares de carcaças por toda a Ilha, e isso estava associado à origem da doença pelos fazendeiros e políticos da época, além do impulso gerado pelo forte comércio de peles. Nesse contexto, emergem as teorias miasmáticas em torno de uma alteridade ameaçadora ligada ao envenenamento do ar, em que a queima dos campos era uma maneira de combater a atmosfera causadora de doenças pela decomposição das carcaças, embora a proliferação da doença permanecesse causando instabilidade na indústria pastoril marajoara e assustando criadores.

Já as simplificações ecológicas estiveram historicamente ligadas à conquista colonial, como argumenta Rosa Ficek (2019) em sua consideração sobre o complexo pecuário na América Latina, visto que tais projetos incluíam tornar a paisagem habitável para o gado diante outras espécies e ecologias locais, ao passo que se relacionava a incorporação e a exploração de comunidades indígenas por meio da captura para o trabalho. As simplificações se relacionavam à redução de seres vivos em uma área ao privilegiarem apenas um tipo dentro do projeto humano, nesse caso, notado no extermínio massivo de jacarés por meio da vaquejada, visto que essa espécie predava o gado vacum e cavalari, ocasionando prejuízos econômicos, além de serem vistos como uma constante ameaça à própria vida humana quando ficavam à espreita pelos campos. Desse modo, se o

jacaré se configura uma *praga* para a indústria pastoril marajoara, o gado e suas relações ecológicas também podem ser tomadas nessa perspectiva para as espécies locais que têm suas sobrevivências ameaçadas.

A presença massiva notada nos relatos de viajantes e naturalistas é substituída pelas grandes matanças executadas pelos arpoadores a mando dos grandes fazendeiros, fomentando a comercialização do seu couro e da sua carne. A consolidação desse complexo industrial em torno do gado promove esse extermínio para uma espécie que, ao longo do tempo, vai ganhando a proteção por parte de autoridades e políticos na medida em que se reduz a população local.

As simplificações ecológicas em larga escala na Ilha estão ligadas a proliferações ferais que acabam se espalhando e constituindo o mosaico da paisagem intrinsecamente relacionadas à dinâmica feral do gado na Amazônia marajoara de modo que constituem as próprias paisagens, não sendo possível pensar tais relações de modo separado. Nesse sentido, “ferais” é usado para indicar as relações multiespecíficas que perturbam infraestruturas coloniais e industriais. Tsing (2015) amplia o termo para destacar como seres vivos e não vivos, assim como foi destacado, podem ganhar novos poderes ao se associarem aos projetos humanos modificadores da terra, da água e da atmosfera que configuram as infraestruturas.

Dessa forma, a circulação transnacional de patógenos e cavalos seria um ponto de partida fundamental para abordar os efeitos e as perturbações produzidas nas paisagens a partir dos processos de introdução, de dispersão e de adoção do rebanho de gado *vacum* e cavalos. Tais espécies relacionadas aos processos de colonização europeia das Américas oferecem um *catálogo de pragas, pestes e epidemias* (FICEK, 2019; TSING, 2015; TSING; MATHEWS; BUBANDT, 2019) que estão ligadas à destruição de nativos, humanos e não humanos.

## 6 Seguindo o Pacote Multiespécies do Gado

Foi possível notar as interações multiespecíficas envolvendo ecologias, caça e extermínio de animais, disseminação de uma peste, além das tentativas de tornar as paisagens áreas de habitação do rebanho, seguras e propícias, para a reprodução da atividade criatória na Amazônia marajoara. Enfatizou-se a dinâmica biossocial dos empreendimentos coloniais e capitalistas no Antropoceno e as ecologias mais-que-humanas da atividade criatória; as relações entre materialidades e organismos na conformação das paisagens marajoaras ligadas aos animais, as fazendas e aos campos.

Dessa forma, a introdução do gado *vacum* e cavalos nos campos marajoaras está relacionada a um “pacote de espécies” (BOIVIN, 2017) ou “pacote multiespecífico” do gado (VANDER VELDEN, 2020) que estava diretamente ligada a cavalos, artefatos, patógenos, técnicas, além de um conjunto de não humanos articulados em um modo de vida mais ou menos coerente e de funcionamento material-semiótico (HARAWAY, 2008). Esses aspectos chamam atenção para os fluxos de materiais e forças envolvidos nas paisagens, não somente por humanos, mas por não humanos como patógenos e jacarés que estavam relacionados à morte do gado e às dificuldades de consolidação da atividade criatória

na Ilha. A discussão busca chamar a atenção para a capacidade dos não humanos de responder às práticas humanas de maneiras diferentes daquelas pretendidas pelo *design* humano (TSING, 2019), nesse caso, o projeto de criação sistemática de animais.

É preciso pensar em ampla escala os entrelaçamentos históricos e ecológicos das paisagens na Amazônia marajoara que a longo prazo são *artefatos multiespecíficos*, produtos das ações milenares e conjuntas de grupos humanos e seres não humanos: animais, plantas, rios, fenômenos climáticos, microrganismos, agentes químicos, povos indígenas e não indígenas, entre muitos outros seres que devem ser levados em conta (VANDER VELDEN, 2020; VANDER VELDEN; SILVEIRA, 2021). Por fim, abordar essas paisagens por meio de suas histórias oferece um lembrete das múltiplas trajetórias emaranhadas na criação animal. As paisagens não são simplesmente o pano de fundo para a ação histórica de humanos ou mesmo animais, mas são ativas na coconstituição de mundos na Amazônia marajoara.

## Referências

- ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.
- BAENA, Antônio. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.
- BALÉE, William. **Cultural Forests of the Amazon: A Historical Ecology of People and Their Landscapes**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2013.
- BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará: obras reunidas**. Belém: UFPA, 1973.
- BARROSO, Antonio Emilio Vieira. **Marajó: Estudo etnográfico, geológico, histórico sobre a grandiosa ilha da foz do Amazonas**. [s.l.]: Companhia Editôra Americana, 1954.
- BOIVIN, Nicole. Human and human-mediated species dispersals through time: introduction and overview. In: BOIVIN, N.; CRASSARD, R.; PETRAGLIA, M. (ed.). **Humans dispersals and species movement: from prehistory to the present**. Cambridge: Cambridge University Press, 2017. p. 3-26.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: Four theses. **Critical Inquiry**, [s.l.], v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.
- CORBIN, Alain. **Saberes e Odores**. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- DIAS, Joel Santos. **“Confuso e intrincado labirinto”**: fronteira, território e poder na ilha grande de Joanes (séculos XVII e XVIII). 2016. 622f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- DERBY, Orville A. The artificial mounds of the island of Marajó, Brazil. **The American Naturalist**, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 224-229, 1879.
- DERBY, Orville A. A ilha de Marajó. **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia**, [s.l.], 1898.
- FERREIRA PENNA, Domingos Soares. **Obras completas**. Vol. I. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1973. v. I.
- FERRÃO, Euzalina da Silva. **Vaqueiros, compadres, criadores de gado e transformações nos campos do Marajó**: relações sociais em mudança. 2016. 236f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

- FICEK, Rosa. Cattle, capital, colonization: tracking creatures of the Anthropocene in and out of human projects. **Current Anthropology**, [s.l.], v. 60, n. S20, p. S260-S271, 2019.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- GOELDI, Emílio Augusto. Maravilhas da natureza: na Ilha de Marajó (Rio Amazonas). **Boletim do Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia (Museu Goeldi)**, [s.l.], p. 370-399, 1902.
- HARAWAY, Donna. **When species meet**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2008.
- HARRIS, Mark. **Life on the Amazon: the anthropology of a Brazilian peasant village**. New York: Oxford University Press, 2000.
- HERBETH, Fabrício. No país das carnes verdes: abastecimento, importação e os discursos de declínio da indústria pastoril marajoara no limiar do século XX. **Revista de Estudos Amazônicos**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 203-243, 2011.
- HEVIA, James. Surra and the emergence of Tropical Veterinary Medicine in Colonial Indian. In: HEVIA, James. (org.) **Animal Labor and Colonial Warfare**. Chicago: University of Chicago Press, 2018. p. 218-249.
- INGOLD, Tim. **The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill**. [s.l.]: Psychology Press, 2000.
- JANSEN, Geth. Contribuição ao estudo do mal de cadeiras na Ilha de Marajó. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 36, p. 347-362, 1941.
- KAWA, Nicholas. **Amazonia in the Anthropocene: people, soils, plants, forests**. Texas: University of Texas Press, 2016.
- KECK, Frédéric. **Avian reservoirs: virus hunters and birdwatchers in Chinese sentinel posts**. Durham: Duke University Press, 2020.
- KECK, Frédéric; KELLY, Ann H.; LYNTERIS, Christos. Introduction: the anthropology of epidemics. In: KELLY, Ann; KECK, Frédéric; LYNTERIS, Christos (org.). **The anthropology of epidemics**. London: Routledge, 2019. p. 1-24.
- KIRKSEY, Eben; HELMREICH, Stefan. The emergence of multispecies ethnography. **Cultural Anthropology**, [s.l.], v. 25, n. 4, p. 545-576, 2010.
- LACERDA, João Batista. **Pathogenesis Comparada: Peste de Cadeiras Ou Epizootia de Marajó, Suas Analogias Com o Beriberi**. Rio de Janeiro: Lombaerts & Companhia, 1885.
- LE COINTE, Paul. O estado do Pará: a terra, a água e o ar: a fauna e a flora, mineraes. **Brasiliana**, [s.l.], 1945.
- LIMA, Eli de Fátima Napoleão de. Extrativismo e produção de alimentos: Belém e o “núcleo subsidiário” de Marajó, 1850/1920. **Estudos Sociedade e Agricultura**, [s.l.], v. 7, p. 59-89, 1996.
- LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruá: uma história ecológica do arquipélago do Marajó**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012.
- LUTZ, Adolph. Estudos e observações sobre o quebrabunda ou peste de cadeiras. In: BENCHIMOL, Jaime L.; SÁ, Magali Romero, (orgs.). **Adolpho Lutz: Viagens por terra de bichos e homens**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. v. 3. p. 83-100.
- MARAJÓ, Barão de. **As regiões amazônicas, estudos chorographicos dos estados do Gran Para e Amazonas**. Lisboa: [s.n.], 1895.
- MEDRADO, Joana. **Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no Sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Glossario paraense**: ou, Collecção de vocabulos peculiares á Amazonia e especialmente á ilha do Marajó. Belém: Livraria maranhense, 1906.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Marajó**: estudos sobre seu solo, seus animaes e suas plantas, 1894.
- MIRANDA, Vicente Chermont de. **Os campos de Marajó e a sua flora considerados sob o ponto de vista pastoril**. [S.l.: s.n.], 1907.
- MIRANDA NETO, Manoel José de. **Marajó**: desafio da Amazônia, aspectos da reação a modelos exógenos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Record, 1976.
- MOORE, Jason. **Capitalism in the web of life**: ecology and the accumulation of capital. London: Verso, 2015.
- NUNES PEREIRA, Manuel. **A ilha de Marajó**: estudo econômico-social. Rio de Janeiro: Divisão de Caças; Serviço de Informação Agrícola, 1956.
- PACHECO, Agenor Sarraf. **En el Corazón de la Amazonía**: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas marajoara. 2009. 356f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.
- PACHECO, Agenor Sarraf; CUTRIM, Haney Lemos. Marajoaras na Belle Époque: história, patrimônios e condições de vida. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 157-175, 2014.
- PARÁ. **Álbum do Estado do Pará (Governador 1901-1909: A. Montenegro)**. Paris: Chaponet, 1908.
- PARÁ. **Ilha de Marajó, Caçada de Jacarés – Cartão Postal antigo original**, n. 1, editado por Allemã, não circulado. [2015]. Mede 14x9 cm. Disponível em: <https://www.rmgouvealeiloes.com.br/peca.asp?ID=1282220&ctd=111>. Acesso em: 2 jul. 2023.
- SALLES, Vicente. **O Negro no Pará**: sob o regime da escravidão. 2. ed. Brasília, DF; Belém: Ministério da Cultura; Secretaria de Estado da Cultura; Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, 1988.
- SOARES, Eliane Cristina Lopes. **Roceiros e “Vaqueiros” na Ilha Grande de Joanes no Período Colonial**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- SOARES, Lúcio de Castro. **Tipos e aspectos do Brasil**. IBGE: Rio de Janeiro, 1966.
- TSING, Anna. **The Mushroom at the End of the World**: on the Possibility of Life in Capitalist Ruins. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília, DF: IEB Mil Folhas, 2019.
- TSING, Anna; MATHEWS, Andrew; BUBANDT, Nils. Patchy Anthropocene: landscape structure, multispecies history, and the retooling of anthropology: an introduction to supplement 20. **Current Anthropology**, [s.l.], v. 60, n. S20, p. S186-S197, 2019.
- VAN DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Multispecies Studies Cultivating Arts of Attentiveness. **Environmental Humanities**, [s.l.], v. 8, n. 1, p. 1-23, 2016.
- VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. O que anunciam os chifres dos bois? Artefatos multiespecíficos na expansão da pecuária no Brasil. **Anthropológicas**, [s.l.], v. 31, p. 67-104, 2020.
- VANDER VELDEN, Felipe; SILVEIRA, Flávio da. Humanos e outros que humanos em paisagens multiespecíficas. **Revista Ñanduty**, [s.l.], v. 9, n. 13, p. 1-18, 2021.
- VITERBO, Frei Joaquim de Santa Rosa de. **Elucidário das palavras, termos e frases, que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram**. Lisboa: Tipografia Régia Silviana, 1799.

WALLACE, Alfred. **Viagens pelo Amazonas e rio Negro**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

**Matheus Henrique Pereira da Silva**

Doutorando em Antropologia Social (PPGAS-UFSCar). Bolsista de Doutorado FAPESP, Processo: 2021/04496-7.

Endereço profissional: Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas. Rodovia Washington Luis, km 235, São Carlos, SP. CEP: 13565-905.

*E-mail*: matheusk11@hotmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7777-4675>

**Como referenciar este artigo:**

SILVA, Matheus Henrique Pereira da. Paisagens, Histórias e Ecologias mais que Humanas do Gado ao Longo dos Campos na Amazônia Marajoara. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e94144, p. 23-42, setembro de 2023.

# A Entrada do Pânico no DSM-III e sua *Performance* a partir da Imipramina

Giovanna Paccillo dos Santos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil

## Resumo

Este artigo se debruça sobre a história, a partir da psiquiatria, do diagnóstico de transtorno de pânico e de sua consolidação nas décadas seguintes na literatura científica. Acompanhando um movimento histórico e cultural da psiquiatria dos anos de 1960 a 1980 de fortes críticas à psicoterapia psicodinâmica, o pânico emerge como um transtorno pela primeira vez a partir do teste clínico com um medicamento chamado Imipramina, no final da década de 1950. Ao comparar os primeiros testes em que o psiquiatra Donald Klein realizava em pacientes institucionalizados aos experimentos posteriores usando placebo, demonstra-se como uma transformação no horizonte teórico da psiquiatria norte-americana (da psicanálise para a psiquiatria biológica) era inscrita nesses experimentos. Argumenta-se que, além de uma rejeição teórica à psicanálise como fator explicativo, havia uma rejeição de formato, que acaba sendo instituída, oficialmente, no terceiro *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III)*.

**Palavras-chave:** Transtorno de Pânico. Medicamentos. Psiquiatria Biológica. DSM.

## The Entrance of Panic Disorder in the DSM-III, and its Enactment of Panic Through Imipramine

## Abstract

This article focuses on the history, based on psychiatry, of the diagnosis of panic disorder and its consolidation in the following decades in the scientific literature. Following a historical and cultural movement in psychiatry from the 1960s to 1980s of strong criticism of psychodynamic psychotherapy, panic emerges as a disorder for the first time after the clinical trial of a drug called Imipramine, in the late 1950s. From the first tests in which the psychiatrist Donald Klein carried out his tests on institutionalized patients, to the later experiments using placebo, I demonstrate how a transformation in the theoretical horizon of North American psychiatry (from psychoanalysis to biological psychiatry) was inscribed in these experiments. I argue that, in addition to a theoretical rejection of psychoanalysis as an explanatory factor, there was a rejection of format, which ends up being officially instituted in the third Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-III).

**Keywords:** Panic Disorder. Drugs. Biological Psychiatry. DSM.

Recebido em: 25/01/2022

Aceito em: 23/02/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Introdução

O transtorno de pânico foi documentado pela primeira vez na terceira edição do *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III)*, publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) em 1980. Em sua primeira aparição, o transtorno compõe a grande categoria “Transtornos de Ansiedade” (APA, 1980, p. 225). Segundo a descrição do manual, os transtornos que se enquadravam nessa categoria tinham como característica a ansiedade, que poderia tanto aparecer como o distúrbio predominante como poderia ser experienciada quando um indivíduo tentasse dominar sintomas ao confrontar o objeto de uma situação temida em um transtorno fóbico ou resistir às compulsões e obsessões do transtorno obsessivo-compulsivo.

Dentro dessa grande categoria dos transtornos de ansiedade, o manual foi subdividido em “transtornos fóbicos” ou “neuroses fóbicas” e “estados ansiosos” ou “neurose de ansiedade”<sup>1</sup>. O transtorno de pânico remetia à segunda subdivisão e foi descrito como ataques recorrentes de pânico (ansiedade) que ocorrem de forma imprevisível. Os ataques de pânico, por sua vez, se manifestariam da seguinte forma:

[...] início súbito de intensa apreensão, medo ou terror, muitas vezes associados a sentimentos de destruição iminente. Entre seus sintomas experienciados estariam a dispneia, palpitações, dor ou desconforto no peito, sensações de asfixia ou sufocamento, tontura, vertigem ou sensação de instabilidade, sentimentos de irrealidade, parestesias, flashes quentes e frios, suor, desmaio, tremores e abalos, e o medo de morrer, enlouquecer, ou perder o controle durante o ataque. (APA, 1980, p. 230, tradução minha)

Junto a essa descrição, foi anexada uma tabela de critérios diagnósticos que detalhava como se chegar a um diagnóstico preciso: 1) deveria contar com ao menos três ataques de pânico dentro de um período de três semanas – desde que em situações que não trariam ameaças à vida da pessoa e que também não fosse circunscrita a um estímulo fóbico; 2) apresentar pelo menos quatro das sensações acima descritas como sintomas; 3) não ser melhor explicada por outro transtorno mental ou outra doença física; e 4) não ser estritamente associado com agorafobia<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> A variação de nomenclatura, incluindo neuroses como outro nome para designar um mesmo transtorno, tem a ver com a mudança epistêmica que acontece no DSM-III. Ao longo do capítulo, essa questão ficará mais evidente, mas aponta-se que, na terceira edição do manual, o paradigma em vigência da psiquiatria estadunidense acaba sendo deixado de lado em detrimento de uma psiquiatria biológica. Alguns autores identificam que as neuroses aparecem devido à grande pressão dos psiquiatras que se viam na iminência de perder sua hegemonia (RUSSO; VENÂNCIO, 2006).

<sup>2</sup> Agorafobia era descrita no manual como uma condição psiquiátrica caracterizada por medo de estar sozinho, ou estar em espaços públicos difíceis de escapar, ou difíceis de se obter ajuda (APA, 1980, p. 226).

Com o manual, o transtorno de pânico se consolidou por meio de seus sintomas com contornos bem definidos. Em um período de três décadas, o diagnóstico não somente se tornou recorrente dentro dos consultórios médicos e clínicas psiquiátricas, como a expressão “ataque de pânico” passou a ser reconhecida e compartilhada pelo senso comum. No entanto, toda essa estabilidade do diagnóstico no DSM-III é apenas uma configuração do transtorno que não nos permite ver todo um processo de transformações e de disputas do campo, localizado historicamente, que se relacionam com a “descoberta” do pânico e com o DSM-III.

Neste artigo pretende-se evidenciar esse atravessamento entre a história da psiquiatria estadunidense e a “descoberta” do pânico como a primeira doença psiquiátrica cuja criação teve como fator determinante a reação a um psicofármaco (STOSSEL, 2014, p. 256). Trata-se de um dos desdobramentos de minha pesquisa de mestrado, na qual estive atenta às diferentes *performances* do transtorno de pânico e de seus tratamentos a partir da respiração. Entender como o transtorno de pânico foi instituído a partir do medicamento que o tratava foi parte fundamental para pensar produções de diagnósticos. É por isso que darei principal ênfase ao experimento de Donald F. Klein com a Imipramina em 1959. Pretendo demonstrar que, antes de revelar a existência de uma causa biológica para os sintomas que as pessoas sentiam, a prática experimental de Klein performou e instituiu o pânico pela primeira vez como um transtorno mental.

Ao afirmar que a prática experimental “performou” pela primeira vez o pânico, estou me alinhando ao conceito de *enact* (*performance* que institui) de Annemarie Mol (2002) para designar o modo como a medicina – mais especificamente a psiquiatria – molda, interage e sintoniza seus objetos por meio de diferentes práticas. O conceito é utilizado para reiterar que a realidade de uma “doença” nunca antecede as práticas que a produzem. Neste artigo, darei principal ênfase à *performance* do transtorno de pânico a partir da prática experimental, mas ele também é performado de outras formas: na prática clínica, nas práticas cotidianas dos pacientes, pela forma laboratorial, entre outros. Foi a partir da experimentação com um psicofármaco que o pânico passou a existir para um conjunto de psiquiatras. Isso não quer dizer que, a partir do experimento, ele tenha sido estabilizado como diagnóstico ou fato científico (LATOURE, 2019), mas que passou a existir como uma ideia, uma hipótese, enquanto entidade que viria, depois, a ganhar contornos mais definidos, ser debatido por pares, e circular para além do campo psiquiátrico. O foco na prática experimental tem como objetivo pensar como essas práticas mais cotidianas de experimentação produzem efeitos na realidade. Não somente por meio da produção do “pânico”, mas também na proposta de um outro modo da psiquiatria pensar e de manipular seu objeto, localizando na “carne” do corpo o seu lugar de investigação científica.

Do experimento de Klein, em 1959, até a publicação do terceiro DSM, em 1980, somaram-se pouco mais de duas décadas. Essas duas décadas foram marcadas por um período de intensa movimentação, disputa e mudança no campo da psiquiatria estadunidense. A partir da descrição desses dois experimentos, que buscarei retomar por meio de relatos, entrevistas e de artigos científicos, tenciono demonstrar os elementos heterogêneos que participaram da consolidação dessa forma de enquadrar os diagnósticos. Como sublinha a socióloga Jackie Orr (2006) em seu livro *Panic Diaries*, a história do

transtorno de pânico na psiquiatria está entrelaçada com uma história do século XX, de como o empírico se tornou o que poderia designar tanto a “realidade” psicológica como a sociológica.

## 2 A Psiquiatria Estadunidense e os Manuais Diagnósticos e Estatísticos

O DSM é publicado desde 1952, e sua trajetória é marcada por inúmeras disputas relacionadas ao campo psiquiátrico. Ao longo desse tempo, categorias diagnósticas foram adicionadas e retiradas do manual. Entretanto, na literatura sobre o tema há um consenso de que o DSM-III representou uma mudança importante em torno da orientação epistêmica do manual. Quando a APA publicou a primeira edição do DSM, a ideia era que fosse possível a utilização de uma única nomenclatura pelos profissionais da área. Isso facilitaria não só a produção de dados estatísticos, como também a comunicação entre os pares (APA, 1952, p. v).

O comitê da APA, encarregado por construir o manual de diagnósticos em 1952, usou como diretriz o sistema de classificação psiquiátrica desenvolvido pelo exército americano durante a Segunda Guerra Mundial. A experiência dos psiquiatras durante a guerra reorientou a profissão e sua linguagem diagnóstica em direção às ênfases psicodinâmicas e psicanalíticas do “estresse” definido pela situação, e no papel central da ansiedade e das defesas inconscientes como mecanismo subjacente à maioria dos distúrbios neuróticos (ORR, 2006, p. 177). Embora a psicanálise e a psicologia psicodinâmica nos Estados Unidos tenham seus fundamentos conceituais nas primeiras décadas do século XX, foi só com a Segunda Guerra Mundial que passaram a dominar as concepções, os tratamentos, as abordagens e a linguagem diagnóstica privilegiadas na psiquiatria norte-americana.

Nesse paradigma, os transtornos mentais eram entendidos como conflitos de personalidade e conflitos da psiquê, resultantes de uma má adaptação ao ambiente social. Para esses psiquiatras, os sintomas apresentados pelas pessoas eram manifestações simbólicas que deveriam ser entendidas por meio da história pessoal do indivíduo. Esperava-se, a partir da psicoterapia de longa duração com o foco na personalidade e nas experiências de vida de determinado indivíduo, encontrar o contexto para a interpretação dos sintomas que lhe causavam sofrimento. A segunda edição do manual, publicada em 1968, adquiriu um caráter mais explicitamente psicanalítico, aprofundando a ideia do distúrbio mental como uma desorganização psicológica do indivíduo.

Ainda que a produção dessas categorias diagnósticas fosse um esforço de organizações e psiquiatras, o quadro nosológico apresentado no DSM-I e no DSM-II foi paulatinamente considerado insuficiente na elaboração de sistemas classificatórios. Isso se devia, principalmente, ao fato de os sintomas apresentados no manual não revelarem “entidades de doença”, mas uma falta de adaptação que não conseguia se expressar diretamente (MAYES; HORWITZ, 2005, p. 250). Dessa forma, as doenças mentais se apresentavam mais ou menos em um *continuum* que não distinguia suficientemente bem o normal do patológico.

Em determinado momento, esse paradigma passou a ser alvo de críticas que vinham de várias direções. Paralelamente à construção e à consolidação de uma psiquiatria psicodinâmica ou psicanalítica, uma série de eventos ocorria: a emergência do movimento antipsiquiátrico com nomes importantes da contracultura; o governo estadunidense financiando certos serviços de saúde mental e pressionando por uma melhor delimitação do tipo de atendimento à saúde que se disponibilizaria a pagar; os seguros de saúde passando pelo mesmo “problema”; o crescimento da indústria farmacêutica e a disponibilidade de novos fármacos no mercado; e até mesmo pesquisadores cada vez mais céticos com a análise psicanalítica.

O crescimento da indústria farmacêutica e a consequente “desinstitucionalização”, que começou a ocorrer nos anos 1950, foram centrais para o processo que descrevo neste artigo<sup>3</sup>. A introdução da droga antipsicótica Clorpromazina em 1954, por exemplo, fez com que muitos pacientes que tinham quadros graves, como surtos psicóticos, pudessem ser acalmados e, com isso, voltar a “viver em sociedade” (MAYES; HORWITZ, 2005, p. 254). Esse grupo de pessoas que foram “desinstitucionalizadas” formou um novo grupo demográfico de jovens adultos com “condições mentais” severas que passou a entrar e a sair de instalações médicas de emergência, enfermarias psiquiátricas e instituições correccionais, aumentando a própria demanda da psiquiatria.

Em 1956, o National Institute of Mental Health (NIMH), a National Academy of Sciences e a APA organizaram, juntos, uma grande conferência chamada “Psicofarmacologia: Problemas na Avaliação”. A conferência, que contou com a participação de representantes da indústria farmacêutica e da Food and Drug Administration (FDA), marcou a importância crescente da psicofarmacologia para a prática e a pesquisa psiquiátrica. O conferencista Ralph Gerald, em sua fala, atribuiu o *timing* do evento à necessidade urgente de se desenvolver métodos rigorosos e objetivos para avaliar os efeitos das novas drogas. O objetivo da conferência era ajudar a estabelecer procedimentos mais padronizados para as avaliações clínicas de psicofármacos, uma vez que, como ele explica: “[...] os métodos disponíveis para o estudo científico cuidadoso da efetividade da terapia com drogas são insatisfatórios” (GERALD, 1956 *apud* ORR, 2006, p. 205). Os participantes da conferência advogavam pela implementação do *design* de pesquisa padronizado com grupo controle e duplo-cego, no qual nem os pacientes e nem o médico-pesquisador saberiam qual droga estava sendo administrada. Esses padrões comumente eram relacionados aos usados pela FDA para testar a eficácia de medicamentos, ou seja, estudos quantitativos e comparativos baseados em amostras correspondentes de pacientes diagnosticados uniformemente, tratados com procedimentos padronizados, e com os resultados julgados não somente pelos médicos, mas por observadores imparciais não envolvidos no tratamento (HALE, 1995).

O aumento do uso de drogas psicoterapêuticas por psiquiatras foi relativamente rápido tanto no âmbito público quanto no privado (BROWN, 1985). Muitos daqueles que estavam deixando hospitais psiquiátricos não respondiam bem à psicanálise freudiana ou à psicoterapia. Devido a isso, os psiquiatras começaram a aumentar o uso de drogas como tratamento, principalmente para aquelas categorias de adoecimentos mentais que consideravam que os pacientes desinstitucionalizados tinham, como psicose, depressão,

---

<sup>3</sup> O termo se refere aos pacientes que estavam antes internados em hospitais psiquiátricos por muitos anos e que puderam finalmente sair.

ansiedade e transtorno maníaco-depressivo (YOUNG, 1995). É nesse contexto que a pesquisa que levou à descoberta do transtorno de pânico é feita, ainda com pacientes institucionalizados.

O psiquiatra Robert Spitzer foi escolhido pela APA em 1974 para realizar a revisão do DSM-II. A ele, somaram-se Donald Klein e outros psiquiatras para compor a força-tarefa encarregada na elaboração da terceira edição do manual. Esses psiquiatras se alinhavam ao trabalho do psiquiatra alemão Emil Kraepelin, contemporâneo de Freud<sup>4</sup>. Kraepelin tinha como fundamento principal a ideia de que a classificação do transtorno deveria derivar da observação de sintomas e não de teorias anteriores. Esse argumento, levado à cabo pela equipe de força-tarefa, deu origem ao DSM-III em 1980.

As disputas do campo psiquiátrico e a instituição de experimentos com fármacos levaram a uma mudança epistêmica radical no DSM-III, marcada por uma multiplicação de transtornos e pela instituição de certa biologização do campo (RUSSO; VENÂNCIO, 2006; MAYES; HORWITZ, 2005). Mediante sua orientação baseada em sintomas, o DSM-III contribuía para uma visão biológica da saúde mental, que estaria mais associada à neurociência, à química cerebral e aos medicamentos.

Logo na introdução do terceiro volume, Robert Spitzer fez distinções que seriam consideradas fundamentais em relação a outros manuais, como o CID-9, e aos outros volumes do DSM, exaltando suas descrições ampliadas, a multiplicação de categorias e a mudança nos critérios diagnósticos:

[...] os esboços do DSM-III foram amplamente divulgados para revisão crítica e uso por clínicos e pesquisadores. Isso os tornou conscientes das muitas maneiras fundamentais pelas quais o DSM-III difere de seu predecessor, o DSM-II, e de seu contemporâneo internacional, o capítulo sobre transtornos mentais da nona revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-9). Por exemplo, o DSM-III inclui novos recursos como critérios diagnósticos, uma abordagem multiaxial da avaliação, descrições muito ampliadas dos transtornos e muitas categorias adicionais (algumas com nomes recém-cunhados); e não inclui várias categorias consagradas pelo tempo. (APA, 1980, p. 1)

Ao longo do texto do manual, as mudanças podem ser notadas em três níveis que se articulam entre si: no nível da estrutura conceitual, rompeu com o ecletismo das classificações anteriores propondo não somente uma nomenclatura única, mas também o que Russo e Venâncio chamam de *lógica classificatória*; no nível da hegemonia dos campos de saberes concorrentes, rompe com uma abordagem psicanalítica que era dominante no âmbito da psiquiatria norte-americana; e, por fim, houve uma mudança nas representações sociais relativas ao indivíduo moderno. Isso porque foram forjadas não só novas concepções sobre o normal e o patológico, como também foi promovida a conformação de grupos identitários.

<sup>4</sup> Em 1886, quando Freud estava abrindo seu consultório em Viena, Kraepelin, um médico de 34 anos, assumiu o cargo de professor de psiquiatria na Universidade de Heidelberg. Segundo o jornalista Scott Stossel (2014), foi nesse momento que ele se interessou pelos sintomas de várias doenças mentais: "Para cada paciente internado em sua clínica, ele e seus residentes preparavam uma ficha em que registravam sintomas e um diagnóstico preliminar. Cada ficha era então posta na 'caixa de diagnósticos'. Sempre que surgia um sintoma novo, ou que um diagnóstico era revisado, a ficha do paciente era atualizada. Quando o paciente recebia alta, registravam na ficha seu estado e o diagnóstico final. Com o passar dos anos, Kraepelin acumulou uma centena de fichas" (STOSSEL, 2014, p. 259).

Apesar de o manual ter sido proclamado um “manual a-teórico”, baseado em princípios de “testabilidade e verificação” a partir dos quais cada transtorno seria identificado por critérios acessíveis à observação e mensuração empíricas (RUSSO; VENÂNCIO, 2006, p. 465), ele demarcou bem um novo modo de conceber as patologias mentais que passariam a imperar por meio dele. Sob essa nova ordem, rompeu-se com uma teoria em vigência sobre os transtornos mentais. Ao adotar um pressuposto empiricista de uma posição “a-teórica”, uma afinidade com uma visão fisicalista da perturbação mental foi evidenciada. Com isso, o surgimento e a difusão das nomenclaturas do DSM-III corresponderam à ascensão da psiquiatria biológica como vertente dominante no panorama psiquiátrico mundial (RUSSO; VENÂNCIO, 2006, p. 465).

### **3 Sobre a Teoria do Espectro da Ansiedade e os Primeiros Manuais Diagnósticos**

A literatura do campo (VIANA, 2010; STOSSEL, 2014) localiza a primeira caracterização da ansiedade como categoria nosológica específica, em definições feitas por Freud em 1885. Nesse período, o diagnóstico mais comum entre os pacientes tratados por ele ou por seus colegas era o de neurastenia, termo que foi popularizado pelo médico americano George Miller Beard (STOSSEL, 2014, p. 251). A neurastenia se caracterizava por uma mistura de temor, preocupação e fadiga que se acreditava decorrer do estresse gerado pela Revolução Industrial: “[...] julgava-se que a principal causa da neurastenia fossem nervos por demais sobrecarregados pelas pressões da vida moderna” (STOSSEL, 2014, p. 251). Para tratá-los, eram prescritos “revitalizadores nervosos”. Freud, em determinado momento, teria se convencido de que as sensações de temor de seus pacientes, na verdade, surgiam como problemas da psique e que deveriam ser resolvidos com psicanálise.

Em 1885, Freud publica um texto sobre neurose de angústia em que ele a distingue da neurastenia a partir de sintomas como: batimentos cardíacos rápidos ou irregulares, hiperventilação e perturbações da respiração, sudorese noturna, tremores e calafrios, vertigem, distúrbios gastrintestinais e sensação de catástrofe iminente. Naquele momento, como afirma Stossel (2014), Freud considerava a neurose de angústia como proveniente de uma força biológica. Em sua teorização sobre a patologia, ele a elaborava como resultado de uma predisposição genética ou de alguma pressão fisiológica reprimida (como o desejo sexual frustrado).

Em escritos posteriores, porém, Freud afirmou que as crises de ansiedade provinham de conflitos psíquicos interiores não resolvidos:

Durante quase trinta anos, Freud de fato deixou de lado o argumento de que as crises de ansiedade eram um problema biológico. Ele e seus seguidores substituíram a neurose de angústia pela simples neurose – problema que tinha origem na divergência psíquica. (STOSSEL, 2014, p. 252)

Até pelo menos metade do século XX, havia um consenso na psiquiatria de que a ansiedade resultava de um conflito entre os desejos do Id e as repressões do Superego, e que a ansiedade era o fundamento de todas as patologias mentais – da esquizofrenia à depressão psiconeurótica.

A teoria do espectro da ansiedade argumentava que a gravidade de uma patologia mental era definida pela intensidade da ansiedade subjacente: se era branda, causava psicose e outros comportamentos neuróticos; se era grave, gerava a esquizofrenia ou a depressão maníaca. Muitos freudianos associavam ataques agudos de ansiedade a significados simbólicos, relacionados à sexualidade. No entanto, até metade do século XX, não existiam sistemas de classificação padronizados para o quadro de ansiedade. Lopes (1997) afirma que isso se deve em grande parte ao fato de que as primeiras classificações oficiais teriam sido voltadas para a documentação de pacientes internados em instituições psiquiátricas, com pacientes psicóticos em sua maioria.

A filósofa Milena de Barros Viana (2010) mostra em sua tese que os primeiros manuais, que continham a ansiedade como categorias nosológicas, surgiram do desenvolvimento da psicanálise e de fenômenos patológicos que foram observados durante as duas guerras e culminaram no formato da psiquiatria psicodinâmica. No primeiro DSM, os quadros de ansiedade aparecem na categoria “psicose”. Já no DSM-II, a ansiedade aparece como principal sintoma das neuroses:

Ansiedade é a característica primária das neuroses. Ela pode ser entendida e expressar-se diretamente, ou pode ser controlada inconscientemente, automaticamente, por conversão, deslocamento e vários outros mecanismos psicológicos. (APA, 1968, p. 39)

É em relação a esse quadro da dinâmica psicanalítica e da psiquiatria psicodinâmica que Klein e uma série de outros psiquiatras conversarão em suas pesquisas.

#### **4 Performando o Pânico: a emergência do pânico e o método científico**

Em meio a essas grandes mudanças e disputas no campo psiquiátrico, Donald Klein, o “descobridor” do pânico, se enquadrava, na década de 1950, entre os médicos descrentes com o paradigma psicodinâmico. Klein foi uma voz ativa em simpósios e congressos que tinham como objetivo rever os parâmetros sob os quais a psiquiatria estadunidense se baseava, e também participou da força-tarefa da terceira edição do manual diagnóstico promovido pela APA. Sua proposta, como veremos adiante, teria estreita relação com sua pesquisa, realizada em 1958, com uma nova droga no mercado, a Imipramina<sup>5</sup> – droga produzida pela Geigy Pharmaceuticals.

Como conta a historiadora Jackie Orr (2006), antes de entrar na equipe do Hospital Hillside, Klein trabalhava como psiquiatra e cirurgião assistente em uma penitenciária federal em Lexington, Kentucky (Estados Unidos). A instalação em Lexington era uma combinação de prisão e leitos hospitalares, promovida pelo serviço de saúde público dos Estados Unidos. Muitos dos pacientes do hospital eram veteranos de guerra. Segundo

<sup>5</sup> Em 1883, foi sintetizada a primeira Fenotiazina no laboratório da BASF (Badische Anilin und Sodafabriken), a partir do corante azul metileno. Ainda nessa década, segundo Bittencourt, Caponi e Maluf (2013), foi sintetizado o composto fenotiazínico iminodibenzil, com objetivo inicial de ser utilizado na indústria de roupas. Cinquenta anos depois, o diretor do setor farmacológico da Geigy incentivou a pesquisa com esses compostos na busca de medicamentos sedativos, e o iminodibenzil acabou dando origem a 42 derivados. Entre eles, um que deu origem à Imipramina, que acabou se estabelecendo como medicamento para tratar sintomas depressivos.

Klein, a instalação de Lexington tinha, naquele tempo, “[...] provavelmente, os estudos mais avançados em psicofarmacologia em humanos do mundo” (KLEIN *apud* ORR, 2006, p. 171). Dos anos 1954 a 1956, Donald Klein participou em alguns dos primeiros estudos científicos estadunidenses com agentes psicofarmacológicos, como LSD, Clorpromazina e Reserpina.

Ao entrar no Departamento de Psiquiatria Experimental do hospital Hillside, em Nova Iorque, Klein passou a trabalhar com Max Fink, médico neurologista, psiquiatra e psicanalista que dirigia o departamento. A pesquisa psicofarmacológica inaugurada por Klein e Fink foi o início do que Klein viria a elaborar como uma técnica chamada “dissecção farmacológica”, mediante a qual seria possível penetrar na teia confusa de sintomas e disfunções para descobrir as principais variáveis, a depender do efeito das drogas no organismo dos pacientes.

#### **4.1 O Experimento com Imipramina e o Empiricismo Clínico no Hospital Hillside**

No prefácio do livro *Panic Disorder*, Klein (2016) afirma ser uma necessidade, nos anos de 1950, entender os efeitos da Imipramina – um novo agente de tratamento que surgia na indústria dos psicofármacos. A Imipramina, quando lançada, pertencia à categoria de antidepressivos tricíclicos, então a expectativa dele era a de que seria “[...] uma super droga que tiraria os pacientes de seus eixos” (KLEIN, 2016, p. vii, tradução minha).

O hospital Hillside seguia uma abordagem psicanalítica, o que em si era um padrão comum para a época. O melhor tratamento oferecido se dava por meio da psicoterapia psicanalítica sem administração de medicamento, e a duração máxima da estadia era de no máximo dez meses. Se depois desse acompanhamento a terapia falhasse, o paciente era encaminhado para o Departamento de Psiquiatria Experimental. Em relação às suas orientações frente a correntes psiquiátricas, ambos os pesquisadores, Klein e Fink, se consideravam “antidiagnósticos”, uma vez que todos os estudos da década de 1950 indicavam problemáticas na confiabilidade de um diagnóstico bruto: “As psicoses mal podiam ser discriminadas das neuroses. Portanto, parecia tolo tentar encaixar medicamentos nos diagnósticos” (KLEIN, 2016, p. vii, tradução minha). Com isso, o primeiro esforço dos pesquisadores foi um teste piloto, que teve início em 1959 e que tinha o intuito de tratar toda a gama de pacientes que não respondia ao tratamento com psicoterapia psicanalítica, com as drogas Clorpromazina ou Imipramina.

Klein (2016) narra um estudo de caso de um paciente em específico que serviu como base para o estudo mais abrangente que seria publicado em 1962. Segundo o psiquiatra, esse paciente reclamava incessantemente de medo de estar sozinho, de viajar e de morrer, além de demandar uma companhia para realização das atividades mais cotidianas. Sua internação se deu por seus próprios familiares. Pelo fato de o paciente não ter sido diagnosticado como depressivo, ele se tornava perfeito para testar o medicamento em sua eficácia para a ansiedade. Primeiro, foi administrado 75 mg de Imipramina diariamente, aumentando a dosagem semanalmente em mais 75 mg. Ao longo desse processo, Klein

entrevistava semanalmente o terapeuta responsável pelo paciente, o supervisor e a equipe da ala do hospital que o paciente estava internado.

Segundo o relato de Klein, o paciente afirmava recorrentemente que o medicamento não fazia bem a ele e, durante três semanas, tanto o terapeuta quanto a equipe responsável pelo setor concordaram com essa afirmação. No entanto, no final da terceira semana, apesar de todos parecerem concordar sobre a ineficácia do medicamento, uma enfermeira afirmou que o paciente, na verdade, estava melhorando. A evidência da melhora, para ela, estava relacionada à diminuição de visitas à enfermaria. Ela afirmava que, se nos últimos dez meses o paciente recorria de três a quatro vezes à enfermaria acreditando que estava morrendo, na semana anterior à entrevista, ele não apareceu nenhuma vez. Para Klein (2016, p. vii, tradução minha), estava “[...] claro que a ida para a enfermaria era precipitada por um ataque [de ansiedade]”.

Ainda assim, era confuso, para ele, que a Imipramina acabasse justamente com o modo considerado mais grave da doença, já que aquela manifestação da ansiedade era considerada um pico do fenômeno. Parecia razoável que medicamentos resolvessem fases mais moderadas das doenças, e não as mais severas:

Foi nesse momento que percebi que a ansiedade era heterogênea, e que um ataque de ansiedade deveria ser chamado de alguma outra coisa, para distingui-lo da ansiedade crônica comum, considerada em si mesma uma manifestação imprópria do medo. [...] Também me parecia, ao revisar as histórias [dos pacientes] mais detalhadamente, que as manifestações fóbicas apenas ocorriam depois de uma série de ataques de pânico. As fobias dos pacientes hospitalizados eram limitadas a situações nas quais, se eles tivessem um ataque de pânico, eles não poderiam obter ajuda. (KLEIN, 2016, p. ix, tradução minha)

Sua fala aponta para algo interessante, no sentido de que a reação ao medicamento acabava multiplicando internamente um grupo que anteriormente era “fechado”. Ao mesmo tempo que Klein destacava o “pânico” da “ansiedade”, ele também o diferenciava dos comportamentos tipicamente “fóbicos”, uma vez que o medo vinha do pânico, e não dos lugares e situações específicas. A pesquisa oficial foi publicada em 1962 com o nome *Psychiatric Reaction Patterns to Imipramine*, com dados mais abrangentes sobre um número maior de pacientes.

Entre os anos de 1958 e 1961, uma quantidade de 215 pacientes receberam Imipramina no departamento de Fink e Klein – mas apenas 180 fizeram parte do experimento até o final. Desses, 67 estavam diagnosticados com reações psiconeuróticas depressivas, melancolia involucional, reação maníaco-depressiva ou reação psicótica depressiva. A esquizofrenia em seus vários subtipos foi diagnosticada em 102 pacientes. Dez pacientes haviam recebido o diagnóstico de psicose ou transtorno de personalidade e um paciente foi diagnosticado como síndrome cerebral crônica.

Nesse experimento, eles usaram dois métodos para avaliar as mudanças comportamentais dos pacientes: um índice de gerenciamento de medicamentos e uma avaliação de alta – quando o paciente é liberado do hospital. O índice de gerenciamento de medicamentos foi baseado nos vários padrões de uso de medicamentos, refletindo a decisão do terapeuta quanto ao valor do medicamento para o paciente: “[...] ações que falam proverbialmente mais alto do que palavras” (KLEIN; FINK, 2008, p. 550, tradução minha).

Como descreve o estudo, avaliações favoráveis do gerenciamento de medicamento, dadas pelo terapeuta, foram observadas em 115 indivíduos e incluíram pacientes que receberam alta para a comunidade com recomendação de continuar a terapia com Imipramina (68 pacientes); pacientes que receberam alta para a comunidade após a suspensão da Imipramina com uma nota clínica de que os objetivos terapêuticos já haviam sido alcançados; e pacientes com alta para a comunidade para continuar a Imipramina com medicação simultânea de Fenotiazina. Entre os que deram uma avaliação negativa às respostas comportamentais, havia um total de 65 pacientes. Esses incluíram a interrupção da Imipramina e o subsequente tratamento com Fenotiazinas ou terapia convulsiva; a interrupção da Imipramina com uma nota clínica de que o remédio não era efetivo; e término abrupto do tratamento com Imipramina por alta para outra unidade de internação, suicídio, ou deixar o hospital contra o aconselhamento médico.

Além disso, ao receberem alta, cada paciente teve que preencher uma classificação, resumida em “recuperado”, “muito melhor”, “melhorado”, ou “sem melhora” pela equipe. Esse seria um índice diferente do índice de gerenciamento de medicamentos, considerando outras medidas de tratamento que podem ter se justaposto à Imipramina. Para os autores, essa classificação era importante porque ajudava a inserir os efeitos da droga no contexto do tratamento psiquiátrico hospitalar geral.

Em seguida, foram colocados em uma tabela os padrões comportamentais observados pela administração do medicamento. O artigo dividiu em sete padrões que carregavam consigo descrições de comportamento dos pacientes antes e depois do tratamento com a droga.

Quando ficou evidente que a nomenclatura diagnóstica padrão era de pouca utilidade na categorização das reações comportamentais às drogas, e que as formulações psicodinâmicas careciam de clareza preditiva, decidiu-se derivar uma tipologia comportamental descritiva para cada agente estudado. [...] Os pacientes foram categorizados com base nas mudanças nos sintomas, afeto, padrões de comunicação e participação em psicoterapia e atividade social. Em cada categoria, a reação ao medicamento foi característica determinante. (KLEIN; FINK, 2008, p. 549, tradução minha)

Como os diagnósticos psicanalíticos designados aos pacientes anteriormente não ajudavam os autores a entender as reações comportamentais à droga e tampouco categorizá-los, os pesquisadores começaram a fazer uma descrição tipológica derivada das reações ao medicamento. Os pacientes, então, foram divididos em grupos com base nas mudanças dos sintomas, afetos, padrões de comunicação, e participação na psicoterapia e em atividades sociais, especificados em: elevação de humor; negação verbal explícita; comportamento maníaco; redução de episódios de ansiedade; desorganização agitada; socialização anedônica<sup>6</sup>; e sem resposta. Isso fez com que os autores prestassem atenção também aos padrões comportamentais e sintomáticos anteriores ao tratamento, como o relato de caso de Klein já apontava:

Enquanto nenhuma atenção foi dada neste momento aos padrões comportamentais de pré-tratamento do paciente, exceto como relevante para as mudanças percebidas, a inspeção desses grupos mostrou que não

<sup>6</sup> A anedonia se refere a um estado de “falta de prazer” ou dificuldade em obter prazer.

só os pacientes compartilharam mudanças comportamentais similares com terapia medicamentosa, mas que eles também mostraram características comportamentais pré-tratamento similares. (KLEIN; FINK, 2008, p. 549, tradução minha)

Esse movimento é importante porque passa a implicar uma definição de doenças mentais baseadas nos sintomas que tinham num período pré-tratamento, e que é o modo como o DSM-III passou a ser organizado posteriormente.

Diferentemente do que se fazia anteriormente por meio da psiquiatria psicanalítica, em que se chegava a um diagnóstico pela história e experiência de vida de um paciente, no experimento de Klein, ao observar um padrão recorrente nos comportamentos e sensações corporais pré-tratamento desses pacientes que “melhoraram” com a droga, os pesquisadores começaram a perceber aspectos que poderiam ser universalizáveis em torno da condição que pretendiam tratar. Se a história de vida do paciente era algo de cunho pessoal, as sensações e comportamentos padronizáveis, que passaram a ser encarados como sintomas, não eram. A ação do fármaco, por meio da mudança de comportamento e melhora de sintomas, evidenciaria necessariamente que o problema, o transtorno, era na verdade um problema biológico. Para os pesquisadores, esse seria um modo “mais racional” (KLEIN; FINK, 2008, p. 554) de lidar com patologias mentais e que poderia ser utilizado em toda a pesquisa feita na psiquiatria.

As respostas à medicação podem ser usadas como ferramentas de dissecação para descobrir várias subpopulações e permitir a descoberta de semelhanças específicas de desenvolvimento, fisiológicas, psicológicas e sociais dentro de cada subpopulação. Essas características comuns também podem esclarecer questões de etiologia e patogênese dos transtornos psiquiátricos e fornecer indicações e contra-indicações racionais para a terapia medicamentosa. As observações com Imipramina relatadas aqui, sugerem que essas generalizações podem ser verdadeiras para uma ampla variedade de agentes psicotrópicos. (KLEIN; FINK, 2008, p. 554, tradução minha)

Para Klein e Fink, essa ferramenta de “dissecação” serviria, então, para “descobrir” subpopulações e semelhanças dentro de cada uma delas. Há uma preocupação dos autores em criar uma retórica de um avanço no modo de fazer ciência bastante intrincado com a biologia. O argumento final, como evidenciado acima, é o de que a psiquiatria poderia começar uma agenda de pesquisa para produzir explicações também fisiológicas para esses transtornos, promovendo uma integração entre as dimensões fisiológica, psicológica e social.

Ao escrever sobre o momento em que a medicina se torna científica, a filósofa Isabelle Stengers (2002) enfatiza a importância da oposição aos charlatães na definição da cientificidade da medicina. Havia a necessidade de estipular que nem todas as curas eram iguais, que algumas dessas curas poderiam se dar por “más razões”, definidas como quando se considera o efeito de um elemento como prova: uma espécie de “[...] ‘remédio falso’ que possui um ‘efeito parasita’ eficaz, que na realidade seria uma ficção” (STENGERS, 2002, p. 34). O curioso, justamente, é que o experimento de Klein e Fink parece também tomar o efeito como prova, mas de modo que, em seu arranjo empiricista clínico, os efeitos seriam razoavelmente semelhantes.

De certa forma, o dispositivo experimental de Klein faz um movimento análogo ao que Stengers descreve, instaurando um novo uso da razão. Esse novo uso se referia ao poder de fazer a natureza testemunhar, a partir da realização de experimentos com drogas. O mérito, segundo a autora, não estaria necessariamente no uso ‘racional’ da razão, mas sim na demarcação de territórios fortificados contra o poder da ficção (STENGGERS, 2002, p. 102). O reconhecimento da ficção – a impossibilidade de separar as abstrações de um autor de suas definições – seria fundamental para que se possa afastá-la na realização mesma do experimento.

Com isso, esse dispositivo não teria por finalidade explicar por que razão a ação do fármaco causa uma mudança de comportamento em humanos, mas por impedir que qualquer outra caracterização forneça um modelo explicativo satisfatório. O experimento, assim, sugeria que, ao alterar a neuroquímica cerebral de um indivíduo, era possível provocar mudanças comportamentais. No entanto, como essa atividade mental circulava por meio da bioquímica do cérebro, permanecia e ainda permanece nebulosa. O sucesso das experimentações empíricas de Klein residia na possibilidade, ainda que remota, de que seu autor se retirasse de cena, fazendo com que o fenômeno testemunhasse em seu lugar.

Ainda que no caso de Klein e Fink houvesse uma participação ativa dos pesquisadores no experimento, eles confiavam tanto no dispositivo e no que ele demonstrava que, para eles, fazia mais sentido modificar os diagnósticos em vigência e duvidar do que os terapeutas e pacientes falavam do que modificar o dispositivo experimental. Dessa forma, o experimento de Klein com a Imipramina é uma demonstração que deixa a natureza (o corpo) falar e que também cria uma hierarquia em que os sintomas físicos e a mudança de comportamento devem ser mais importantes do que os relatos dos pacientes.

Se antes a dimensão do relato era indispensável, já que os conflitos não resolvidos ou inconscientes da psiquê estavam organizando tudo, agora se tornava importante, como metodologia de pesquisa, observar o “ajuste hospitalar”, coisas que o paciente fazia e deixava de fazer, sintomas que deixavam de existir, nem que para isso ele tivesse que duvidar do que o próprio paciente e seu terapeuta estavam dizendo. Como eles mesmos destacaram, as ações passavam a falar mais alto do que as palavras. Como contou Klein, o paciente tinha certeza de que o medicamento não fazia efeito, e mesmo ao apontar a diminuição de idas à enfermaria como um indício de sua melhora, o paciente não se deu por convencido.

O corpo, portanto, é produzido nesse experimento como esse lugar universal, que se mostra de modo muito semelhante toda vez que algo, em sua biologia, encontra-se desajustado. Todo esse trabalho de classificação, reagrupamentos e retirada significativa do histórico dos pacientes particulares como condição para o diagnóstico instituiu, no momento mesmo de sua pesquisa, o transtorno o qual se julga ter descoberto. Daquele momento em diante, não somente a psicanálise era questionada empiricamente, como a bioquímica do corpo era passada para um primeiro plano.

Nesse primeiro momento, a descrição do experimento pioneiro de Klein demonstrou a promoção de um método que se tornaria comum às pesquisas com medicamentos na psiquiatria: o teste da eficácia de um medicamento com base nos seus efeitos fisiológicos e de mudanças de comportamento em um sujeito. Com isso, demonstrei também como o transtorno de pânico foi performado pela primeira vez a partir de seu tratamento

com um psicofármaco. O segundo movimento deste artigo tem a ver com demonstrar também como esse experimento foi sendo cada vez mais aprimorado, adquirindo ainda mais detalhes para construção dessa barreira contra a ficção. Foi assim que, em 1980, o transtorno de pânico pôde entrar no DSM-III.

## 4.2 Os Experimentos de Klein com Placebo

Nos anos que se seguiram, Klein publicou uma série de artigos sobre os efeitos comportamentais de diversas drogas em diferentes condições médicas (KLEIN, 1964; KLEIN; OAKS, 1967; KLEIN, 1970). A literatura médica sobre transtorno de pânico e ansiedade cita esses artigos de forma confusa e pouco detalhada, como se a importância desses estudos para a psiquiatria residisse apenas na comprovação do efeito antipânico da Imipramina em estudos com placebo. Aqui estarei atenta justamente a essa dimensão, com o propósito de entender como Klein constrói a diferença com relação aos seus estudos anteriores e como, nesse processo, seus experimentos adquirem novos contornos, a fim de reestabelecer o controle sobre suas proposições teóricas e metodológicas.

Em 1964, Klein publicou seu artigo chamado *Delineation of two drug-responsive anxiety syndromes*, no qual ele discute a eficácia da Imipramina e Fenelzina em pacientes do hospital Hillside. Uma vez que a experiência clínica demonstrava uma grande gama de reações comportamentais a essas drogas, seriam necessários estudos sistemáticos das interações entre paciente-droga para resolver tanto os problemas práticos das diferentes indicações e prescrições de droga quanto os problemas teóricos referente aos modos de ação desses fármacos.

Nesse estudo focado na ansiedade, Klein distinguiu um grupo de pacientes que, segundo ele, teriam uma natureza paradoxal de resposta às drogas. Eram pacientes já descritos no experimento anterior de Klein e Fink (2008), que não reagiam bem à psicoterapia e apresentavam estados ansiosos muito agudos, parecidos, segundo o autor, com o que Freud chamou em 1895 de “neurose de ansiedade” e com o que Roth Bowlby, em 1940, descreveu como “síndrome de despersonalização de ansiedade fóbica”. Esses pacientes eram caracterizados, clinicamente, por episódios repentinos de pânico, com uma resultante restrição em atividades cotidianas e dependência da manipulação de reações fóbicas.

A diferença entre o estudo de Klein e Fink (1962) e esse tinha a ver com o método: “Este artigo relata mais dados clínicos e de acompanhamento, dados derivados de um estudo duplo-cego e achados relacionando o início da sintomatologia à história do desenvolvimento” (KLEIN, 1964, p. 27, tradução minha). Trinta e dois pacientes com as características acima descritas foram testados com Imipramina, e, entre eles, 28 pacientes apresentaram uma diminuição nos ataques de pânico. Já o alívio da sintomatologia de dependência fóbica, apresentada por esses pacientes, requereu psicoterapia intensiva. Aqui, novamente, a fobia emergia como uma condição distinta do pânico na medida em que não era afetado pela medicação administrada, podendo associar-se a ele ou não, demandando outro tipo de tratamento.

O método, segundo o autor, garantiria que essa reação fosse causada necessariamente pela ação do fármaco: “O estudo clínico duplo-cego indicou que o benefício clínico não se deve ao efeito placebo” (KLEIN, 1964, p. 407, tradução minha). Segundo sua publicação, os estudos de acompanhamento desses pacientes indicaram que essa condição recém-descoberta seguia um curso episódico crônico com “exacerbações e remissões parciais”. Durante as remissões parciais, os pacientes não apresentavam ataques de pânico, mas se mantinham muito ansiosos. Além disso, ele também observou que o uso crônico do medicamento poderia ter um valor profilático, e que a interrupção de seu uso poderia causar uma exacerbação dos sintomas.

Por meio desse estudo, duas subcategorias clínicas também foram demonstradas. O primeiro grupo, segundo ele, estava relacionado à “ansiedade de separação” na infância, em que os indivíduos desenvolveram ataques de pânico sob condições de separação ou luto. O segundo grupo teve histórias de crescimento “normais” e desenvolveram ataques de pânico num contexto de alterações das funções endócrinas (KLEIN, 1964, p. 407). Suas observações demonstram uma proposição teórica que alia certos aspectos ligados à psicoterapia com a necessidade de observar os fatores biológicos e fisiológicos do paciente. Ao final do estudo, Klein reafirma a validade do uso de padrões de resposta a medicamentos como um método para a descoberta de similaridades específicas dentro de subpopulações psiquiátricas.

Com o passar do tempo, Klein foi produzindo cada vez mais estudos, que, ao mesmo tempo que consolidavam a existência desses subgrupos diagnósticos, também objetivavam legitimar seu método de dissecação farmacológica e as causas fisiológicas das condições mentais. Em 1967, Klein publicou um artigo que parece dar a “volta no parafuso”. Nele, ao mesmo tempo que a importância do método de dissecação farmacológica é reafirmada, também há a afirmação da importância de diagnósticos bem definidos para a previsão dos efeitos das drogas em pacientes clínicos: aqui, seria preciso abandonar os diagnósticos que não se conformam bem às drogas e readaptá-los em torno do mecanismo de funcionamento delas.

Seus estudos reverberaram mediante a consolidação do DSM-III como um manual mais voltado para a sintomatologia e para a biologia dos corpos. Mais tarde, outros psiquiatras apontariam erros metodológicos importantes no trabalho de Klein. Sheehan, Ballenger e Jacobsen (1980) apontaram erros na padronização das categorias diagnósticas e limitação na população amostral escolhida, por exemplo. Para Klein, no entanto, todas essas demonstrações positivas da droga em seus experimentos com placebo fizeram com que ele se dedicasse, nos anos que se seguiram, a trabalhar na resolução da questão teórica responsável por essas mudanças de comportamento.

## **5 Performando Métodos: o estudo contraplacebo e o estabelecimento de um pânico biológico**

A utilização do placebo no estudo publicado em 1964 e 1967 se torna fundamental, uma vez que, como o filósofo da ciência Philippe Pignarre (1999) descreveu em “*O que é o medicamento*”, o teste contraplacebo busca determinar se a transformação comportamental,

observada por Klein em 1962, foi efetivamente real. Esse dispositivo experimental provaria o efeito da droga por meio de seu formato que, embora tenha certas semelhanças com o modelo experimental científico moderno (STENGERS, 2002), tem também diferenças fundamentais que destacarei a seguir.

Como coloca Pignarre (1999), o experimento com placebo tenta reduzir as possíveis curas por “más razões” a um grau zero, a partir do qual poderia se identificar e quantificar um efeito terapêutico suplementar. Ele emerge após a Segunda Guerra e logo se torna necessário para a prática farmacológica:

Se ele constrói esse dispositivo, o faz por duas razões aparentemente diferentes: trata-se, primeiro, de neutralizar todas as “outras razões” que podem fazer com que o doente se cure (e que podem ser de duas ordens: cura espontânea e cura por influência); trata-se, a seguir, de evitar que o médico experimentador superestime, por razões subjetivas diversas, a ação do candidato a medicamento. Influência do médico sobre o paciente, influência do patrocinador do estudo sobre o médico experimentador: não se sabe jamais, em tal situação, quem coage quem e de que maneira esse tipo de coação poderia ser justificado em proveito da ‘verdadeira realidade’. Cura espontânea, cura por influência, superestimação dos resultados pelo experimentador: reunimos num bloco esses três fatores que vão se tornar definitivamente indiscerníveis. O dispositivo técnico muito simples do duplo cego torna o problema do placebo insolúvel e impossível de estudar: ele *força* definitivamente o efeito placebo a tornar-se um grau zero, ao misturar de maneira inseparável toda a cadeia de influências. Ele torna invisível, por sua própria definição, a ação do experimentador. (PIGNARRE, 1999, p. 23)

O grande problema do primeiro estudo de Klein, identificado por outros psiquiatras e também por ele próprio, era que ele não conseguia dizer se a ação do fármaco nos pacientes era um placebo. Esse problema é a incerteza que caracterizaria os testes contraplacebos. Ainda que se compare uma molécula com um grupo placebo, nunca se sabe, uma vez que a molécula é ingerida pelo corpo humano, se há a possibilidade de um efeito biológico ou exterior aleatório intervir junto à droga: o grande problema é que, entre cura espontânea, cura por efeito placebo e cura por uma ação biológica, farmacologicamente induzida, nenhum limite preciso pode ser traçado.

Para assegurar, então, o máximo de controle sobre o efeito farmacológico, Klein adiciona uma série de prescrições e restrições protocolares, garantidas por procedimentos pré-tratamento, mas também pelo duplo-cego, pelo grupo controle com placebo e, principalmente, a partir de procedimentos estatísticos “[...] para tratar dados destinados a permanecer empíricos” (PIGNARRE, 1999, p. 27). Como afirmam Klein e Oaks (1967, p. 224, tradução minha):

[...] as drogas não têm um efeito uniforme. Alguns pacientes demonstrarão melhora e outros ficarão piores, ainda que dentro de um mesmo subgrupo. É por isso que a variação dos níveis de melhoramento devem ser comparadas entre cada grupo de droga e de placebo para delinear esse aspecto da atividade da droga.

A comparação estatística dessas variações permitia com que Klein e Oaks fizessem afirmações como: “[...] na depressão retardada e nas ansiedades fóbicas, a Imipramina teve uma menor variação que o placebo por conta de seu “efeito uniformemente

benéfico” (KLEIN; OAKS, 1967, p. 124, tradução minha). Codificado em normas de valor administrativo (técnico-regulamentar) pelas agências governamentais de medicamentos, o dispositivo não varia. Se em um primeiro momento o dispositivo experimental empiricista clínico de Klein poderia abrir margem para críticas em relação aos seus procedimentos, o contraplacebo emergiu como o procedimento metodológico mais rigoroso, que garantia, por meio de protocolos, métodos capazes de eliminar os preconceitos *a priori*.

## 6 Considerações Finais: sobre métodos e seus efeitos

Como tentei demonstrar por meio da descrição dos experimentos, todas essas configurações metodológicas têm efeitos diferentes em cada caso. Se por um lado, elas têm um efeito prático que é transversal a todos os estudos realizados por Klein, no sentido de que deles se derivaram novos grupos, é bem verdade que, com o passar dos anos, o primeiro estudo de Klein foi alvo de críticas devido aos métodos utilizados (KLEIN, 1967; SHEEHAN; BALLENGER; JACOBSEN, 1980). Como o próprio pesquisador assume, a empiria clínica teria suas limitações em termos de demonstrar, claramente, que as reações comportamentais estavam ligadas à Imipramina.

O fato é que a empiria administrada em seu primeiro estudo teve o efeito primário de relacionar transtornos mentais à biologia do corpo, algo que já era hipotetizado por alguns psiquiatras da época, como Warren McCulloch, por exemplo. Dessa forma, ainda que dentro de um dispositivo experimental diferente de um teste com placebo, Klein fez a “natureza” do corpo falar. Finalmente, com o estudo com placebo e protocolos bem definidos, Klein consegue “provar” a eficácia da Imipramina em determinados tipos de paciente e replicar essa prova posteriormente, em 1967. Outros autores, como Sheehan *et al.* (1980), vão ainda replicar essa prova em 1980, com uma população amostral muito maior. Para esses pesquisadores, a vantagem do teste contraplacebo é justamente sua invariabilidade e sua possibilidade de replicação, que acabam tornando necessária a criação de novos grupos: o dispositivo não vai mudar. E se a droga testada também não mudar, então os diagnósticos preestabelecidos terão de ser repensados.

Dependendo dos protocolos escolhidos, o teste contraplacebo deve validar o medicamento. Portanto, quando ele invalida, ele quase sempre é revisto: “[...] é preciso, por exemplo, saber se não chegou o momento de redefinir a patologia inicial, segmentá-la para descobrir subgrupos nos quais a molécula testada poderia tornar-se um medicamento” (PIGNARRE, 1999, p. 44). Quando Klein, em um segundo experimento com placebo, tentou fazer derivar da droga diagnósticos, ele apontou para a enorme quantidade de pequenos grupos que surgiram. Isso demarca uma característica do método que é a própria alteração da multiplicação interna de grupos e a possibilidade de colocar em dúvida as teorias explicativas vigentes.

A questão-chave está sobre os efeitos dos mecanismos criados para verificação: esses mecanismos, criados em um quadro de referência da medicina moderna, coloca fora de jogo questões de outros quadros de referência que poderiam se sustentar em outros mecanismos (como o caso da psicanálise). Como aponta Stengers (2002, p. 112), a conduta experimental produz a verdade a respeito de “[...] uma realidade que ela

descobre-inventa, em que a realidade garante a produção da verdade se as restrições da conduta são respeitadas”.

É dessa forma que o transtorno de pânico é performado por meio de uma série de práticas que remetem aos métodos utilizados pelos pesquisadores. A divisão da ansiedade em vários subgrupos a partir dos efeitos da Imipramina fez com que o pânico emergisse como uma entidade da natureza, já que sua melhora dependeria não tanto da terapia ou da análise, mas de mudanças bioquímicas no corpo que foram atribuídas ao medicamento em questão. O experimento de Klein, portanto, por meio de seus mecanismos internos, exclui tanto a possibilidade de se testar tratamentos como a psicanálise para uma certa doença quanto a possibilidade de a psicanálise ter algum efeito na natureza dos corpos. Assim, tentei demonstrar como uma mudança de paradigma na psiquiatria está inscrita na própria história do transtorno de pânico e de seus experimentos com a Imipramina.

## Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela possibilidade de desenvolver esta pesquisa. Agradeço também a Lucas Baccetto pelas leituras prévias deste texto.

## Referências

- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM. 1.** Washington D.C., 1952.
- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical of Mental Disorders Third Edition.** Washington D.C.: Library of Congress, 1980.
- APA – AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais DSM-V.** Porto Alegre: Artmed, 2014.
- BECH, P.; KASTRUP, M.; RAFAELSEN, O. J. Mini-compendium of rating scales for states of anxiety, depression, mania, schizophrenia with corresponding DSM III syndromes. **Acta Psychiatr Scand**, [s.l.], v. 73, n. 1, 1986.
- BITTENCOURT, Silvia; CAPONI, Sandra.; MALUF, Sônia. Farmacologia no século XX: a ciência dos medicamentos a partir da análise do livro de Goodman e Gilman. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, [s.l.], v. 20, n. 2, 2013.
- BROWN, P. **Transfer of care:** Psychiatric deinstitutionalization and its aftermath. London: Routledge & Kegan Paul, 1985.
- CONRAD, P. The Shifting Engines of Medicalization. **Journal of Health and Social Behaviour**, [s.l.], v. 46, n. 1, 2005.
- HACKETT, T. The psychiatrist: in the mainstream or on the banks of medicine? **American Journal of Psychiatry**, [s.l.], v. 134, p. 432-435, 1977.
- HALE, N. **The rise and crisis of psychoanalysis in the United States:** Freud and the Americans, 1917-1985. New York: Oxford University Press, 1995.
- HEALY, David. **The anti-depressant era.** Cambridge: Harvard University Press, 1997.
- FIRST, M. B. *et al.* **Structured clinical interview for DSM-IV axis II personality disorders (SCID-II).** Washington, DC: American Psychiatric Association, 1997.

- HORWITZ, A. **Creating mental illness**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- KIRK, S.; KUTCHINS, S. **The selling of DSM: The rhetoric of science in psychiatry**. New York: Aldine de Gruyter, 1992.
- KLEIN, Donald F. Delineation of two drug-responsive anxiety syndromes. **Psychopharmacologia**, [s.l.], v. 5, 1964.
- KLEIN, Donald F.; FINK, Max. Psychiatric Reaction Patterns to Imipramine. **Focus**, [s.l.], v. VI, n. 4, 2008.
- KLEIN, Donald; OAKS, Glen. Importance of Psychiatric Diagnosis in Prediction of Clinical Drug Effects. **Arch Gen Psychiatry**, [s.l.], v. 16, n. 1, 1967.
- KLEIN, Donald. Diagnosis and Drug Treatment of Psychiatric Disorders. **The British Journal of Psychiatry**, [s.l.], v. 117, n. 538, 1970.
- LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. São Paulo: Editora 34, 2019.
- LOPES, M. S. Classificação dos estados de ansiedade. In: HETEM, L. A. B.; GRAEFF, F. G. (ed.). **Ansiedade e Transtornos de Ansiedade**. Rio de Janeiro: Editora Científica Nacional, 1997. p. 51-82.
- MAYES, Rick; HORWITZ, Allan. DSM-III and the revolution in the classification of mental illness. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 41, n. 3, 2005.
- MOL, Annemarie. **The body multiple: ontology in medical practice**. Duke university press: Durham and London, 2002.
- MOL, Annemarie. Política ontológica: algumas ideias e várias perguntas (Tradução: Gonçalo Praça). In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (ed.). **Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. p. 63-78.
- NARDI, A. E.; FREIRE, R. C. R. (ed.). **Panic Disorder**. Switzerland: Springer International Publishing Switzerland, 2016.
- ORR, Jackie. **Panic Diaries: a genealogy of panic disorder**. Durham, London: Duke University Press, 2006.
- PIGNARRE, Phillippe. **O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade**. São Paulo: Editora 34, 1999.
- ROSE, Nikolas. **Our psychiatric future: the politics of Mental Health**. Melford, MA: Polity Press, 2018.
- ROSENBERG, Charles E. The tyranny of diagnosis: specific entities and individual experience. **The Milbank Quartely**, New York, v. 80, n. 2, p. 237-259, 2002.
- RUSSO, Jane. A pós-psicanálise – entre Prozac e florais de Bach. In: JACÓ-VILELA, A. M.; CEREZZO, A. C.; RODRIGUES, H. B. C. (org.). **Clio-psyché: fazeres e dizeres psi na história do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 124-132.
- RUSSO, J.; VENÂNCIO, A. T. Classificando as pessoas e suas perturbações: a “revolução terminológica” do DSM-III. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, ano IX, n. 3, 2006.
- SABSHIN, M. Turning points in twentieth-century American psychiatry. **American Journal of Psychiatry**, [s.l.], v. 147, p. 1.267-1.274, 1990.
- SHEEHAN, D. V.; BALLENGER, J.; JACOBSEN, G. Treatment of endogenous anxiety with phobic, hysterical, and hypochondriacal symptoms. **Arch Gen Psychiatry**, [s.l.], 1980.
- STOSSEL, Scott. **Meus tempos de ansiedade: medo, esperança, terror e a busca da paz de espírito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- STENGERS, Isabelle. **A invenção das ciências modernas**. São Paulo: Editora 34, 2002.

SZASZ, T. **The myth of mental illness**: Foundation of a theory of personal conduct. New York: Harper & Row, 1961.

VIANA, Milena de Barros. **Mudanças nos conceitos de ansiedade nos séculos XIX e XX**: da “Angstneurose” ao DSM-IV. 2010. 206p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Depression and other common mental disorders**: global health estimates. Geneva: WHO, 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/254610/1/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.

#### **Giovanna Paccillo dos Santos**

Doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (PPGAS-UNICAMP). Membro do Laboratório de Antropologia da Religião (LAR) e do Núcleo de Estudos em Espiritualidade e Saúde (NUES).

Endereço profissional: Rua Cora Coralina, n. 100, Cidade Universitária, Campinas, SP. CEP: 13083-896.

*E-mail*: [paccillo98@gmail.com](mailto:paccillo98@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3325-8457>

#### **Como referenciar este artigo:**

SANTOS, Giovanna Paccillo dos. A Entrada do Pânico no DSM-III e sua *Performance* a partir da Imipramina. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e85563, p. 43-62, setembro de 2023.

# Os Sentidos Utópicos no Antropoceno: comunidades e micropolíticas de resistência

Jeniffer Hübner<sup>1</sup>  
José Marcos Froehlich<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil

## Resumo

Este texto analisa atualizações do sentido de utopia no contexto do Antropoceno com base nas reflexões sobre micropolíticas de resistência propostas por Félix Guattari. O objetivo é lançar luz às diferenças entre as utopias contemporâneas e modernas, anteriores à crise das utopias do fim do século XX, caracterizadas pela busca por mudanças na base estrutural socioeconômica e no sistema político. Compreende-se utopia como uma micropolítica de resistência que cria modos de ser e de estar no mundo, como desejo de produzir a vida e de resistência às formas de dominação e à captura dos processos de subjetivação, sem projetar a construção de um mundo ideal, mas de acompanhar como emergem, junto aos sujeitos, novos campos e a criação de outros mundos possíveis. Nesse sentido, propõe-se a noção de utopia heurística, capaz de incidir sobre a educação do desejo, ensejando práticas sociais que propiciem experienciar e aprender sobre as possibilidades de vivências alternativas e futuros sustentáveis.

**Palavras-chave:** Utopia. Antropoceno. Comunidades. Micropolíticas de Resistência.

## Utopian Senses in the Antropoceno: communities and micropolitics of resistance

## Abstract

This text analyzes updates of the sense of utopia in the context of the Anthropocene based on reflections on resistance micropolitics proposed by Félix Guattari. The objective is throw light on the differences between contemporary and modern utopias, before the crisis of utopias at the end of the 20th century, characterized by the search for changes in the socioeconomic structural base and in the political system. Utopia is understood as a micropolitics of resistance that creates ways of being in the world, as a desire to produce life and resistance to forms of domination and the capture of subjectivation processes, without projecting the construction of an ideal world, but of follow how new fields emerge, along with the subjects, and the creation of other possible worlds. The notion of heuristic utopia is proposed, capable of affecting the education of desire, enabling social practices that provide experiencing and learning about the possibilities of alternative experiences and sustainable futures.

**Keywords:** Utopia. Anthropocene. Communities. Micropolitics of Resistance.

Recebido em: 14/04/2023

Aceito em: 03/07/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Introdução

A imaginação utópica tem sido usada para contrastar sistemas políticos vigentes e alternativas de existência social. A ascensão da utopia a uma possibilidade concreta começou no século XIX e se difundiu no século XX por meio dos movimentos revolucionários pautados por ideais socialistas, comunistas marxistas e anarquistas. Nesse período, ampliaram-se as possibilidades de colocar em prática os ideais utópicos, sobretudo no que diz respeito à busca por estilos de vida não hegemônicos mobilizados por experiências comunitárias e coletivas, destacando-se o movimento hippie e contracultural no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970. Entretanto, a partir do final do século XX, as utopias modernas entraram em uma crise de confiança devido a sucessivos acontecimentos, principalmente o desmantelamento do Estado comunista soviético, em 1991. Após esse período, houve um deslocamento das questões centrais colocadas pelos utopistas. O imaginário utópico, não mais pautado exclusivamente na mudança da estrutura sociopolítica, modificou-se, passando a enfatizar revoluções possíveis naquilo que tange às dimensões práticas, do cotidiano e do desejo (STEIN, 1993).

O impulso utópico é direcionado à resolução de problemas sociopolíticos e parte de um desejo de remover a dominação e o mal-estar social. Como será abordado mais adiante, o seu alcance pressupõe uma remoção; em More (1999) é a propriedade privada e o dinheiro, e, em utopias posteriores, outras preocupações são adicionadas. Em Bloch (2005) e em Mannheim (2016), há uma expansão do sentido de utopia que tende a naturalizá-la e a pressupor que está enraizada na natureza humana. Contudo, tentativas de realizar a utopia não são contínuas na história e nem subprodutos da modernidade ocidental, por isso cabe limitá-las para compreender o que há de peculiar e excêntrico na produção imaginativa das quais resultam. Segundo Jameson (2021), é preciso compreender as condições de possibilidade que ensejaram a emergência de uma utopia, pois a sua representação é derivada de um debate situado em dado contexto sociopolítico. Para o autor, a utopia retornou ao campo das lutas discursivas atualmente, abrindo múltiplas concepções de revolução e luta social, mobilizando pessoas e coletivos interessados nas possibilidades de alternativas ao sistema capitalista. Dessa forma, a partir da obra *“Arqueologias do futuro: o desejo chamado Utopia e outras ficções científicas”* (JAMESON, 2021), analisa-se o Antropoceno como matéria-prima que fornece atualizações para essa expressão na atualidade.

O Antropoceno, definido como uma catástrofe climática por Danowski e Viveiros de Castro (2014, p. 113), caracteriza-se pela aceleração das agressões à biosfera e do impacto negativo da atividade humana sobre a biodiversidade. Esse período mais recente

do planeta se tornou reconhecido e difundido somente no século XXI. Contudo, remonta originalmente a 1873, quando o geólogo italiano Antonio Stoppani se referiu, pela primeira vez, à influência dos humanos sobre o ambiente como uma “[...] nova força telúrica que pode ser comparada, em força e universalidade, às maiores forças da terra” (CRUTZEN, 2002, p. 23). Veiga (2017, p. 245) reflete sobre o contexto do Antropoceno considerando o desenvolvimento sustentável como a grande utopia contemporânea<sup>1</sup>. Para o autor, a Agenda 2030, criada em 2015, com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, “pode ser entendida como mais um capítulo desse processo de afirmação da recente utopia dos direitos humanos”. Segundo esse autor, o fenômeno dos direitos humanos era considerado como a principal utopia; contudo, atualmente a utopia se apresenta, sobretudo, ao questionar o impacto das nossas ações nas gerações futuras, pensando sobre o que fazemos à luz do que deveríamos fazer (VEIGA, 2017). Assim, conforme aponta Veiga (2017, p. 233), “[...] a primeira utopia do Antropoceno” diz respeito ao desenvolvimento sustentável como um direito humano.

O termo ainda em disputa não foi formalizado pela comunidade científica, demonstrando que, sobretudo, é um momento de entender quais fatores sociais influenciam as mudanças climáticas antropogênicas e de atentar para as suas consequências. Haraway (2016) expõe que o Antropoceno, como categoria temporal, está implicado no mito da salvação e na representação do apocalipse. Assim, propõe um sentido para esse período do planeta que não se fundamente no salvacionismo e no apocalipse, e que se contraponha ao pressuposto do fim do mundo. A autora indica a relevância de pensar novas formas de compor com o mundo e de retomar o controle sobre as narrativas a partir de outras visões e perspectivas sobre as mudanças climáticas, que não produzam o silenciamento de povos não modernos, incluindo as agências não humanas. Nesse sentido, considera-se que as práticas de desenvolvimento sustentável se destacam como um dos fatores preponderantes à análise das atuais mudanças socioambientais (HARAWAY, 2016; HARAWAY *et al.*, 2016; HÜBNER; FROEHLICH, 2021).

O Antropoceno é um período não somente geológico, mas também histórico e cultural, e pode-se afirmar que o modo de produção do sistema capitalista contemporâneo contribui, em grande medida, para a aceleração do impacto da atividade humana sobre a biodiversidade (VEIGA, 2017; TORRES, 2017). A perspectiva das micropolíticas de resistência parte da compreensão de que o capitalismo contemporâneo possui uma relação dupla de opressão, sobre a produção da materialidade e a produção de subjetividades, homogeneizando formas de ser e de estar no mundo, de perceber e de sentir. Nessa circunstância, o capitalismo dilata-se para além da esfera da economia, movendo-se em qualquer instância, incorporando as relações de produção subjetiva às relações de produção econômica. Essas novas modalidades de produção do capital passam a instigar o desejo, atuando como um dispositivo de poder que modela individualidades, comportamentos e percepções de mundo, impossibilitando singularizações (GUATTARI; ROLNIK, 1986; DELEUZE; GUATTARI, 1995; 1996).

<sup>1</sup> Considera-se que o discurso do desenvolvimento sustentável é uma das expressões do discurso do desenvolvimento, compreendendo a noção de discurso no sentido proposto por Foucault (1966; 2000).

Em vista disso, a partir da perspectiva das micropolíticas de resistência frente à captura dos processos de subjetivação<sup>2</sup> por relações capitalistas, busca-se identificar as atualizações que se pode dar ao termo utópico no século XXI, num contexto de preocupação com os custos sociais e ecológicos do Antropoceno. Mediante cruzamentos entre Fredric Jameson e Félix Guattari, pretende-se compreender como os sentidos utópicos no Antropoceno estão vinculados à produção de novos processos de subjetivação que se ancoram em uma dimensão micropolítica; e possuem um sentido inventivo e criativo de novas práticas, sensibilidades, corporalidades, temporalidades e territorialidades que buscam se afastar dos modelos dominantes de subjetivação. Em primeiro plano, o artigo apresenta o contexto sócio-histórico implicado nas atualizações dos sentidos atribuídos ao termo, para assim contrastar as diferenças entre as utopias contemporâneas e as utopias modernas. Em seguida, explora as discussões da obra de Jameson que contribuem para esta problemática, buscando cruzar elementos com a perspectiva das micropolíticas de resistência de Guattari (GUATTARI; NEGRI, 2017; JAMESON, 2021).

## 2 Da Imaginação Utópica às Utopias Modernas

Denso e polissêmico, utopia é um termo que desde o século XV remete à contestação da ordem vigente. Surge com a crítica social e política que suscita uma nova ordem e, por isso, revela um duplo sentido: o descontentamento com uma época e o sonho de outro mundo possível. A ilha Utopia de More, situada em lugar nenhum, é apresentada como um território no qual seus habitantes vivem de modo ideal (MORE, 1999)<sup>3</sup>. Ironicamente uma vida melhor situada em um lugar que não existe, uma utopia equivalente a Erewhon de Samuel Butler, obra publicada originalmente em 1872, anonimamente, Now-here, no-where, aqui e agora e nenhum lugar. Contudo, a Utopia de More recebe influência da imaginação utópica de Platão, que descreve uma Polis ideal em *A República*, um dos primeiros projetos apresentados sob a forma de sistema político, no século IV a.C. (PETITFILS, 1977). Dessa forma, os sentidos utópicos, desde as primeiras representações literárias registradas, estão atravessados por uma preocupação de encontrar caminhos para uma vida melhor em comunidade, baseada em uma nova estrutura política e social (COELHO, 1985).

Na Utopia de More existem eleições, o povo elege os administradores, que elegendos outros superiores que, então, indicam o governante máximo. O trabalho é uma constante preocupação dos projetos utópicos, e, na ilha, todos trabalham para que possam trabalhar menos, sendo prevista uma jornada de 6 horas, organizada a partir do princípio da alternância das funções e obrigatoriedade do trabalho na agricultura. More descreve detalhadamente o cotidiano dos utopianos, indicando que não eram consumidores ávidos, assim produziam apenas o essencial. A estrutura da família utopiana é patriarcal e a vida comunitária é estimulada por meio de refeições em grupos; entretanto, a inexistência de locais de lazer demonstra as regras morais e éticas de Utopia, quase como uma sociedade

<sup>2</sup> Em geral, os processos de subjetivação não pertencem ao nível individual, são plurais e coletivos. Então, referem-se a subjetividades coletivas que são afetadas por formas específicas de agir, sentir, desejar e perceber.

<sup>3</sup> Além de More, neste período destaca-se a obra utópica *Cidade do Sol* de Tommaso Campanella.

de controle, em que todos vigiam a todos (MORE, 1999; COELHO, 1985)<sup>4</sup>. A partir de More, a expressão utópica toma variadas formas no debate filosófico e político, bem como na literatura. As discussões que se seguem continuam inspiradas, em alguma medida, no ideal da cidade igualitária, situando-a na fronteira entre o real e o imaginário.

Com o impulso da Revolução Francesa, no fim do século XVIII, a utopia deixa de ser vista apenas como uma discussão filosófica e gênero literário, para ser considerada uma possibilidade concreta, desde que exista o engajamento das classes, grupos e indivíduos. No século XIX, toma a forma de um movimento revolucionário por meio das ideias socialistas, comunistas marxistas e anarquistas que evidenciaram que “[...] a utopia não é o dado, o existente, o fornecido, mas um projeto humano resultante de relações humanas” (COELHO, 1985, p. 72). Nesse sentido, um dos principais traços das experiências utópicas desde o século XIX é a intenção deliberada e, por vezes, organizada de criar experiências comunitárias que possibilitem colocar em prática outros estilos de vida. Um exemplo da tentativa de concretizar uma experiência utópica durante o século XIX no Brasil, foi a Colônia Cecília, fundada em 1890. Criada em Palmeira, no Paraná, no contexto das imigrações europeias ao país, foi uma comunidade experimental baseada em ideais anarquistas, princípios de autogestão e do amor livre. Idealizada por um grupo libertário mobilizado por Giovanni Rossi, engenheiro agrônomo e militante anarquista italiano, membro da Associação Internacional dos Trabalhadores (1864-1876), conhecida como I Internacional Socialista. A Colônia Cecília surge com a tentativa de implementar o modo de vida libertário em um espaço rural e foi formada em grande parte por famílias operárias vindas da Itália. Indica-se que a dificuldade em garantir a subsistência a partir da produção agrícola levou à dissolução da comunidade após quatro anos (LUZ; IACHTECHEN, 2018)<sup>5</sup>.

De acordo com Albuquerque (1999), as noções de comunidade e sociedade são fontes de representações simbólicas que povoam o imaginário moderno, indicam configurações sociais contrastantes e que projetam imagens sobre os agrupamentos humanos na dinâmica histórica. O simbolismo da comunidade representaria um imaginário arcaico, a solidariedade mecânica e a sua antítese aponta para a fragmentação do trabalho e as relações humanas impessoais, “[...] em ambos, contudo, o par conceitual desvenda os limites da ordem estabelecida e impulsiona utopias redentoras” (ALBUQUERQUE, 1999, p. 53). Nos séculos XIX e XX, o sentido de comunidade vinculou-se às variadas formas de relacionamento caracterizados por intimidade, continuidade, conexão emocional e engajamento moral. Contudo, segundo Bauman (2003, p. 37-38), no decorrer do capitalismo moderno, algumas tendências modificaram os sentidos atribuídos a essa noção. No primeiro período, havia uma tendência que visava substituir o “entendimento natural” da comunidade de outrora, regida pelo ritmo da natureza, da rotina regulada por tradições e pelo trabalho na agricultura, da força coercitiva das estações climáticas e da luta pela sobrevivência. No entanto, a expansão do modo de vida urbano-industrial causou a perda

<sup>4</sup> O sexo antes do casamento era punido, assim como o adultério; já o divórcio era permitido em condições especiais; contudo, não havia um sistema de leis, sendo a regra geral especificar uma sentença para cada caso. Além disso, havia liberdade religiosa.

<sup>5</sup> Um aspecto controverso, apontado por Coelho (1985, p. 83), é que as forças policiais governamentais teriam expulsado os moradores da Colônia. Além disso, indica a intolerância da sociedade brasileira, “[...] através dos grupos no poder, diante dessas tentativas de organização de um outro modo de vida”.

dos traços culturais pré-modernos, baseados em formas de relacionamento caracterizados pela conexão face a face e pertencimento territorial comunitário (ALBUQUERQUE, 1999; BAUMAN, 2003).

O século XX se iniciou sob a efervescência das utopias. Nas primeiras décadas, houve uma difusão do comunismo marxista, por meio da criação de partidos políticos e movimentos revolucionários que buscavam colocar em prática as ideias comunistas marxistas, destacando-se a Revolução de Outubro de 1917 na Rússia<sup>6</sup>. Na segunda metade do século XX, no contexto após a Segunda Guerra Mundial, com a Guerra Fria, corrida armamentista e atômica, e as ditaduras militares na América Latina, de forma sucessiva, os ideais utópicos de construção de uma alternativa global ao capitalismo passaram a sofrer críticas e reveses. Apesar disso, nas décadas de 1960 e 1970, o movimento hippie e várias experiências contraculturais no Brasil, passaram a reivindicar os valores e simbolismos comunitários, trazendo à tona as discussões sobre o pacifismo, o amor livre, o anticonsumismo, a frugalidade, a conservação ambiental e ecológica. A contracultura, caracterizada como um surto de rebeldia, foi um projeto composicionista pautado na busca por outros padrões de comportamento e de criação de novas formas de vida, em que o comunitarismo era um dos pilares do imaginário utópico (ALBUQUERQUE, 1999; FARIA, 2013).

Segundo Ernildo Stein (1993), com a queda do Muro de Berlim em 1989, e o fim da União Soviética em 1991, o princípio esperança foi abalado, instaurando-se um luto e um pessimismo numa geração da esquerda que se tornou “Órfã de utopia”. Nesse contexto, emergiu uma crise complexa do ideal emancipatório, com reflexos políticos e efeitos humanos nos indivíduos que postulavam esses ideais, e uma busca por vias de como elaborar positivamente esse luto em meio ao cenário de manutenção e de aprofundamento das desigualdades sociais (ALBUQUERQUE, 1999). A melancolia da esquerda também esteve relacionada a um paradigma filosófico, pois suas utopias (socialistas e comunistas marxistas) possuíam pressupostos filosóficos e políticos vinculados às concepções de Estado, liberdade e dominação. Segundo Stein (1993), a perspectiva hegeliano-marxista atuava, em certa medida, como o neoliberalismo atualmente. “Os ideais utópicos foram desencantados pela frustração dos projetos socialistas [...]”, gerando uma crise de subjetividade e impactando de maneira negativa em uma geração que se viu frente ao desafio de repensar tudo novamente (STEIN, 1993, p. 65-66).

Ainda segundo Stein (1993, p. 34), a cultura do final do século XX tem três elementos característicos e predominantes: 1) a individualização da experiência estética com a supressão do mundo vivido no qual ela se dava; 2) a desvinculação dos processos normativos do sujeito; e 3) o esvaziamento do trabalho como um valor biográfico. Tais elementos estão vinculados à produção midiática, à inclusão da cultura na esfera econômica e à diminuição da importância do valor biográfico do trabalho; nesse sentido, aponta a relevância da procura por outras formas de apoio à existência e modelos para a autorrealização. Segundo o filósofo, a busca de alternativas de existência social tem diante de si o desafio das utopias e sugere algumas das suas características históricas para avaliar em que medida segue sendo um desafio. Stein (1993) comenta que o que está em

---

<sup>6</sup> Posteriormente à Segunda Guerra Mundial, cabe citar a Revolução Chinesa, em 1949, e a Cubana, em 1959.

jogo é uma concepção teórico-filosófica de liberdade que possa recuperar o enraizamento e indica a fuga de estilos de vida pré-fabricados como uma forma de recuperar o sentido da vida e mover-se para a autorrealização. A partir disso, compreende que a comunidade surge como um espaço utópico com novas formas de compromisso, eticidade e modos de reconhecimento intersubjetivo. Nesse sentido, também Albuquerque (1999, p. 51-52) aponta que, no contexto mais recente do capitalismo, com o desmantelamento dos laços comunitários e de redes de parentesco, os problemas sociais e os custos humanos resultantes da modernidade se tornaram mais explícitos, possibilitando um efeito *revival* no social, em que “[...] a imagem da comunidade emergiu, inspirando utopias”.

### 3 Utopias do Antropoceno

No fim do século XX, após as sucessivas desilusões com os projetos socialistas-comunistas, houve um deslocamento das questões centrais colocadas pelos utopistas. A crise da exclusividade da utopia política alterou os posicionamentos em relação ao objetivo final da utopia (STEIN, 1993). Como indicou Coelho (1985, p. 89), a partir do final do século XX, o imaginário utópico tornou-se outro, não mais relacionado unicamente ao que sempre se buscou nas utopias, “[...] o movimento hippie já alertava sobre isso desde os anos 60”. O autor mencionou uma descentralização da importância atribuída “[...] aos aspectos econômicos e político-sociais das condições de existência [...]”, e uma “[...] maior ênfase àqueles domínios da vida abrangidos por Eros” (COELHO, 1985, p. 89). Dessa forma, compreende-se que houve uma abertura para emergirem outras concepções do termo utopia, vinculadas ao princípio da ação, do desejo e do prazer e à valorização da dimensão cotidiana e relacional da vida como principal cenário para concretizar transformações existenciais. No contexto neoliberal, desde os anos de 1980, os movimentos emancipatórios abriram espaços para novas subjetividades coletivas, grupos microscópicos e devires minoritários, fornecendo abrigo e novas vias de construção de laços de afetividade, solidariedade e união entre os indivíduos (ALBUQUERQUE, 1999). Além disso, a cultura alternativa, como herdeira da contracultura, apareceu dispersa através de variados temas, valores e atributos que remetem ao simbolismo comunitário (WEBER; FERRAZ, 2016; FROEHLICH; MEDEIROS, 2020). Portanto, no âmbito do capitalismo contemporâneo, as utopias apareceram sob outras formas, tendo em vista que a multiplicidade de sua expressão se assegura no enfrentamento aos poderes e saberes estabelecidos, transpondo a inércia dos padrões das estratificações sociais<sup>7</sup> (GUATTARI; ROLNIK, 1986; GUATTARI; NEGRI, 2017).

O momento histórico atual é atravessado por temas que ensejam processos de atualização dos sentidos dados ao termo utópico. Para Jameson (2021), em certa medida, a globalização prenunciou o fim das utopias modernas, que parecem resultar da modernidade ocidental mas são intermitentes. Por isso, cabe entender as condições de possibilidade e as circunstâncias específicas em que a composição e o exercício das práticas utópicas tornam-se possíveis. Para Jameson (2021), a utopia retornou ao campo das lutas discursivas

<sup>7</sup> A estratificação é uma modelagem da multiplicidade. O capitalismo, que se diz portador da multiplicidade, promove formas de estratificação e de captura do desejo, da multiplicidade e da diferença.

atualmente. A geração pós-globalização da nova esquerda utilizou resquícios da antiga, contudo sua “micropolítica abraçou a Diferença como um lema” (JAMESON, 2021, p. 13). Uma esquerda antiautoritária que incorporou as críticas anarquistas ao marxismo e reconheceu a relação entre o político e o pessoal para recuperar a vitalidade da temática utópica. A renovação contemporânea das utopias, junto aos grupos que têm adotado este lema, abriu uma multiplicidade no campo discursivo das concepções tradicionais de revolução e luta social.<sup>8</sup> Dentre esses grupos utópicos, Jameson (2021, p. 14) elenca “[...] a Nova Esquerda, ao lado da ala radical da social-democracia, de minorias culturais do Primeiro Mundo, de camponeses e sem-terra proletarizados ou de massas estruturalmente não empregáveis do Terceiro Mundo”. Esses grupos interessados em alternativas ao sistema capitalista contemporâneo se esforçam para combater a suposta universalidade invencível do capitalismo com reflexões representacionais sobre a Diferença, a alteridade e as possibilidades de sistemas sociais radicalmente diferentes.

As alternativas sociais radicais que os movimentos (micro)políticos estão tentando reinventar, configuram atualmente a retomada da utopia no campo das lutas discursivas, remetendo a uma expansão da imaginação utópica capaz de experienciar outros mundos possíveis e afastar-se da limitação sensorial inculcada pelo próprio modo de produção. Nessa direção, conduzem a um deslocamento da discussão utópica para o âmbito da representação, entretanto com a tradicional pergunta: é possível criar uma cultura crítica e subversiva em meio a uma constante reapropriação e cooptação do sistema social capitalista? (JAMESON, 2021). Nesse sentido, as micropolíticas de resistência empenham-se em responder a questionamentos semelhantes: é possível criar e praticar outras formas de perceber o mundo, suscitando a luta por autonomia dos próprios processos cognitivos e perceptivos, afastando-se das perspectivas de mundo estratificadas? (GUATTARI; ROLNIK, 1986; GUATTARI; NEGRI, 2017).

Como indica Jameson (2021, p. 337), “[...] o problema mais imediato reside na diferenciação das Utopias mais novas e de suas predecessoras modernistas”. O cerne desta discussão relaciona-se a uma disputa de concepções relacionadas à dimensão da temporalidade e as noções de revolução. De um lado, há no anarquismo uma valorização da dimensão cotidiana da vida, “[...] da própria vida cotidiana como revolta e revolução permanente” (JAMESON, 2021, p. 338). Em contrapartida, no comunismo marxista, há um projeto coletivo com o objetivo de alcançar mudanças em nível macropolítico e estrutural em uma sociedade. O anarquismo possui estratégias de luta anticapitalistas que enfatizam a autonomia em relação ao poder estatal, e que parecem valorizar a vida no presente como um meio de realizar a revolução. Portanto, não se trata de uma concepção de luta social em larga escala que almeja o dia específico da ruptura com o sistema capitalista, como propôs a esquerda comunista marxista histórica. Os meios práticos da revolução, para o anarquismo, referem-se à produção de zonas e experiências utópicas que visam ir além do alcance estatal. Para Jameson (2021), não se trata de resolver essa antinomia que ilustra a influência dos movimentos anarquista e marxista

<sup>8</sup> A multiplicidade luta contra uma única maneira de ser, suscitando outras maneiras de viver para fugir da que se pretende única. Dessa forma, a definição da agência está vinculada à compreensão de que a multiplicidade está sempre estratificada e são as estruturas sociais que a organizam. Portanto, cabe à multiplicidade reivindicar seu direito de produção da vida a partir do desejo de se deslocar para além dos limites impostos pela estratificação.

nos grupos utópicos contemporâneos, mas traçar novas versões dessas tensões e outras relações entre essas perspectivas.

Após a crise das utopias, segundo Guattari e Negri (2017, p. 78), a revolução continuou e se constituiu das chamadas lutas democráticas, que reivindicaram como condições da revolução, a paz e a pauta antinuclear. Nesse sentido, por analogia, compreende-se que as experiências utópicas atualmente estão vinculadas às lutas de combate às mudanças climáticas e antidestruição da biosfera humana. Cabe captar os sentidos da utopia no contexto das transformações sociais contemporâneas à luz da análise das “[...] lutas moleculares de liberação dirigidas a objetivos ao mesmo tempo imediatos e de longa duração, locais, cotidianos, triviais, e, não obstante, engajados com o futuro da humanidade” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. XVI). A partir do exposto, pode-se apontar que as práticas de sentido utópico atualmente se referem à liberação de novas singularidades como meio e conteúdo da mudança social. As lutas contra a exploração se tornam lutas moleculares de liberação e de criação de devires subjetivos, integrados aos processos de produção de outros anseios e necessidades. Dessa forma, novos modos de subjetivação e de criação de formas de organização que propiciem a emancipação do trabalho e o exercício de liberdade podem ser engendrados.

Além disso, Guattari e Negri (2017) incitam a pensar em uma guerra que não é nitidamente percebida: a devastação do planeta. Nesse contexto, segundo eles, cabe “[...] combinar a crítica da ciência e a contestação da exploração. Por exemplo, combinar as pesquisas sobre energias alternativas e a reconstrução prática da comunidade produtiva” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 78). Nesse âmbito, há os antagonismos molares, como as lutas pela emancipação do trabalho e contra a exploração, e as proliferações moleculares, que se referem à transformação das relações dos indivíduos e das coletividades com o mundo material e dos signos através da expressão da capacidade de agência e singularização. Os nexos entre a renovação dos sentidos utópicos no Antropoceno e as micropolíticas de resistência podem ser percebidos nas potencialidades destas de “inventar novos territórios de desejo e de ação política”, ao voltar-se para a intencionalidade coletiva da prática, às fontes de esperança, ao “ser para” e menos ao “ser contra” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 122). Dessa forma, os devires minoritários autoproduzem o processo de liberação e constituem uma nova cooperação produtiva, com produção de bens, comunicação, solidariedade social e de universos estéticos, abrindo possibilidades de engajamento das forças molares e estatais com as novas forças subjetivas e moleculares.

A busca por alternativas à exploração capitalista trouxe um novo tipo de organização comunitária das forças sociais produtivas. “Lutas contra o processo de trabalho e seus modos de sobrecodificação do tempo, lutas por um outro hábitat e uma outra maneira de conceber a sociabilidade doméstica, a vizinhança, a cooperação” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 77). Para esses autores, as transformações que afetam a sociedade exigem um novo tipo de organização que se construa sobre a autovalorização e a autoprodução de singularidades. O motor essencial da transformação está na “[...] reconquista do valor do testemunho do engajamento pessoal, da resistência singular e da solidariedade elementar” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 94). Para se constituir micropolíticas de resistência, é necessário reinventar as formas de militância a partir do método aberto de organização e de reflexão crítica, assumindo “[...] a relação contraditória entre singularidade e

sociedade capitalista, entre ética e política” (GUATTARI; NEGRI, 2017, p. 94). Nesses termos, podem ocorrer profundas mudanças no contexto proposicional, pautado por uma nova maneira de vislumbrar as coisas e uma redefinição de direitos humanos para garantir as construções comunitárias e a emergência de novas organizações.

A multiplicidade é a principal característica das utopias que seguem após a aparente extinção das correntes clássicas, tornando-se um tema central para a construção de soluções envolvidas nestes novos projetos utópicos, mais reflexivos e diversificados<sup>9</sup>. Assim, não há uma Utopia, mas uma multiplicidade de utopias, que não se pretendem únicas, da mesma forma que não há um único modelo utópico para viver em comunidade.

O utópico se torna, pois, não o comprometimento com uma maquinaria ou com uma receita específica, mas, antes, o comprometimento de imaginar possíveis Utopias em sua maior variedade possível de formas. O Utópico não é mais a invenção e a defesa de um plano, mas a história de todas as discussões sobre como a utopia deveria, para começar, ser construída. Já não é mais a exibição de um constructo Utópico realizado, mas a história de sua produção e o processo de construção. (JAMESON, 2021, p. 343)

Segundo Jameson (2021), os sentidos utópicos tendem a registrar a realidade social dada, captando tendências fundamentais e problemas, construindo imagens representacionais. Esse aparato registrador da utopia pode combinar e brincar elementos positivos de um passado e de um futuro, em um processo de interação de elementos, por vezes, contraditórios<sup>10</sup>. Dessa maneira, indica-se que, atualmente, os sentidos utópicos são traduzidos e atualizados, através deste aparato registrador, em variadas representações, culturais ou ideológicas, que possam ser mediadas e colocadas em prática na situação presente. Para pensar uma definição de utopia que abarque áreas completas de conhecimento no inventário de sentido do termo, o autor estabeleceu dois tipos distintos de utopia, desde a sua origem em More, o que é chamado por ele de linhas de descendência. A primeira linha se refere à prática política revolucionária que propõe criar novas sociedades e materializar experiências utópicas, é sistêmica e inclui escritos literários e as comunidades intencionais. A segunda linha abrange o impulso utópico, situado na parte do espectro caracterizado pelo autor como obscuro, da teoria política, das reformas liberais e fantasias ilusórias ou ideológicas. No entanto, cabe a esse impulso utópico compreender os distintos níveis do conteúdo utópico, do corpo, do tempo e da coletividade, em que a fonte da alteridade e da almejada Diferença, sobretudo, ancora-se na autonomia, na autossuficiência e na descolonização da vida cotidiana, evidenciando a esfera do cotidiano como o território por excelência da utopia (BARTHES, 1971, p. 23; TÓTORA, 2020; JAMESON, 2021).

A partir de Jameson (2021), pode-se considerar comunidades como experimentações utópicas que produzem respostas à crise do Antropoceno, combinando a consciência de um problema social com práticas inventivas para respondê-lo. A contradição entre segurança e liberdade é abordada por Bauman (2003) como o cerne da discussão atual sobre

<sup>9</sup> Indica-se que, em certo sentido, as utopias feministas dos anos 1960 e 1970 foram as últimas utopias tradicionais (JAMESON, 2021, p. 342).

<sup>10</sup> Um exemplo disso são as combinações imaginárias de distintos modos de produção, comuns às sociedades construídas em textos utópicos, sobretudo, no que diz respeito aos modos de produção pré-capitalistas (JAMESON, 2021, p. 63).

comunidade, tendo em vista que o contexto de origem das comunidades pré-modernas se diferencia do contemporâneo. Por isso, o significado da vida comunitária também se distingue, pressupondo que atualmente os sentidos mobilizados para sustentar os estilos de vida comunitários carecem ser investigados. Nessa circunstância, a comunidade como paraíso perdido, lugar de sonho e segurança é contrastada com uma possível perda de liberdade e individualidade. A própria palavra aparece carregada de um sentido de segurança e de “[...] um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, a nosso alcance – mas no qual gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” (BAUMAN, 2003, p. 9). Nesse âmbito, existe uma tradição utópica não homogênea, mas plural e multiforme, em que a intenção de criar uma comunidade ideal serve para acolher a Diferença e abrir espaço para a multiplicidade.

Assim, a Utopia concentra atualmente seu sentido na multiplicidade e no pluralismo, na capacidade imaginativa de pensar variadas utopias. Pontua-se que as utopias contemporâneas são respostas à convicção da universalidade do sistema capitalista e da suposta impossibilidade de alternativas de existência social. Como expõe Jameson (2021, p. 359), “[...] qual seria, hoje, a função de uma entidade tão ambígua quanto a Utopia, se não a de prever possibilidades políticas e empíricas?”. Para o autor, há uma nova estratégia discursiva da qual surgem as utopias contemporâneas que se configuram a partir de uma ruptura formal que desempenha um papel político que ultrapassa a mera reprodução ideológica. Esta ruptura, que caracteriza as novas utopias, defronta-se com os desafios da concretização prático-política, de como satisfazer (ou educar) o desejo utópico, instigando a produção de descontinuidades e expandindo a noção de conteúdo utópico, mediante experimentações existenciais que incidem sobre a construção de futuros possíveis. Esse desafio da capacidade de materialização da utopia no cotidiano ou educação do desejo utópico, também pode ser chamado de utopia heurística (BINA; INCH; PEREIRA, 2020), compreendendo desejo à luz de Deleuze e Guattari (1996) e da análise dos anseios utópicos de Jameson (2021).

Em Deleuze e Guattari (1995; 1996), o desejo é concebido não como falta de algo na existência, mas como potência viva de criar a si; por isso, o desejo produz realidade por meio do agenciamento, cria a subjetividade e o sujeito. Portanto, a subjetividade está vinculada ao plano do desejo, porém não se situa apenas no indivíduo, é um processo político que pode estabelecer conexões que condicionam e sustentam produções coletivas. A reflexão em torno da implementação das práticas utópicas se amplia na concepção de desejo como produção do real, pois enfoca não apenas a negação de uma ordem existente, mas buscar viabilizar meios concretos para pensar algo novo que se direcione de fato à satisfação do desejo utópico. O desejo como possibilidade de criação de novos processos de subjetivação, acresce camadas à compreensão dos sentidos da utopia enquanto desejo de produzir a vida e de resistência às formas de dominação, por meio da criação de outros modos de ser e de estar no mundo<sup>11</sup>.

Guattari eleva a subjetividade a uma qualidade de matéria-prima de toda e qualquer produção, concernente à produção de poder para controlar relações sociais. Para ele, existe uma modelização que não é apenas representação, mas uma homogeneização de

<sup>11</sup> Nesse sentido, as micropolíticas de resistência se relacionam ao domínio da subjetividade, que começou a aparecer na discussão utópica desde a era burguesa e em Fourier (JAMESON, 2021).

comportamentos, percepção e sensibilidade. Propõe a noção de subjetividade maquínica, industrial, modelada e fabricada, que se constitui através de máquinas que injetam representações para os sujeitos, como a subjetividade das mães, pais e crianças, onde existe um certo parâmetro de como cada um se comporta, percebe e sente o mundo. Guattari e Rolnik (1986, p. 19) dizem que Guattari batizou de micropolítica as estratégias da economia do desejo no campo social. A economia coletiva do desejo é compreendida não apenas como um caso de superestrutura. A produção de subjetividade é a matéria-prima da evolução das forças sociais produtivas em sua forma mais desenvolvida, pois afeta a maneira como os indivíduos percebem o mundo, as formas como acontecem os agenciamentos e as articulações com os tecidos sociais que dão suporte à existência dessas forças produtivas.

Como apontado anteriormente, o capitalismo contemporâneo passou a investir na esfera da reprodução social, ultrapassando os muros das fábricas, assujeitando o tempo dos indivíduos e a vida pessoal por meio de novas modalidades de produção do capital, afetando a maneira como os indivíduos percebem o mundo. A ordem capitalista “[...] incide nas montagens de percepção, de memorização e na modelização das instâncias intrassubjetivas” (GUATTARI; ROLNIK, 1986, p. 51). A subjetividade é formada, influenciada pela estrutura capitalista que projeta na realidade do mundo e na realidade psíquica esquemas de conduta, gestos, pensamento, sentido, afeto e sentimento. Por isso, Guattari indica que há uma modelização ou serialização da subjetividade, de modo que ocorre uma modelação dos esquemas de percepção do mundo que favorecem a legitimação das relações sociais capitalistas. Assim, cabe às micropolíticas de resistências mobilizar o desejo utópico para a experimentação e fuga dos modelos hegemônicos de percepção de mundo, sobretudo, a construção de novos estilos de vida corporificados, a reconquista ou criação de novos territórios de desejo, espaços comunitários e de liberdade, que salientam a capacidade de combate à repressão nas relações sociais e nas expressões do imaginário (GUATTARI; ROLNIK, 1986; DELEUZE; GUATTARI, 1995; 1996; GUATTARI; NEGRI, 2017).

As micropolíticas de resistência possuem um sentido inventivo e criativo de novas práticas, técnicas, sensorialidades, corporalidades e temporalidades que buscam romper com os modelos dominantes de subjetivação. Nesse sentido, constrói-se o espaço para as singularizações e para novos processos de subjetivação emergirem, suscitando a luta por autonomia dos próprios processos cognitivos e perceptivos, sem necessariamente se emancipar das perspectivas de mundo estratificadas. Como na frase vista em McCulloch (2009, p. 3), “[...] eu não posso pertencer a este mundo se não posso imaginá-lo do meu próprio jeito [...]”, questionando como pertencer a um mundo que rouba possibilidades de imaginar de forma singular e que constrói percepções estigmatizadas de determinados grupos sociais limitando sua capacidade inventiva. Retomar a posse da invenção dos processos perceptivos, cognitivos e de subjetivação, refazer a história e os discursos, são questões que remetem à utopia no contexto atual. Por isso, sublinha-se um conceito de utopia vinculado ao desejo de produção do real, de experimentação de si e de fuga dos modelos hegemônicos de percepção de mundo.

Conforme salientaram Bina, Inch e Pereira (2020), é possível compreender utopia como método heurístico, capaz de incidir sobre a educação do desejo, ensejando práticas

sociais que propiciem experienciar e aprender sobre as possibilidades de vivências alternativas e futuros sustentáveis. Nessa seara, o pensamento político e crítico de Miguel Abensour (1990) auxilia a pensar a utopia heurística como enfrentamento do real e ação ativa e contínua, de autoemancipação e reação às formas de dominação. Segundo Tótoro (2020, p. 147), esse autor propõe uma concepção de utopia tendo em vista a distinção entre forças ativas e forças reativas, “[...] como potência afirmativa de combate às forças reativas do ressentimento, de uma consciência infeliz e da negatividade”. O novo espírito utópico, exposto por Abensour (1998), situa-se num horizonte plural, de caráter emancipatório e de permanente resistência contra as dominações e dogmatismos.

A utopia heurística, como enfrentamento do real, também remete a uma educação do desejo que viabilize práticas de desenvolvimento sustentável e possíveis respostas à crise climática e às mudanças socioambientais. Nesse sentido, destacam-se elementos importantes para a tarefa de melhor descrever o Antropoceno, levantada por Tsing (2021), a partir de uma abordagem epistêmica pluralista e não paralisante, visando o envolvimento de diferentes sujeitos, incluindo a agência dos não humanos<sup>12</sup>. No intuito de “[...] refazer as mudanças climáticas [...], como objetos de pesquisa [...]” da Antropologia, a autora indica que a descrição acurada do Antropoceno começa com base na pesquisa de campo (TSING, 2021, p. 178). Algumas pesquisas recentes realizadas no Sul do Brasil seguem nessa direção de elucidar o Antropoceno a partir de realidades locais, analisando as potencialidades inventivas que as vivências comunitárias possuem enquanto micropolíticas de resistência, mobilizadoras de novos processos de subjetivação (MORAES, 2019; HÜBNER, 2023).

O trabalho de Hübner (2023) analisou as atualizações do termo utópico com base na investigação empírica de vivências comunitárias situadas no município de Maquiné, RS. Nessa pesquisa, compreendeu-se as vivências comunitárias contemporâneas como micropolíticas de resistência frente à captura dos processos de subjetivação engendrada pelo capitalismo, partindo do pressuposto de que os sujeitos que vivenciam essas experiências mobilizam singularizações, na medida em que buscam, a partir de suas próprias vidas, forjar estilos de vida não hegemônicos. Nesse âmbito, pode-se entender a utopia heurística como uma invenção de outras possibilidades de vida por meio das micropolíticas de resistência, propulsoras de novos processos de subjetivação e de espaços de confrontação às formas de dominação. Como apontado anteriormente, a utopia já não é projetar a construção de um mundo ideal, mas acompanhar como emergem, junto aos sujeitos, novos campos e novas linhas do desejo, enfatizando a interação complementar entre o humano e o não humano e como os significados são produzidos nessa relação cotidiana. O papel heurístico da utopia é exercido pelos impulsos às experimentações da própria existência na relação com os outros, humanos e não humanos, elaborando respostas locais ao reconhecimento dos modos diversos mediante os quais as mudanças climáticas e o capitalismo afetam a diversidade de espécies, territórios e seres humanos de diferentes raças, gêneros, etnias e classes sociais (TSING, 2021). A produção social das utopias contemporâneas acontece em espaços territorializados que instigam vivências comunitárias, experiências coletivas

<sup>12</sup> O ensaio de Anna Tsing (2021), “*Antropoceno mais que Humano*”, que expõe *insights* sobre o Antropoceno, teve como base o trabalho realizado junto com mais de uma centena de escritores, artistas e acadêmicos durante o projeto digital Feral Atlas, publicado em 2020, pela Stanford University Press. Site de acesso aberto: <https://feralatlans.org/>.

e práticas sustentáveis, e, por isso, novas territorialidades e singularizações que buscam escapar ao discurso do desenvolvimento na atual fase do capitalismo.

#### 4 Considerações Finais

Foram examinadas as atualizações do sentido de utopia no contexto do Antropoceno, com base nas reflexões sobre micropolíticas de resistência propostas por Félix Guattari, tendo em vista que as utopias do século XX, monopolizadas por correntes político-ideológicas, permanecem imersas numa crise de confiança. A ideia da mudança em direção a um mundo ideal, que embalou as utopias do século XX, foi frustrada, e a melancolia apareceu com a consciência de que os conflitos vistos como externos, e que poderiam ser enfrentados e removidos, a partir de um projeto utópico, estavam, na verdade, introjetados nos sujeitos. Nesse sentido, a subjetividade emerge como uma espécie de território em disputa. A crise das utopias modernas foi o fim do “dever ser” das utopias, de como até então se imaginava que elas deveriam ser, dando margem a uma emergente multiplicidade de formas de manifestação do descontentamento com situações de fato, de ordem e de poder. A renovação da temática da utopia no campo das lutas discursivas trouxe atualmente uma multiplicidade de concepções de revolução e luta social, que visam a abalar a suposta universalidade insuperável do capitalismo com reflexões representacionais sobre a Diferença, a alteridade e as possibilidades de sistemas sociais radicalmente diferentes.

Os sentidos atribuídos à utopia são atualizados de acordo com as circunstâncias sócio-históricas, pois o mundo constrói-se continuamente a partir daquilo que seus habitantes fazem. Assim, pode-se apontar que, em certa medida, no início do século XXI, não há proeminência de utopias molares, pautadas por mudanças estruturais, como no século XX, mas sim utopias moleculares. Essas utopias visam à liberação de novas singularidades como meio e conteúdo da revolução, à criação de devires subjetivos integrados aos processos de produção de outros anseios e necessidades, possibilitando a emergência de novas formas de organização para a emancipação do trabalho e exercício da liberdade. Portanto, os sentidos utópicos no Antropoceno se caracterizam por fugir da utopia estratificada, assentada em um único modelo ideal, para pensar outras formas possíveis de habitar o mundo, buscando produzir novas práticas menos danosas à biodiversidade e à vida humana.

A utopia heurística propõe uma educação do desejo, explorando a capacidade inventiva e práticas sociais que promovem a criação de alternativas de existência que podem conduzir a futuros alternativos e sustentáveis. Nesse sentido, indica-se que os sentidos utópicos no Antropoceno relacionam-se às micropolíticas de resistências e aos devires minoritários que criam vias de enfrentamento locais às mudanças climáticas. Uma das características atuais da produção social das utopias são as práticas viáveis que não se pretendem salvacionistas, fantásticas e ilusórias, solução total dos problemas do mundo. A utopia que se mostra concreta pelas vias subterrâneas, baseia-se no que é possível, acessível, minoritário e que explora a organização das conexões e das resistências às capturas da subjetividade, engendradas pelo capitalismo contemporâneo. Assim, no

contexto atual, o papel heurístico da utopia se evidencia por sua capacidade de expandir o debate e as experimentações sobre as possibilidades de outros estilos de viver e de habitar o planeta.

## Agradecimentos

@s autor@s agradecem pelo auxílio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a este trabalho.

## Referências

- ABENSOUR, Miguel. **O novo espírito utópico**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- ABENSOUR, Miguel. **Democracia contra o Estado – Marx e o momento maquiaveliano**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.
- ALBUQUERQUE, Leila Marrach Basto. Comunidade e sociedade: conceito e utopia. **Raízes**, Campina Grande, v. XVIII, n. 20, p. 54-57, 1999.
- BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. Paris: French & European Pubns, 1971.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BINA, Olivia; INCH, Andy; PEREIRA, Lavínia. Beyond techno-utopia and its discontents: On the role of utopianism and speculative fiction in shaping alternatives to the smart city imaginary. **Futures**, [s.l.], v. 115, 2020.
- BLOCH, Ernst. **O Princípio Esperança**. Trad. Nélio Schneider, Werner Fucks. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.
- COELHO, Teixeira. **O que é utopia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- CRUTZEN, Paul J. Geologyofmankind. **Nature**, [s.l.], v. 415, 2002.
- DANOWSKI, Déborah; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro, Florianópolis: Cultura e Barbárie, Instituto Socioambiental, 2014.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1995. v.1.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro, RJ: Ed. 34, 1996. v. 3.
- FARIA, Ricardo de Moura. **Utopias do século XX**. Belo Horizonte: Edição do autor, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1966.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FROELICH, José Marcos; MEDEIROS, Rafael Ferreira. As pesquisas brasileiras sobre comunidades intencionais e ruralidades: notas exploratórias. *In: 58º CONGRESSO DA SOBER, SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL*, 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu, PR. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu, PR, 2020.
- GUATTARI, Félix. NEGRI, Antonio. **As Verdades Nômades: por novos espaços de liberdade**. São Paulo: Autonomia Literária; Editora Politeia, 2017.

- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- HARAWAY, Donna. **Staying with the Trouble**: Making Kin in the Chthulucene. Duke University Press, 2016.
- HARAWAY, D. *et al.* Anthropologists Are Talking – About the Anthropocene. **Ethnos**, [s.l.], v. 81, n. 3, p. 535-564, 2016.
- HÜBNER, Jeniffer. **Neoutopismo no Antropoceno**: agenciamentos coletivos e micropolíticas de resistência no Rio Grande do Sul, Brasil. 2023. 140p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, RS, 2023.
- HÜBNER, Jeniffer; FROEHLICH, José Marcos. O Antropoceno e a perspectiva das Epistemologias Alternativas. *In*: I SEMINÁRIO INSTITUTO RACIONALIDADES – AS HUMANIDADES NO CONTEMPORÂNEO: UMA APOSTA POLÍTICA NAS DIFERENÇAS. Cachoeirinha(RS) IR, 2021. **Anais** [...]. Cachoeirinha, RS, 2021.
- JAMESON, Fredric. **Arqueologias do futuro**: o desejo chamado utopia e outras ficções científicas. Tradução: Carlos Pissardo. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.
- LUZ, Guilherme Silva; IACHTECHEN, Fabio. Colônia Cecília: a memória de uma Comuna Socialista na obra “Um Amor Anarquista” de Miguel Sanches Neto. **Revista Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, v. 5, Edição Especial, 2018.
- MANNHEIM, Karl. A mentalidade utópica. *In*: SOUSA, Cidoval Moraes de (org.). **Um convite à utopia**. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 47-134.
- MCCULLOH, David. Curatorial. **Sight Unseen**: International Photography by Blind Artists. Exhibition on view from may 2 to august 29 at the UCR/California Museum of Photography. University of California, 2009.
- MORAES, Bruno Emilio. **Educação Ambiental Desde Baixo**: o Cotidiano das Comunidades Utópicas. Curitiba: Appris, 2019.
- MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- PETITFILS, Jean-Christian. **Os socialistas utópicos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1977.
- STEIN, Ernildo. **Órfãos de Utopia**: a melancolia da esquerda. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993.
- TORRES, Sonia. O antropoceno e a antro-po-cena pós-humana: narrativas de catástrofe e contaminação. **Ilha Desterro**, Florianópolis, v. 70, n. 2, p. 93-105, 2017.
- TÓTORA, Silvana. Miguel Abensour: um pensamento insurgent. **Poliética**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 138-164, 2020.
- TSING, Anna Lowenhaupt. O Antropoceno mais que Humano. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 176-191, 2021.
- VEIGA, José Eli. A primeira utopia do Antropoceno. **Ambiente & Sociedade**, [s.l.], v. 20, n. 2, p. 227-246, 2017.
- WEBER, Beatriz Teixeira; FERRAZ, Giovan Sehn. A Construção da Alternativa: Contracultura, Movimento Alternativo e Ecovilas. **PLURA– Revista de Estudos de Religião**, [s.l.], v. 7, p. 405-438, 2016.

**Jeniffer Hübner**

Antropóloga e Socióloga, Mestre e doutoranda pelo programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bolsista CAPES.

Endereço profissional: Prédio 74A, Centro de Ciências Sociais e Humanas – CCSH, UFSM, Camobi, Santa Maria, RS. CEP: 97105-340.

*E-mail:* hubnerjeniffer@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0468-2737>

**José Marcos Froehlich**

Pós-Doutor em Antropologia Social pela Universidade de Sevilha (Espanha); Professor Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atuando como docente permanente no PPG em Extensão Rural e no PPG em Ciências Sociais da UFSM.

Endereço profissional: Prédio 44, Centro de Ciências Rurais – CCR, UFSM, Camobi, Santa Maria, RS. CEP: 97105-340.

*E-mail:* jose.marcos@ufsm.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6968-8497>

**Como referenciar este artigo:**

HÜBNER, Jeniffer; FROEHLICH, José Marcos. Os Sentidos Utópicos no Antropoceno: comunidades e micropolíticas de resistência. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e93867, p. 63-79, setembro de 2023.

# “Posso falar?”: perspectivas em torno do uso de Ritalina em contexto escolar

Mario Pereira Borba<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Secretaria de Estado da Cultura, Porto Alegre, RS, Brasil

## Resumo

Neste artigo apresento e discuto perspectivas escolares (de estudantes, professores e responsáveis) sobre prescrições e usos de Ritalina (nome comercial do cloridrato de metilfenidato) como tratamento para o Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Parto de considerações transversais de um trabalho de campo etnográfico em uma escola pública do Rio de Janeiro, com duração de um ano (do segundo semestre de 2017 ao primeiro de 2018), cuja discussão aprofundo a partir de um estudo de caso proveniente do mesmo campo. Discuto atravessamentos entre atenção e comportamento no cotidiano escolar, enfatizando seus pontos de contato na realidade (múltipla) constituída em torno do uso do referido medicamento.

**Palavras-chave:** Ritalina. TDAH. Atenção. Escola. Comportamento.

# “Can I speak?”: perspectives around the use of Ritalin in a school context

## Abstract

This paper presents and discusses school perspectives (from students, teachers and guardians) on prescriptions and uses of Ritalin (trade name for methylphenidate hydrochloride) as a treatment for Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD). It starts with cross-sectional considerations of an ethnographic fieldwork in a public school in Rio de Janeiro, that lasted one year (from the second half of 2017 to the first half of 2018), whose discussion is in-depth by a case study from the same field. It also discusses crossings between attention and behaviour, emphasizing points of contact in the (multiple) reality constituted by using that medication.

**Keywords:** Ritalin. ADHD. Attention. School. Behaviour.

Recebido em: 31/01/2022

Aceito em: 1º/06/2022



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Introdução

Este artigo deriva de uma etnografia que realizei em uma escola pública federal do Rio de Janeiro (BORBA, 2019). Nela acompanhei principalmente o cotidiano de um Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), inicialmente interessado em pesquisar a presença do diagnóstico do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) em contexto escolar. Logo no começo deste trabalho de campo diário (que durou de agosto de 2017 a agosto do ano seguinte), constatei que o diagnóstico do TDAH, ainda que constantemente sugerido e lembrado, não era peremptório; grande parte das vezes não se configurava na prática como a principal questão na mobilização de cuidados e nas narrativas sobre as situações que acompanhei mais de perto. Diante de atravessamentos desse campo mais amplo, neste artigo, dimensiono o lugar ocupado pelo medicamento mais aludido e recorrente no tratamento do TDAH, o cloridrato de metilfenidato (conhecido e referido pelo nome comercial de Ritalina, da empresa Novartis).

Enfatizo essa face específica de medicalizações que atravessam a escola, na prescrição desse medicamento psicoativo, diante de problemas em que a definição, as negociações e as providências eu acompanhava cotidianamente. O conceito de medicalização, a partir das proposições de Conrad (2007), refere um processo por meio do qual questões que já teriam sido encaradas de outras formas tornam-se problemas médicos, ou vice-versa, já que é um processo que comporta idas e vindas. O fenômeno fala, então, de um espraiamento de linguagens e vocabulários provenientes da biomedicina, no qual questões passam a ser descritas e tratadas por meio de intervenções médicas. Ao conceber as medicalizações como processos bidirecionais, que não precisam ser totais e que são, portanto, dinâmicos, percebe-se aí um campo de disputas, em que múltiplos fatores concorrem na sua configuração.

Centralizo a discussão deste artigo no estudo de um caso que apresenta alguns elementos recorrentes na configuração da medicalização dos problemas de atenção que acompanhei, principalmente quando aparece uma dimensão comportamental da atenção e da desatenção articulada com a ideia de uma hiperatividade e nos atravessamentos relacionados à prescrição e ao uso da Ritalina como tratamento. Observo que um diagnóstico de TDAH não impõe um entendimento ou resolução definitiva dos problemas tal como são formulados no cotidiano escolar, mas deixa como um dos rastros principais a prescrição da Ritalina.

Cuidar a administração dos medicamentos, entre outras formas como *cuidados são metaforizados* (BONET; TAVARES, 2007) nessas situações, insere um protocolo de abordagem direta ou no mínimo insinua um constante questionamento quando os

problemas insistem ou agudizam dentro da escola: “estará tomando os medicamentos?”. Nos itinerários terapêuticos dos estudantes diagnosticados com TDAH que conheci, reincidiam alusões diretas ao uso de medicamentos. Entendo que a referência a essas prescrições é o principal registro da medicalização nos itinerários terapêuticos em torno de situações inicialmente reconhecidas como problemas escolares.

Ao pensar nesses caminhos e nas perspectivas, retomo a contribuição de Bonet (2014) quando ele propõe pensar em *itinerários terapêuticos* a partir da obra de Tim Ingold, o que permite ampliar a reflexão mais clássica sobre itinerários terapêuticos, para além de paradigmas mais enredados em entidades preexistentes que operariam nesses modelos conceituais e explicativos. Recuperando a crítica de Ingold sobre a ideia de rede, como um lugar de conexão entre humanos e/ou não humanos, Bonet (2014) propõe a inspiração da ideia de malha (*meshwork*) para pensar as histórias de circulação dos sujeitos em suas itinerários terapêuticos. O ponto principal a reter dessa proposição é que os caminhos não preexistem para as escolhas e perspectivas, as linhas por meio das quais se vive nessa itinerários são criadas no movimento, criam-se no improvisar. Abordo aqui itinerários também como perspectivas que se somam diante dos problemas.

As contribuições de Bonet (2014) permitem pensar, portanto, essas itinerários terapêuticos e suas confluências a partir dos fluxos, linhas e multiplicidades que as produzem. Argumento que é em meio a estes que o uso de Ritalina aparece. Esses conceitos permitem enfatizar as relações e não as entidades, sejam elas usuários, medicamentos, médicos, colegas, responsáveis ou professores. Cada linha ou itinerário vai depender de como se dão os agenciamentos, a partir das improvisações diferenciais que acontecem. Diante dessa inspiração, observo aqui que o uso de Ritalina se dá em um espaço *entre* perspectivas sobre problemas e comportamentos.

Diante das variações dos problemas e comportamentos, as alusões escolares para a administração de medicamentos psicoativos seguidamente funcionavam como um marcador para registrar uma dimensão da realidade dos problemas, eventualmente situando gravidades e responsabilidades onde faltavam definições e laudos. Sobre esses efeitos práticos e distâncias entre os laudos e os medicamentos, observei que, se os médicos eventualmente evitam informar por escrito um diagnóstico para a escola, a administração dos medicamentos contém essa gravidade que é evitada com relação aos laudos; ela contém a assinatura médica.

Em suma, um medicamento psicoativo administrado regularmente sinaliza a existência de problemas que já foram e estão sendo tratados com assinatura médica. Os usos e efeitos percebidos entre estudantes em torno da Ritalina funciona como um atalho, dentro da escola, para questionar a medicalização da atenção e, de uma forma mais ampla, o recorrente problema da atenção. Inicialmente porque o tratamento alude à questão da atenção, mas principalmente porque a escola exercita cotidianamente a atenção, metaforizada como cuidado, *performance*, objetivo, aprendizado ou mesmo como um efeito.

## 2 A Atenção

Atenção é uma dessas palavras ou categorias exaustivamente repetidas e mobilizadas dentro de uma escola, ou seja, tem uma presença e amplitude muito maior no cotidiano escolar do que talvez caiba no A do TDAH. É algo que é o tempo todo convocado em qualquer sala de aula, comentado em conselhos de classe e grupos de estudo, lugares de tantas outras concepções e investimentos em torno de um percurso de formação do estudante ou de percepções sobre suas dificuldades. Como um notável exemplo disso, uma constatação que observei de modo extremamente recorrente na escola foi: "ele não tem *problema de aprendizado*, tem *problema de atenção*", repetida em terceira ou primeira pessoa; e o TDAH é percebido na linha de um problema de aprendizado.

Esboça-se aí uma zona fronteira na perspectiva sobre a gravidade dos problemas, sobre o que deixa de acontecer em sala de aula. Essa linha fronteira quando passa pela concepção da atenção, que é algo tão disputado e problemático, parece trespassada pelo medicamento, que sugere que a atenção já não é a mesma, seja ela qual for. As medicalizações que aparecem nesses problemas são ao mesmo tempo próximas e distantes do cotidiano escolar, como na Ritalina guardada na mochila, na prescrição ou laudos de TDAH guardados nas fichas individuais dos alunos, nos vocabulários quando se alude aos problemas.

Como estive atento, durante meu trabalho de campo, a qualquer menção que remetesse, mesmo que de forma indireta, ao diagnóstico de TDAH, colecionei diferentes e quase incontáveis referências e problematizações da atenção no ambiente da escola, por parte dos estudantes, dos professores, de funcionários e de responsáveis, em diferentes contextos de interação contemplados na minha observação participante (como grupos de apoio pedagógico no NAPNE, conselhos de classe e outras reuniões menores ou maiores em torno da situação dos estudantes atendidos pelo NAPNE) e entrevistas em profundidade. Deparei-me com trânsitos em torno de algo que aparecia eventualmente como um grande pano de fundo, que funcionava como uma régua dos problemas ou como um operador dos investimentos, que são os regimes de atenção e os regimes de comportamento dentro de uma escola.

É na empreitada da mobilização da atenção na escola, central na gradual produção do estudante, que os problemas se insinuam, situados eventualmente entre diagnósticos, comportamentos infantis e/ou problemáticos. Entendo que a percepção de cada (e sobre cada) estudante está estritamente vinculada a uma convocação escolar (caracteristicamente moderna) que coloca o problema da atenção como central de uma subjetividade produtiva, no horizonte da produção do estudante. Nessa direção, acompanho as elaborações de Crary (2013, p. 26), quando aponta para os vínculos existentes entre experiências modernas "[...] de autonomia do sujeito e as magníficas possibilidades, os limites ambivalentes e os fracassos de um indivíduo atento". Aprofundo a análise do problema da atenção em Borba (2019), aqui me limito a observar sua importância no cotidiano escolar, o que explica em parte a força da sugestão de um *déficit de atenção* e sua rápida incorporação nesse contexto, ainda que esta (conforme notei e conforme veremos) sempre comporte ressalvas e resistências. O TDAH, independentemente da adesão ou da desconfiança que

podem ser observadas em torno desse diagnóstico, passou a compor o vocabulário escolar na discussão de uma ampla gama de problemas de atenção, aprendizado e comportamento.

### **3 “Posso falar?”**

No primeiro dia desse trabalho de campo, convocado diversas vezes a me apresentar e falar sobre minha presença nessa escola, onde era ainda um estranho, eu apresentava minhas questões de pesquisa tal como as concebia naquele momento (em linhas mais gerais, pensar o TDAH na escola). Diante disso, professores e funcionários espontaneamente comentavam suas perspectivas e entendimentos sobre o TDAH e o sobre o uso de Ritalina como tratamento. Alguns identificavam um fenômeno geracional nos recorrentes problemas de atenção que percebiam; muitos destacavam nisso os efeitos do uso de novas tecnologias.

O que mais me espantou, já nesse primeiro dia, foi um mesmo menino do sexto ano ser espontaneamente mencionado (nessas primeiras conversas com tantas pessoas diferentes), por três professoras que passaram pelo NAPNE, como *alguém com TDAH*<sup>1</sup>, junto com a informação mais vaga da existência de diversos outros casos de TDAH nessa escola. Mencionavam que ele já havia sido transferido para outras turmas, que *tomava Ritalina e não adiantava*, mas que, duas delas acrescentaram, *é um menino superinteligente e articulado*.

Em uma dessas conversas no primeiro dia, que convém recapitular mais detalhadamente porque sintetiza alguns aspectos transversais das outras, uma das professoras começou a discorrer sobre quanto achava complicado rotular assim um menino tão novo. Ela disse que faltava *uma atenção* (e aqui um recorrente deslizamento entre atenção e cuidado como metáfora) para ele canalizar toda a capacidade que ele tem para o bem, e que agora mesmo estava com uma prova de recuperação em que ele tirou 5,5 de 7 e fez uma prova linda. Ela dizia que achava muito complicada a situação dele porque ninguém sabia direito o que fazer, que as pessoas falam dele como uma liderança negativa para os outros, *que é um problema*. Achava que o Bruno<sup>2</sup> (esse menino) estava o tempo todo (no fundo) *pedindo ajuda*, mas que o pessoal só via o lado ruim. Disse que os colegas de turma não se aproximam dele, *comemoram quando ele não vai na escola, que ninguém quer fazer dupla com ele*, que isso deve ser complicado para ele, *ser ele*. Mas que no fundo ela entendia tudo isso, porque *é cansativo, porque ele é agressivo, mexe nas coisas dos outros, levanta, é inquieto demais, briga [...]*. Que ele *tem também o transtorno de oposição*, e ela fica só imaginando os pais, que precisam lidar com isso todo dia. Insistiu que o que falta, como uma síntese conclusiva (como quem diz “em resumo”), *é algum tipo de atenção para ele, alguém prestar atenção nele*. Ponderei que algum tipo de atenção ele devia receber se faz esse tratamento aludido e tem sua situação escolar comentada e discutida, como nós mesmos fazíamos naquele momento. E então ela falou que nem sabe se ele toma

---

<sup>1</sup> Utilizo o recurso do itálico para algumas literalidades, principalmente em sentenças, pontos de vista e expressões (formas de referir) recorrentes que recapitulo no artigo, destacando essas expressões tal como foram ditas, para evitar o excesso de citações e reconstruções de diálogos no corpo do texto.

<sup>2</sup> O nome de todos os interlocutores foram modificados para preservar o anonimato.

mais o remédio (e essa é uma interrogação muito comum dentro da escola, emblemática da relação da instituição com esses medicamentos), que *ele deve cuspir os remédios*.

Recapitulo essa conversa não apenas como apresentação do Bruno, cujo caso abordo neste artigo, mas também por apresentar algumas recorrências nas situações que observei em outros casos, especialmente duas que convém sublinhar: o aspecto comportamental em torno da perspectiva escolar do TDAH (as notas suficientes não resolviam o problema, não eram a questão central no problema); e a interrogação sobre a administração correta dos medicamentos prescritos (interrogação que raramente é respondida, frequentemente paira alguma dúvida), o que denota também a distância da escola desses tratamentos que são eventualmente informados e prescritos de fora dela. A partir do panorama que aprofundei posteriormente na minha pesquisa mais ampla, e diante dessa fala que introduz a atenção e a interrogação sobre o uso da Ritalina, observo que o grau de adesão ou continuidade dos tratamentos medicalizados passa a constituir a realidade dos problemas, passa a metaforizar um cuidado, uma atenção.

Pouco mais de uma hora depois dessa conversa que recapitulei, na hora do recreio, a Sofia (coordenadora do NAPNE que não havia acompanhado a conversa anterior) chegou com um estudante, convidou-o para se sentar ao meu lado e me apresentou; era o Bruno. Sofia falou que, quando apresentei minha pesquisa<sup>3</sup>, ela na mesma hora lembrou dele (ela também). Disse a ele que, entre outras coisas, tenho me interessado pelo TDAH e pelos usos de Ritalina, e ela achava que nossa conversa poderia ser interessante para nós dois, caso quiséssemos conversar.

Depois dessa introdução, eu repeti um pouco do que a Sofia havia dito para ele sobre o tema da minha pesquisa, reforçando que eu não era professor ou funcionário da escola, nem médico, nem psicólogo. Com essas negativas, eu queria principalmente evitar qualquer confusão com atividades escolares regulares ou com algum tipo de estudo sobre o diagnóstico em si e, também, enfatizar a intenção de pensar a existência deste na escola, que incluía um pouco da história do contato dos estudantes com o TDAH e a Ritalina. Reforcei para ele o não compromisso ou regularidade que nossas eventuais conversas teriam, podendo ele a qualquer momento, em qualquer delas, deixar de participar ou nem mesmo voltar para conversar. Depois desses preâmbulos éticos que me vi um pouco desajeitadamente percorrendo, mas que serviram como algum disparador para essa nossa conversa, ele pensou um pouco. Perguntou quais dias e horários eu estaria ali, se no dia seguinte estaria ali, e se na semana seguinte estaria também. Pensou um pouco mais, em silêncio, e perguntou: “posso falar?”.

Essa pergunta que ele fez me desconcertou um pouco, porque pareceu atravessar dimensões e assuntos desse encontro que nos reuniam ali. Parecia questionar o quão formal deveria ser nossa conversa, sobre se ela deveria esperar para começar. Entre meu interesse no tema e o contexto em que nos encontrávamos, me sugeria uma definição

---

<sup>3</sup> Havia conversado em detalhes com ela sobre meus interesses de pesquisa, quando me apresentei cinco meses antes, ainda antes de formalizar a submissão do meu projeto aos Comitês de Ética em Pesquisa, tramitação que compreenderia meses de espera e quando o aval tramitaria por outras pessoas. Discuti previamente com a Sofia sobre a pertinência e viabilidade da proposta de uma entrada em campo exatamente pelo cotidiano desse núcleo que ela coordenava na escola, ou seja, como seria para ela e para mim essa presença diária. Cabe observar que sua receptividade, incentivo, sugestões e generosidade foram fundamentais na escolha desse núcleo, dessa escola, e para minha entrada em campo de um modo geral, como bem ilustra essa iniciativa dela nesse primeiro recreio que vivenciei.

de situação sobre o tom da conversa, sobre o quão atravessada pelas orientações entre Educação e Saúde elas seriam. Esses ecos da pergunta podem ser apenas pontos do meu próprio desconcerto nesse início de conversa, ainda amadurecendo o trânsito e itinerário formal do projeto de pesquisa para a concretude do trabalho de campo dentro da escola, e ele estava apenas cumprindo a singularidade protocolar e banal de uma apresentação pessoal entre desconhecidos, para se apresentar também.

Nesse primeiro dia, entre algumas palavras trocadas com professores que entravam e saíam da sala cujo cotidiano eu viria a frequentar por um ano, eu já havia ouvido falar dele por quatro pessoas (com três delas realizei entrevistas individuais posteriormente). Era o único estudante cujo nome eu já sabia de cor, que “só” agora iria aparecer e se apresentar pessoalmente.

#### **4 O Bruno na Equação TDAH e Ritalina**

Bruno e eu conversamos durante alguns recreios. Bruno disse que tomou Ritalina durante um tempo, mas que tomando Ritalina não tinha vontade de falar. Esse falar, no relato dele sobre o uso de Ritalina, ecoa como um subtítulo quando essa história se apresenta como um caso, já que era apontado como um dos principais componentes do mal comportamento dele dentro de sala de aula (falar demais), segundo alguns dos seus professores.

Ele comentou que durante o tempo em que ficou tomando o medicamento não tinha vontade de falar ou levantar, que *as coisas aconteciam em volta dele*, coisas que ele sabia que sentia vontade de fazer, das quais costumava participar, e ele não fazia; e que isso era muito estranho. *Ele sentia que não era ele ali*. Perguntei por que não era ele, e ele me disse que não era assim, percebia situações em que não estaria sentado, não estaria quieto. *Queria fazer outra coisa, mas ao mesmo tempo não*. Queria falar, levantar, e ficava mais tempo sentado. Dizia perceber isso no fundo e achar horrível; mas que ele *tinha* que tomar aquele medicamento.

Fiquei intrigado com o teor desse comentário negativo e breve sobre os efeitos do medicamento, sobre não se reconhecer. Na conversa que recapitulei com mais detalhes, que acontecera logo antes dessa primeira síntese do próprio caso que ele mesmo fez e eu rememoro aqui, a professora curiosamente especulava que *devia ser difícil ser ele*, enquanto enfatizava efeitos de seu comportamento impróprio dentro da escola. Quando repenso o itinerário das minhas próprias questões em campo, noto que esse primeiro caso com o qual tive contato já punha em evidência uma dimensão comportamental dos efeitos da Ritalina (algo tantas outras vezes observado), na apreensão mais imediata dessa prescrição e uso dentro da escola. E o quanto ele mostra também que essa incidência comportamental é controversa, dependendo de quem tomamos por interlocutor ou por caso. Comportamentos que estão intimamente intrincados com o problema do entrosamento (com os colegas) e do engajamento (nas atividades propostas), e mais amplamente com o problema da atenção. Para alguns certa apatia que é o problema na escola. A ênfase comportamental aparece na relação do Bruno com os colegas, com os alunos mais novos, os mais velhos, com os professores, responsáveis, nos relatos dos professores, no laudo e na descrição dele sobre o efeito do medicamento.

Ainda que a distância entre contextos que participam desses itinerários terapêuticos seja considerável, entre o médico que prescreve o medicamento e o professor, por exemplo, ambos participam das expectativas e dos processos de subjetivação relacionados aos efeitos do tratamento medicamentoso proposto. Mais do que isso, esses outros atores, humanos e não humanos, se pensarmos também na disposição da sala de aula, no laudo, no medicamento em si, todos participam dos efeitos, que evidentemente não é algo isolável de determinantes contextuais. O uso acontece “entre” outras prescrições.

Apresento essa faceta escolar do comportamento-personalidade por meio do caso do Bruno, mas pensei sobre isso diante de outras situações, casos e falas que acompanhei. Nos casos em que a Ritalina era entendida na escola (por responsáveis, professores, funcionários ou alunos) como bem prescrita, constantemente havia referência a um comportamento menos impulsivo. Dois jovens do Ensino Fundamental que tomavam Ritalina diariamente e gostavam de tomar, comentaram (separadamente, sobre esse uso) que estavam conseguindo *se relacionar melhor* com os colegas e professores, que antes brigavam muito (em sala de aula, jogando futebol, no recreio) e incomodavam, e por serem mais explosivos e brigões acabavam menos entrosados nas dinâmicas coletivas. Nesses casos, era enaltecida também por eles a efetividade desse tratamento medicamentoso enfatizando exatamente seus efeitos no próprio comportamento.

Na breve primeira conversa que tive com o Bruno, ele me contou que fez um tratamento em que disseram que ele *tinha TDAH* e então ele começou a tomar a Ritalina. Mas que a mãe dele tinha acabado de deixar que ele parasse de tomar, e tudo dependeria de como ele se mantivesse na escola dali para frente. Falou que era mais adaptado com o turno da tarde, mas que ele estava agora no turno da manhã, porque de tarde passou a fazer esporte, *por causa do TDAH*. Entenderam que ele precisava gastar energia e que isso *ajudaria ele a focar* (comentário ilustrado com um gesto de ambas as mãos em direção ao chão). Então ouvimos o som de buzina e o burburinho que sinalizavam o fim do recreio, e nos despedimos com ele espontaneamente prometendo voltar para seguirmos conversando.

Tivemos uma sequência de conversas desse tipo, diárias, em meio à confusão que o NAPNE ficava no recreio, até soar a buzina e a Sofia vir, alguns segundos depois, reforçar o sinal do fim do recreio, ele sempre pedir para ficar mais alguns minutos conversando e ela reforçar o fim do recreio, insistindo para ele voltar para a sala de aula. Essas conversas me fizeram, logo nas primeiras semanas, repensar profundamente muitas das minhas questões de pesquisa, especialmente para dimensionar melhor essa complexa equação produzida pelos laudos que aparecem ou não aparecem dentro da escola, as prescrições e usos de medicamentos, os conflitos e as múltiplas concepções de atenção e de cuidado que atravessam o cotidiano escolar.

Ainda sobre a sequência de conversas com o Bruno, observo a lucidez conformada com a qual ele encarava e narrava os próprios tensionamentos com a escola; a acolhida do diagnóstico do TDAH como algo que só ligou os pontos de uma biografia costurada por ele de coisas derrubadas no chão, brigas com amigos e desafetos, inquietações e bagunças; e a forma como ele concatenava essas lembranças, fazendo convergir esses pontos na apresentação de tudo isso ao mesmo tempo, como sendo ele. Em meio a esses breves relatos de conformidades e inconformidades, essas narrativas dos tensionamentos

geralmente situavam uma vontade, o que estava sendo feito de fato e o que era esperado que fosse feito. Ou, para tentar simplificar certo horizonte dessas histórias, penso em disposições e sensibilidades (conforme retomo mais adiante), no sentido de que ambas não dizem respeito necessariamente ao que é realizado de fato.

## **5 A Acolhida do TDAH e da Ritalina**

No correr das histórias narradas pelo Bruno, que continham as próprias perspectivas de uma cronologia de conflitos, o TDAH ganhava relevo, como quem reconhece traços de um signo astrológico. Não só relacionado às coisas que ele fez no passado, mas sobre as que passou a fazer, como esportes e música, porque recomendaram “para o TDAH”. O diagnóstico aparecia como uma moldura das histórias. Não era exatamente a história do diagnóstico que ele me contava, mas a própria história revista e editada a partir desse diagnóstico, estabelecendo nexos com episódios anteriores à *descoberta* do TDAH.

As coisas que ele contava e a forma como apresentava os episódios na escola faziam ressoar aquele *eu* que era ele, que “era TDAH”, e não o *eu* do TDAH tratado com o uso de Ritalina, ao qual ele reagia. O diagnóstico do TDAH era incorporado como algo próprio dele, que constituía a apresentação dele, e a Ritalina, embora vinculada a esse diagnóstico, era algo negativo, que o afastava dele mesmo.

Butler (2015) propõe uma nova ontologia corporal para repensar a vulnerabilidade, a interdependência, a exposição e as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social.

Referir-se à “ontologia” nesse aspecto não significa reivindicar uma descrição de estruturas fundamentais do ser distintas de toda e qualquer organização social e política. Ao contrário, nenhum desses termos existe fora de sua organização e interpretação políticas. O “ser” do corpo ao qual essa ontologia se refere é um ser que está sempre entregue a outros, a normas, a organizações sociais e políticas que se desenvolveram historicamente a fim de maximizar a precariedade para alguns e minimizar a precariedade para outros. Não é possível definir primeiro a ontologia do corpo e depois as significações sociais que o corpo assume. Antes, ser um corpo é estar exposto a uma modelagem e a uma forma social, e isso é o que faz da ontologia do corpo uma ontologia social. (BUTLER, 2015, p. 15-16)

Essa concepção dela a respeito do corpo situa-o como exposto a forças articuladas socialmente, a exigências de sociabilidade, que é o que a permite pensar em termos de vulnerabilidade, interdependência e precariedade. Ela nos propõe pensar, nesses termos, nas condições diferenciais desses corpos. É nesse contexto do corpo exposto a modelagens, a partir de normas que deslocam e produzem os termos por meio dos quais os sujeitos e suas situações são reconhecidos, que aparece a questão dos enquadramentos, interessante para pensar essa ontologia social. Com essas noções ela propõe uma reflexão sobre nossa capacidade de reconhecer, discernir e nomear esse sujeito (ou o “ser” do sujeito), sublinhando a condição normativa dessa produção. Essa capacidade de reconhecer produz uma ontologia historicamente contingente, sem que isso implique uma compreensão determinista dessa produção. Ou seja, esses esquemas normativos emergem e desaparecem

dependendo de operações específicas ou amplas, eles são sobrepostos ou interrompidos uns pelos outros.

Essa é uma questão fundamental para Butler (2015), porque ao se perguntar sobre as condições diferenciais de *reconhecimento* das vidas ou dos corpos, ela discorre justamente sobre o fato de que há sujeitos que são reconhecidos como sujeitos, e outros que não. Mas me interessa aqui, ao recuperar esses conceitos da autora juntamente com o horizonte filosófico em que são propostos, considerar a incidência desses diagnósticos (como TDAH) e prescrições de medicamentos diante de outros esquemas normativos que operam na escola com suas condições (diferenciais) de reconhecimento. Um dos aspectos da contingência desses esquemas normativos nessas medicalizações pode ser a incidência de certo fisicalismo reducionista que, de certa forma, caracteriza as abordagens biomédicas, na aparente valorização do biológico diante do psicológico e do social. Ainda sobre as condições diferenciais de reconhecimento, cabe notar também que nem todos os estudantes contam com uma rede que viabilize a esfera de aparição e de produção de um diagnóstico e tratamento como o do TDAH, que depende de impressões, suspeitas, agendamento de consultas, compra de medicamentos.

Ao que parece, dentro da escola, há uma disposição com relação a certos esquemas normativos, principalmente nos atravessamentos entre atenção e comportamento, que articulariam, incorporando livremente essa terminologia utilizada por Butler (2015), a condição do TDAH ser reconhecido. Tal condição normalmente precede o reconhecimento oficial do TDAH, que pode partir do fracasso de uma instância normativa, que assume essa figura eventualmente enquadrada na ideia de TDAH.

Como sabemos, *to be framed* (ser enquadrado) é uma expressão complexa em inglês: um quadro pode ser emoldurado (*framed*), da mesma forma que um criminoso pode ser *incriminado* pela polícia (*framed*), ou uma pessoa inocente (por alguém corrupto, com frequência a polícia), de modo que cair em uma armadilha ou ser incriminado falsa ou fraudulentamente com base em provas plantadas que, no fim das contas, "provam" a culpa da pessoa, pode significar *framed*. Quando um quadro é emoldurado, diversas maneiras de intervir ou ampliar a imagem podem estar em jogo. Mas a moldura tende a funcionar, mesmo de uma forma minimalista, como um embelezamento editorial da imagem, se não como um autocomentário sobre a história da própria moldura. Esse sentido de que a moldura direciona implicitamente a interpretação tem alguma ressonância na ideia de *incriminação/armação* como uma falsa acusação. Se alguém é incriminado, enquadrado, em torno de sua ação é construído um "enquadramento", de modo que o seu estatuto de culpado torna-se a conclusão inevitável do espectador. Uma determinada maneira de organizar e apresentar uma ação leva a uma conclusão interpretativa acerca da própria ação. (BUTLER, 2015, p. 23)

O "ato" de reconhecimento, oficializado fora da escola, tem mais a ver (tal como aparece na escola) com o início do tratamento, que, na maior parte das vezes, está centralizado na administração do medicamento e em algumas recomendações e observações gerais, como aparece na recomendação de troca de turno escolar ou prática desportiva para o Bruno. Dentro da escola, tomar ou não medicamento aparece frequentemente como mais relevante do que o diagnóstico, quando este aparece. É um marco de reconhecimento de alguma questão que está sendo tratada. Também é um marcador de seriedade ou

gravidade, e, muitas vezes, é retrospectivamente completado. *Todo mundo já sabia*, como lembrava Bruno ao narrar a cronologia do reconhecimento e confirmação do seu TDAH.

Bruno não foi o único a pedir para parar com o medicamento, alguns foram autorizados a suspender esse uso ao manifestar essa vontade, outros não. Um aspecto intrigante dessa negociação, observado no caso do Bruno, é que a vontade de sustentar a suspensão do medicamento, motivada pelo comentado desagrado com seus efeitos, motivou uma mudança de comportamento e seu maior engajamento nas atividades escolares, funcionando como um castigo. Esse desejo passou a motivá-lo na realização dos trabalhos escolares, por exemplo, mas pelo medo de, na falta de uma nota, ter a média mais baixa do que uma meta estabelecida e negociada com os pais e ver revogado seu direito à suspensão da ingestão diária do medicamento.

Esse caso é interessante também para pensar a pluralidade de efeitos desde a prescrição de um medicamento. Embora o disparador do diagnóstico seja principalmente comportamental, uma vez iniciado esse tratamento, o resultado dele é observado em paralelo ao rendimento escolar, conectando uma complexidade de efeitos práticos possíveis entre atenção, comportamento e atividade. No caso do Bruno, o desejo de suspender o uso do medicamento anima uma atitude que seria próxima do efeito ou eficácia esperada com esse uso, entre notas e comportamento.

Pensando ainda a acolhida de um diagnóstico como o do TDAH, parece ressoar uma ambiguidade no termo transtorno – amplamente utilizado no campo da saúde mental. Como sugere Bezerra Jr. (2010), a palavra guarda alguma distância para os termos doença ou patologia: ela remete mais a uma dimensão operacional do que a uma entidade clínica ou estado clínico. Embora o autor considere que essa diferença seja irrelevante para efeitos da prática clínica, penso que ela teria alguma coisa a dizer aqui, na forma como é acolhida no contexto escolar, por exemplo, ou por crianças. No caso do Bruno, acompanhamos a vinculação dos seus comportamentos diante do que estava colocado no enquadramento do diagnóstico.

Cabe notar que a acolhida do transtorno ganha outros contornos com adultos, já que frequentemente são observados borramentos nas fronteiras entre normalidade e aperfeiçoamento, mesmo quando percorrido o itinerário oficial com um médico, como aparece entre os *concurseiros* entrevistados por Coelho (2016). A busca da prescrição que subsidia o uso do medicamento estaria, nesses casos, mais relacionada à vontade de transcender os limites do corpo, diante de uma dificuldade operativa, em uma maratona de estudos para além do que muitos ali considerariam “normal” ou “saúdável”, do que tratar um transtorno que se acredita existir. Ou seja, podemos inferir certa inversão no que observo no caso do Bruno. Há relatos etnográficos (COELHO, 2016; BARROS, 2009) sobre usuários do medicamento que renegam o diagnóstico que foram buscar no consultório, admitindo esse itinerário como apenas um modo seguro de acessar o medicamento. São cruzamentos e paralelos interessantes para ampliarmos essa reflexão sobre apropriações diferenciais na relação dos usos de Ritalina com o TDAH e as expectativas e aderências envolvidas.

Ferreira (2009) traça uma interessante cronologia do cruzamento do TDAH com a Ritalina, quando analisa 10 anos de publicações brasileiras sobre os usos desse medicamento, em periódicos de psiquiatria e nos jornais e revistas de maior tiragem para

o público em geral, discutindo seus possíveis efeitos sobre a prática clínica. Maia (2017) se debruça sobre caminhos dos apelos comerciais do medicamento para lançar luzes sobre a conjuntura atual das prescrições. Ainda no traçado dessa breve cronologia dos cruzamentos entre Ritalina e TDAH, destaco a dissertação de Coelho (2016), especialmente seu investimento sobre trama discursiva nos informes especializados e publicitários da Novartis e edições da revista *Debates em Psiquiatria* publicada pela Associação Brasileira de Psiquiatria (COELHO, 2016); e a comunicação de Barros e Ortega (2011) sobre representações sociais do metilfenidato, em que os autores destacam a ênfase no discurso da doença e a utilização de imagens que incluem a ideia de felicidade, *performances* e sucesso nos informes nas mídias para o público não especializado.

Um compêndio interessante também desse tipo de material são os tópicos apresentados no *site* da Associação Brasileira do Déficit de Atenção (financiada pela Novartis, vale mencionar, conforme observou Ferreira (2009)). O *site* da Associação realiza uma clípgem e publica rélicas de matérias divulgadas sobre o tema, condenando críticas e problematizações da prescrição do medicamento como supostos *achismos*. Menciono essas rélicas para ilustrar nuances de críticas e condenações de críticas, sublinhando como, diante disso, se complexifica o papel de uma discursividade científica, médica, referendada, o que tem evidente conexão com a acolhida dos diagnósticos e prescrições de medicamentos.

Cabe mencionar também que o uso de Ritalina se dá para além da sua relação imediata com as atividades e situações que embasaram sua prescrição, um exemplo interessante dessa extensão são os seus usos recreativos para maratonas de jogos eletrônicos *on-line*. Mesmo no terreno das experiências mais autônomas e não oficiais da Ritalina, podemos reconhecer expectativas de controle do cansaço, há um eco com o uso dos concurseiros. Nessas expectativas, podemos notar a incidência de juízos de produtividade envolvidos por regimes de verdade e discursos tecnocientíficos, em seus variados contornos biopsicossociais, na ideia de atenção por exemplo. Ainda sobre a relação das experiências não oficiais em torno da Ritalina com a expectativa de controle e contornos do corpo, cabe mencionar seus usos como moderador de apetite (modalidade comentada por Barros e Ortega (2011) e Barros (2009)), que dialogam com os ideais de beleza e os transtornos relacionados a eles.

## **6 Medicamentos na Escola e na Juventude**

Voltando para dentro da escola: os medicamentos, aparentemente coadjuvantes no que aparecia, frequentemente eram vistos como centrais, como já destaquei. Tomar uma medicação psicoativa prescrita era algo que concedia uma espessura a algumas situações eventualmente vagas, seja no sentido de um cuidado ou tratamento que já estivessem presentes com relação ao estudante, seja no sentido de conferir uma gravidade para algo que poderia passar como uma suspeita ou sugestão em outros casos, sem continuidade.

Alguns responsáveis de estudantes medicados, com os quais tive a oportunidade de conversar, relataram desconforto ou culpa por recorrer a uma medicação para lidar com a situação. Alguns, que optavam por não recorrer à medicação, explicavam a decisão

mais ou menos nos mesmos termos. Uma mãe comentava comigo (em uma entrevista em profundidade que me concedeu) que em outra escola na qual o filho havia estudado cobraram que ela o encaminhasse para uma consulta para saber se ele tinha ou não o TDAH, o que causou um desconforto nela porque *“a escola já vinha com essa ideia do TDAH, antes de qualquer consulta, dizendo: olha, ele tem TDAH, procura um tratamento; e cobrava depois”*. Falaram para ela de meninos que tomavam o remédio e ficavam uns anjos depois do tratamento, e ela me disse que pensou então: *“não quero que meu filho vire um anjo”*.

Em uma conversa com outra mãe (cujo filho não estudava nessa escola), ela comentava comigo que *“essa coisa da medicação alivia muito a culpa da mãe, desde que a criança nasce”*. Segundo ela: *“se a criança está chorando, por exemplo, ninguém diz que é falta de colo, de útero, de cuidado, de atenção, diz que é cólica e dá Luftal”*. Sobre a articulação dessa culpa com a falta de tempo disponível para dar conta dessas questões de outra forma, que aliás é um horizonte muito comum nas conversas que tive com outros pais e mães, ela disse:

*[...] o capitalismo não combina com ser mãe; a gente tem que logo voltar a trabalhar. Esse ano, que estou trabalhando demais, o Caio já adoeceu três vezes, foi um desespero, noites em claro... Na terceira vez falei para meu namorado, vamos dar o corticoide! Dei corticoide e ele melhorou em três dias!*

A observação de certo desconforto com relação à administração dos medicamentos foi algo muito recorrente nas minhas perspectivas de observação na escola. Dimensões de culpa, amplas discussões e controvérsias são a tônica na escola diante de uma parcela considerável das prescrições de medicamentos psicoativos para crianças e adolescentes do Ensino Fundamental. Reconheci outros contornos dessa administração em alunos do Ensino Médio<sup>4</sup>, que costumam ter muito mais autonomia (que nesse caso é um ponto-chave, conforme se insinua) nessa administração, e também quando o diagnóstico tinha ainda menos gravidade ou centralidade nos relatos. Alguns deles, por exemplo, tomavam Ritalina e não possuíam diagnóstico formal, muitos consideravam que não tinham o TDAH, mas que a Ritalina os ajudava. Esses alunos administravam a dose de Ritalina com base nas suas dificuldades e demandas específicas no cotidiano escolar, apenas antes das aulas de matemática, por exemplo. Ou suspendiam por conta própria alguma outra medicação que dava sono antes de aulas que consideravam mais sonolentas, ou tomavam justamente antes destas, *para dormir mesmo*. Alguns, administrando a dificuldade gerada pelo sono, gravavam as aulas para ouvir de novo à tarde, depois de passar o efeito mais intenso do remédio que tomavam pela manhã.

Outro exemplo interessante desse tipo de relação (dos estudantes mais velhos) com medicamentos prescritos (também com seus tensionamentos em torno da autonomia), me foi relatado por uma ex-aluna da escola:

*Tinha um [medicamento] que o médico mandava eu tomar antes de dormir que me fazia muito mal, era um remédio que eu apagava, eu tomava e apagava. Teve uma vez que eu estava estudando para prova... Nessas semanas de prova você madruga! Eu estava sentada, jantando, comendo sopa, e estudando. Minha mãe chegou a falou assim: “agora você vai tomar o remédio”. Eu falei: “não vou tomar porque estou em semana de prova, estou estudando”. Ela diluiu o remédio na minha sopa [...]. Caraca, para você ver como o remédio era doido, eu dormi com a cara na sopa.*

<sup>4</sup> Refiro dessa forma porque são relatos pontuais, diretos ou indiretos, de situações que aparecem bem menos para a escola, pelo menos da perspectiva do trabalho de campo que realizei e aprofundei.

Com relação à circulação de medicamentos entre os alunos mais novos, havia um desconforto também com a presença dessas substâncias dentro da escola, ao alcance de jovens que não teriam ainda (no entendimento de muitos funcionários e professores) maturidade para administrá-los. Tomei conhecimento de casos de compartilhamento de medicamentos psicoativos pelos próprios jovens, cujos responsáveis eram mais permissivos na administração das medicações (deixando-as a cargo dos próprios, por exemplo). Um exemplo desse tipo de situação foi narrado por uma funcionária da escola:

*Tivemos uma criança aqui com um hipnótico, Zolpidem. Cara, aquilo é para tomar quando você já está na cama, eu via isso no hospital [quando trabalhava em um hospital], porque deixa a pessoa tão zonza que cai. Ai a criança com alucinação aqui no gabinete médico, o enfermeiro chamou a gente e disse: ‘oh, está com alucinação, está vendo aranha subindo em mim, vendo gente presa no telhado’. [...] Nem estava informado para gente [não constava na ficha individual dela que ela tomava esse medicamento], a mãe que no telefone falou: ‘não, é que ela começou a tomar uma medicação ultimamente para controlar a insônia’. Mas falei assim: ‘que horas ela toma esse remédio?’ e ela disse que de noite, mas ela estava com o remédio na mochila! E ainda deu para a coleguinha! Foi uma tarde emocionante aqui, porque era o enfermeiro alucinado, a gente chamando o responsável. A menina teve um descontrole com a gente. [...] As duas tomaram, uma ficou arrasada, prostrada; a outra ficou elétrica e com alucinações, a ponto de falar barbaridades.*

Além de exemplificar o desconforto e apreensão com a circulação e administração desses medicamentos psicoativos dentro da escola, esse relato também ilustra outro aspecto importante que sublinho: a imprevisibilidade dos efeitos desse tipo de medicamento de pessoa para pessoa, em que a conjuntura do uso é um atravessamento (o turno, o lugar, o motivo, o acesso).

Para mencionar outros exemplos interessantes em torno da prescrição de Ritalina para alunos mais novos (Ensino Fundamental II), para além do caso que aprofundamos: uma menina diagnosticada com TDAH, que recebeu a prescrição de Ritalina, mas nunca a utilizou, e que relatava dificuldade para prestar atenção em aula, ao ser questionada na escola (por uma funcionária do NAPNE e por uma professora) sobre suas estratégias para lidar com o TDAH em sua opção de não tomar o remédio, respondia: “*meu remédio é Jesus*”. Outra menina contava no NAPNE sobre o mal-estar que sentia com o uso da Ritalina, motivo pelo qual pediu à mãe para parar de tomar o medicamento e pôde parar. Ela nos disse: “*a coisa é ter vontade de fazer alguma coisa e fazer mesmo, não senti diferença com o remédio*”, entendendo que a dificuldade de atenção da qual era “acusada” teria mais a ver com vontade. Reaparece aqui, de outra forma, o horizonte das disposições e sensibilidades que eu insinuava a partir da história do Bruno.

## **7 Disposições e Sensibilidades**

Biehl (*apud* SCHUCH, 2016) fala sobre uma perspectiva antropológica animada pelo devir, como uma forma de expandir nossa discussão para além do debate estrutura x agência, e pensar a experiência de viver dentro, contra, ao largo e ao longo de alguns sistemas. A agência não seria dependente da realização de alguma ação concreta, nem o devir.

O devir não é mensurável somente pelo produto. O devir confronta-se também com as métricas contemporâneas de produção, tanto de saber quanto de mensuração de resultados. Pelo contrário, há que olhar para as capacidades de agência das pessoas, como as pessoas estão se mobilizando, por que e de que forma elas estão imaginando e desejando. As pessoas aprendem a navegar em suas vidas ao redor de certas realidades e, às vezes, recusam-se a fazer isso; o devir presta atenção tanto às negociações com realidades como às recusas ao engajamento com realidades e instituições. (BIEHL *apud* SCHUCH, 2016, p. 416)

A negociação sobre a continuidade ou suspensão do uso da Ritalina prescrita atravessa, como aparece no caso do Bruno, os ordenamentos e as métricas mais explicitamente mensuráveis da produtividade escolar: as notas e o comportamento. Mas é interessante que diante de uma coleção de recusas da parte dele, o desejo de parar de usar o medicamento apareça como motivador de outras a(dequ)ações para evitá-lo, outros engajamentos.

Entre outras relações envolvidas nas suas itinações terapêuticas, a relação estabelecida com o medicamento propõe uma linha de ruptura, que parece atravessar uma macro e uma micropolítica das suas recusas, a qual emblematicamente aparece como uma ruptura com ele mesmo da perspectiva dele. Ao mesmo tempo que, de forma mais ampla (da parte da escola, dos médicos e dos responsáveis), a convicção na identificação do transtorno (da qual ele mesmo compartilhava) parece trazer tautologicamente a indicação da Ritalina como tratamento principal.

Encarei depois o cotidiano de problemas cuja concretude era eventualmente pontual de dentro da escola, em que a realidade parecia vacilar em suas formulações, de formas mais ou menos medicalizadas. Em meio a um acúmulo de perspectivas sobre problemas vagos, os medicamentos aludiam à concretude de itinerários percorridos. De um acúmulo de registros acomodados em pastas individuais contendo o histórico de cada aluno – montagens que agrupam depoimentos de professores, eventualmente também com declarações de pais, avós, funcionários de apoio da escola, sobre episódios de mal comportamento, laudos de psicólogos, do conselho tutelar, pontuados cronologicamente por oscilações de notas ao longo dos anos, registros de assiduidade, entre outras informações –, as prescrições de medicamentos vinculavam protocolos específicos em relação aos problemas. Esses problemas, nesse complexo vacilar de formulações, registros e abordagens, têm nessas prescrições de medicamentos psicoativos um ponto de evidente torção, diante do qual não cabe especular um ponto de partida ou de chegada, já que a dinâmica é do devir, se dá no espaço “entre” tudo isso, que é atualizado no cotidiano dos usos.

A própria ideia de eficácia do medicamento é múltipla. Como observa Pignarre (1999), os critérios pelos quais escolhemos determinar a eficácia de uma terapêutica jamais são neutros, eles decidem a resposta no momento em que colocamos a questão. A eficácia é eventualmente absorvida por um raciocínio tautológico, que estabelece, segundo o autor, conexões entre o biológico, o psicológico e o social. Meu recorte aqui foi pensar os efeitos práticos da realidade que é produzida nesse encontro com o medicamento prescrito. Dimensão prática que, como diria Mol (2002), aciona (*enact*) a Ritalina.

Os usos de Ritalina trazem, portanto, perspectivas sobre expectativas, se pensarmos também sobre o fenômeno da atenção para além das *performances* em sala de aula, em que a questão comportamental eventualmente se impõe. Concebendo certa plasticidade

psíquica (CARNEIRO, 2008) envolvida na relação com o medicamento, percebemos alguns nuances importantes dessas expectativas. Rose (2003) aponta para a ideia de "drogas inteligentes"; para o sonho de uma espécie de microafinação tecnocientífica que operaria especificamente nos detalhes disfuncionais:

O sonho é de drogas que não atuem na pessoa como um todo, mas que sejam direcionadas precisamente para a correção de um anomalia específica considerada subjacente a uma variação específica indesejada do humor, emoção, conduta ou vontade<sup>5</sup>. (ROSE, 2003, p. 412, tradução minha)

São expectativas de fundo que compõem certo horizonte das prescrições e usos diante de transtornos (que sugerem uma dimensão operativa, como vimos). A Ritalina é um estimulante, e Bruno descrevia a própria apatia sob efeito desse medicamento, há aí camadas de expectativas e variações.

Rose (2003) diz que as drogas psiquiátricas de hoje são desenvolvidas e disseminadas na busca de um *bio-value*, enredadas também em certas concepções sobre o que somos ou devemos ser, em normas, valores e julgamentos que são internalizados na ideia dessas drogas. Uma ética seria então engendrada na composição molecular dessas drogas, que incitam formas particulares de vida em que o "eu real" é tanto "natural" quanto algo a ser produzido. Diante dessa questão, vale a pena mencionar o artigo de Vargas (2008) que propõe uma genealogia das drogas e que serve como uma espécie de genealogia da compreensão (e concomitante naturalização e normalização) de um padrão para pensar a relação dos corpos com doenças e operá-las por intervenções químicas.

Mol (2002) dá destaque para os modos como a medicina aciona (*enact*) os objetos de sua preocupação e o tratamento. Esse conceito, em meio a outros igualmente difíceis de traduzir para o português, propõe uma forma de conceber a determinação de objetos pelos saberes médicos e de acessá-la. Propõe pensar sobre como eles fazem existir os objetos, e os modos como estes são postos em cena, por assim dizer. A autora afirma que nenhum objeto, nenhum corpo, nenhuma doença, é singular:

Se não for retirada das práticas que a sustentam, a realidade é múltipla. Isso pode ser lido como uma descrição que se encaixa perfeitamente nos fatos. Mas atender à multiplicidade da realidade também é um ato. É algo que pode ser feito, ou deixado de fazer. É uma intervenção<sup>6</sup>. (MOL, 2002, p. 6, tradução minha)

É interessante que esse investimento, no trabalho de Mol (2002), não se dá pela ênfase no conhecimento, a perspectiva dela é mais etnográfica do que epistemológica, por meio da qual procura pensar ontologias na prática. Nesse sentido, "[...] cada evento, por mais inspirado na prática que seja, transforma um 'corpo' (alguma doença, algum paciente) em uma realidade vivida – e assim evacua a realidade de outro"<sup>7</sup> (MOL, 2002, p. 6, tradução minha). Podemos pensar assim sobre as idas e vindas da medicalização nos

<sup>5</sup> "The dream, that is, is of drugs that don't act upon the person as a whole, but are targeted precisely to correct a specific anomaly now thought to underlie a specific undesirable variation of the mood, emotion, conduct or will".

<sup>6</sup> "If it is not removed from the practices that sustain it, reality is multiple. This may be read as a description that beautifully fits the facts. But attending to the multiplicity of reality is also an act. It is something that may be done – or left undone. It is an intervention".

<sup>7</sup> "[...] each event, however pragmatically inspired, turns some 'body' (some disease, some patient) into a lived reality – and thereby evacuates the reality of another".

itinerários dos estudantes, em termos de realidades evacuadas ou vividas, nas proximidades e distâncias nas formas como se atualiza o diagnóstico do TDAH. A subjetividade que se produz e a realidade escolar constituídas em torno dessas incidências são animadas pelo devir. Desde a perspectiva escolar em torno da realidade cotidiana do “prestar atenção” e do “parar quieto”, por exemplo, cabe perspectivar a incidência desses transtornos e medicamentos. É o processo ao longo do qual a realidade sobre cada caso é negociada e atualizada. É um processo em aberto.

## **8 Considerações Finais**

Vimos que o uso de Ritalina, embora intrinsecamente conectado ao diagnóstico de TDAH, constitui uma realidade à parte. Sob inspiração das proposições de Mol (2002) e como considerações finais, quero sublinhar a realidade múltipla que se constitui em torno desses usos escolares em suas relações com o diagnóstico. Para pensá-los como uma realidade envolvida, por exemplo, em expectativas de produção de determinados resultados, em termos de notas ou percepções sobre comportamento. A questão do comportamento também se conecta e comporta singularidades em torno do cotidiano de trabalho escolar, em torno do *parar* quieto ou do *prestar atenção*, de palavras de ordem e atos de fala (DELEUZE; GUATTARI, 2011). O uso de Ritalina atravessa esses momentos, *performances*, expectativas, comportamentos e perspectivas, e diversos atores (humanos e não humanos) participam dessa trama, cuja realidade é aparentemente centrada e condensada em uma relação médica.

No caso do Bruno, notamos como os comportamentos que todos reconheciam como características marcantes dele desde o início de sua escolaridade se comunicaram com o TDAH. Noto que o transtorno (o próprio termo) sugere uma dimensão operativa do corpo, conforme discuti, e essa medicalização aparece, no caso que acompanhamos, como um marcador que estabeleceria um antes e um depois. Para além do que se confirma ou afasta sobre a realidade do TDAH, depois que ela se coloca, a Ritalina prescrita parece central desde a escola, porque fala de (ou espera por) efeitos práticos. Como insistem Deleuze e Guattari (2011), ao pensarem a linguagem e sua performatividade, a pragmática se insinua por toda parte.

Aparentemente os itinerários terapêuticos que alcançam esse diagnóstico e uso parecem realizar uma estabilização de tratamento na formulação de um problema medicalizado, com idiosincrasias nas suas conexões biopsicossociais. Mas aponte aqui para o que acontece entre a prescrição e o uso, entre o comportamento e o corpo medicalizado, entre o esperado e suas *performances* dentro da escola.

A sugestão de que esse transtorno e prescrição existem por meio e através de práticas não quer insinuar que eles sejam simplesmente um resultado final, que eles não ajam, não façam agir. O que a perspectiva de Mol (2002) evidencia é justamente esse processo de estabilização (em aberto), que pode se dar de formas muito distintas, pode apresentar realidades múltiplas. É exatamente essa dinâmica entre abertura e fechamento que fica evidente no desenrolar dos usos de Ritalina. Às vezes, o uso regular de Ritalina parecia abreviar um longo itinerário de formulações sobre o problema de um aluno, outras

vezes era completamente obliterado diante de outras situações e desdobramentos, restando apenas seus efeitos legais e as providências práticas (na administração correta dos medicamentos, no direito a um tempo a mais para realização de atividades). Mas o uso do medicamento de saída já ultrapassa a composição que o prescreve. Argumento que daí para frente há um arranjo (um agenciamento, um acontecimento<sup>8</sup>) muito mais complexo e sutil do que essa teleologia do transtorno e seu remédio parecem sugerir, como podemos perceber na relação diferencial que Bruno estabeleceu com o TDAH e a Ritalina. E que, como diz Pignarre (1999, p. 27), "[...] há um *continuum* suscetível de mudar a cada indivíduo, cada molécula e a cada ingestão do medicamento [...]" – que entende, inclusive, que é dessa incerteza essencial que "[...] vai surgir a necessidade de recorrer sempre a um dispositivo estatístico para tratar dados destinados a permanecer empíricos".

O diagnóstico do TDAH, grande parte das vezes, compõe um somatório de perspectivas sobre a escolaridade desses estudantes. E então aparece a prescrição e/ou uso da Ritalina, em que se dá um novo *continuum* que procurei abordar aqui. A produção do corpo, da atenção ou do comportamento medicalizado, por exemplo, ao aparentemente resvalar entre expectativas, sugere uma dimensão política em meio a realidades vividas ou evacuadas. Essa dimensão política, se pensarmos com Mol (2002) e Butler (2015), tem a ver com os modos como os problemas são enquadrados, como os corpos são conformados e como as vidas são tratadas e envolvidas de uma forma ou de outra.

O TDAH participa da complexidade dos problemas, ainda que eventualmente essa "moldura" seja discutida e questionada como apressada dentro da escola. Nesses casos, é possível que as discussões escolares dos casos valorizem horizontes mais psicológicos e pedagógicos, com ações mais próximas do cotidiano escolar. Procurei sublinhar aqui que, em meio a aberturas e fechamentos, nos diferentes encaixes das explicações que contornam os problemas, o medicamento insere um protocolo e um efeito prático.

Diante disso, penso sobre essa multiplicidade quando os comportamentos são *postos em cena* por meio dos problemas, das demandas, das prescrições e dos usos, encarando o TDAH e os usos de Ritalina como dependentes das (e intrinsecamente relacionados às) práticas que sustentam sua realidade, na mobilização escolar da atenção, por exemplo. As partições da realidade, usando os termos de Mol (2002), acomodariam, mesmo que provisoriamente, esses atores entre explicações e registros. No íterim das itinações que participam dessas tramas, a multiplicidade de partições que compõem e determinam os problemas aparentemente evanesce na evidência do transtorno. As práticas e comportamentos que não cabem nas *performances* da atenção escolar, os resultados não satisfatórios nos variados testes que participam desse cotidiano, a observação de professores no contexto dessas demandas, a intervenção de pedagogos, psicólogos ou psiquiatras, o amparo das explicações científicas, a confiança em um tratamento condensado em um comprimido, tudo isso, em um primeiro momento, parece acomodado na realidade (simples ou múltipla) desse corpo diagnosticado e medicado. Destaquei

<sup>8</sup> Deleuze (1998, p. 83-84) diz que um acontecimento é "[...] uma multiplicidade que comporta muitos termos heterogêneos, e que estabelece ligações, relações entre eles [...]. Um agenciamento não é jamais tecnológico. As ferramentas pressupõem sempre uma máquina, e a máquina é sempre social antes de ser técnica. Há sempre uma máquina social que seleciona ou assimila os elementos técnicos empregados. Uma ferramenta permanece marginal ou pouco empregada enquanto não existir a máquina social ou o agenciamento coletivo capaz de tomá-la em seu *phylum*".

aqui a dinâmica do devir nessas itinações, pensando sobre outras relações que essas práticas, comportamentos e perspectivas atualizam entre si, no intuito de dimensionar esse uso entre realidades que se sobrepõem e interferem umas nas outras.

## Referências

- BARROS, Denise. **Aprimoramento cognitivo farmacológico**: grupos focais com universitários. 2009. 118p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde, Epidemiologia, Política, Planejamento e Administração em Saúde, Administra) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- BARROS, Denise; ORTEGA, Francisco. Metilfenidato e aprimoramento cognitivo farmacológico: representações sociais de universitários. **Revista Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 20, p. 176-182, 2011.
- BEZERRA JR., Benilton. A psiquiatria e a gestão tecnológica do bem-estar. *In*: FREIRE FILHO, João (org.). **Ser feliz hoje**: reflexões sobre o imperativo da felicidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. p. 117-134.
- BONET, Octavio. Itinações e malhas para pensar os itinerários de cuidado: a propósito de Tim Ingold. **Sociologia & Antropologia**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 327-350, 2014.
- BONET, Octavio; TAVARES, Fátima. O cuidado como metáfora nas redes da prática terapêutica. *In*: PINHEIRO, Roseni; MATTOS, Ruben. **Razões públicas para a integralidade**: o cuidado como valor. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; CEPESC; ABRASCO, 2007. p. 263-277.
- BORBA, Mario. **Entre produtividades, compassos e dispersões**: mobilizações de atenção e cuidado no cotidiano escolar. 2019. 263p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARNEIRO, Henrique. Autonomia e heteronomia nos estados alterados de consciência. *In*: LABATE, Beatriz *et al.* (org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 65-89.
- COELHO, Eleonora. **O consumo do medicamento Ritalina® e a produção do aprimoramento circunstancial**. 2016. 148p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- CONRAD, Peter. **The medicalization of society**: on the transformation of human conditions into treatable disorders. Baltimore: John Hopkins University Press, 2007.
- CRARY, Jonathan. **Suspensões da percepção**: atenção, espetáculo e cultura moderna. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia 2. São Paulo: Editora 34. 2011.
- FERREIRA, Cláudia Itaborahy. **A Ritalina no Brasil**: uma década de produção, divulgação e consumo. 2009. 128p. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde, Epidemiologia, Política, Planejamento e Administração em Saúde, Administra) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

FIGLIORE, Maurício. Prazer e Risco: uma discussão a respeito dos saberes médicos sobre uso de “drogas”. *In*: LABATE, Beatriz *et al.* (org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 141-154.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: TADEU, Tomaz (org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

MAIA, Igor. **Disputas em torno da Ritalina**: uma análise sobre diferentes possibilidades de um fármaco. 2017. 136p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MOL, Annemarie. **The body multiple**: ontology in medical practice. Duke University Press: London, 2002.

PIGNARRE, Philippe. **O que é o medicamento? Um objeto estranho entre ciência, mercado e sociedade**. São Paulo: Editora 34, 1999.

ROSE, Nikolas. The neurochemical self and its anomalies. *In*: ERICSON, R. (ed.). **Risk and Morality**. Toronto: University of Toronto Press, 2003. p. 407-437.

SCHUCH, Patrice. Antropologia entre o inesperado e o inacabado: entrevista com João Biehl. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 22, n. 46, p. 389-423, 2016.

VARGAS, Eduardo. Fármacos e outros objetos sócio-técnicos: notas para uma genealogia das drogas. *In*: LABATE, Beatriz *et al.* (org.). **Drogas e cultura**: novas perspectivas. Salvador: EdUFBA, 2008. p. 41-64.

#### **Mario Pereira Borba**

Doutor em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador associado ao Laboratório de Etnografias e Interfaces do Conhecimento (LEIC-UFRJ).

Endereço profissional: Av. Borges de Medeiros, n. 1501, 10º andar, Centro Histórico, Porto Alegre, RS. CEP: 90020-020.

E-mail: borba.mp@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1289-7252>

#### **Como referenciar este artigo:**

BORBA, Mario Pereira. “Posso falar?”: perspectivas em torno do uso de Ritalina em contexto escolar. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e85667, p. 80-99, setembro de 2023.

# Pedro Agostinho da Silva: uma homenagem

Rafael José de Menezes Bastos<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

## Resumo

Este é uma homenagem a Pedro Agostinho da Silva realizando um memento da sua Antropologia. Convivi longamente com ele, inclusive em trabalho de campo. Pedro é um pioneiro da Antropologia, a politicidade sendo fundadora dela. Em seu clássico sobre o *Kwarip*, ritual funerário xinguano, a chave de entendimento está na dialética entre o mito e o rito – a dança aí tendo interesse estratégico – e na equação temporal de longa duração do rito. Além de etnógrafo brilhante, Pedro fundou e dirigiu instituições importantes, entre elas, estão o Centro Brasileiro de Estudos Indígenas, em Brasília, o Museu de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia e o Programa Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro, também da UFBA. Participou da criação da Seção da Bahia da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ). Juntamente com um grupo ilustre de colegas latino-americanos, foi, em 1971, um dos participantes da célebre Declaração de Barbados.

**Palavras-chave:** Indígenas Kamayurá. Kwarip. Mito. Rito e Dança. Rituais de Longa Duração.

## Pedro Agostinho da Silva: homage

## Abstract

This article is homage to Pedro Agostinho da Silva, making a memento of his anthropology. Pedro is a pioneer of Anthropology, politicity being one of its founders. I lived with him during long time, including in fieldwork. In his classic about *Kwarip*, a Xinguano funerary ritual, the key of understanding is the dialectics between myth, ritual and dance, and the long duration of the ritual. Besides being a brilliant ethnographer, Pedro founded important institutions, the Brazilian Center for Indigenous Studies, in Brasília, the Museum of Anthropology and Ethnology of the Federal University of Bahia, and the Program “Indigenous People of Brazilian Northeast”, also at UFBA, are among them. He was a participant of the creation of the branch in Bahia of the National Association for Indigenous Action (ANAÍ). Together with an illustrious group of Latin-American colleagues, in 1971 he was one of the signers of the Declaration of Barbados.

**Keywords:** Kamayurá Indians. Myth. Ritual and Dance. Long Duration Rituals.

Recebido em: 10/07/2023

Aceito em: 07/08/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Introdução

Pretendo neste texto homenagear Pedro Agostinho da Silva, recentemente falecido<sup>1</sup>, e brevemente estudarei sua Antropologia. Tive o privilégio de conviver com ele, inclusive na aldeia Kamayurá em 1969, quando ambos fazíamos trabalho de campo. Vou centrar meu ensaio em dois aspectos originais de sua contribuição: a Antropologia do ritual e a politicidade de sua postura.

Quando, em 1969, cheguei à aldeia Kamayurá, Pedro estava lá já há algum tempo. A aldeia, situada às margens da Lagoa Ipavu (nome com o qual é conhecida no português de contato), contava com sete casas de residência. Pedro então concluía seu trabalho de campo, que resultou em uma dissertação de mestrado sob a orientação de Eduardo Galvão na UnB. Em 1974 foi publicada como o futuro clássico, *Kwarùp: Mito e Ritual no Alto Xingu*, conforme aponta Agostinho (1974). Em Brasília, convivi muito com ele e sua esposa, Rosa Virgínia Mattos e Silva, linguísta, especialmente a partir de 1968, com a fundação, sob a direção de Pedro, do Centro Brasileiro de Estudos Indígenas, do qual me tornei membro, dirigindo seu setor de Etnomusicologia.

## 2 Desenvolvimento

Como se sabe, Pedro foi aluno de Galvão, o primeiro antropólogo brasileiro a fazer seu doutorado na Universidade Columbia, nos EUA. Ali, ele foi aluno de Charles Wagley, brasilianista de prestígio. Galvão, por meio de Wagley, partilhava uma herança Boasiana – ligada à chamada Antropologia dos quatro campos – encontrando também em Julian Steward um forte legado (PACE, 2014).

Em 1969, realizei minha primeira visita à aldeia Kamayurá, com financiamento do CBEI. Recordo que, em 1968, no Centro, havíamos lido alguns textos conjuntamente, como *O Pensamento Selvagem*, e o primeiro volume das *Mitológicas*, ambos de Lévi-Strauss. Além de mim, Olympio e Ordep Serra e Rosa participavam dos encontros, coordenados por Pedro. Também, individualmente li e reli ali alguns clássicos da Etnomusicologia, como *The Anthropology of Music* (Merriam) e *Music in Primitive Culture* (Nettl). Li também no Centro grande parte da literatura então disponível sobre a língua Kamayurá e a família linguística Tupi-Guarani em geral. Neste último aspecto, contei com a preciosa ajuda de Rosa, Pedro e Carl Harrison, linguísta tupinólogo.

---

<sup>1</sup> Conforme aponta Valentini (2023) para uma *Nota de Pesar*: Obrigado a Silvia de Oliveira Beraldo, pela preciosa ajuda na elaboração desse escrito. Devo grande parte do que vai neste breve texto à leitura de Valentini (2020).

Cheguei ao Parque Indígena do Xingu no campo de pouso do Posto Leonardo pelo meio de uma manhã em abril de 1969. Havia partido de Goiânia, viajando em um DC-3 do Correio Aéreo Nacional. Dali, fui de trator até o Posto. Lá, estavam Orlando Villas-Bôas, fundador e então diretor do Parque Nacional do Xingu, Cláudio Villas-Bôas, Chefe do Posto Diauarum, muitos índios de várias aldeias, alguns deles residentes no Posto como funcionários. Fiquei hospedado no Leonardo por uns dias. Esperava transporte para os Kamayurá, 12 km distante.

Quando cheguei à aldeia, ela estava vivenciando o ritual feminino do Amurikumã, que gravei intensamente. Não pretendia estudar esse rito, mas eu me entreguei a gravar tanto quanto possível o seu sistema cancional<sup>2</sup>. Tinha como intenções treinar a gravação de ritos em campo, assim como construir meu universo de relações com os/as Kamayurá. Fiz isso por cerca de dois meses, simultaneamente convivendo como uma espécie de júnior com o meu amigo. Pedro voltou a Brasília antes de mim. Ele havia terminado de realizar minha iniciação na Antropologia, daí eu ter passado a chamá-lo de guru, valorizando a origem no sânscrito dessa palavra.

Tivemos uma convivência muito intensa e criativa na aldeia. Pedro trabalhava muito com Wahu, grande mitólogo, que no futuro desempenharia papel muito importante em minha própria formação.

Pedro e eu fazíamos refeições, tomávamos banho juntos (na Lagoa Ipavu) e muito mais – conversávamos dia e noite. Nessa época, com os meus interlocutores indígenas, eu estudava muito a música e a teoria musical com suas conexões mito-cosmológicas e a organologia Kamayurá, o que foi crucial para o que viria a seguir em minha vida com os Kamayurá, desembocando em minha dissertação de mestrado, defendida na UnB e depois publicada com o título de *A Musicológica Kamayurá* pela Funai (MENEZES BASTOS, 1978).

Relevarei três aspectos da abordagem de Pedro em seu clássico sobre o Kwarìp: a sua chave de entendimento do ritual. Esse aspecto está presente no título da obra como mito; a ênfase de sua compreensão na Coreologia do rito, intermediada pelo farto uso de diagramas e de fotos de grande interesse; e a equação temporal do rito como de longa duração.

Vale dizer que a palavra Kamayurá moroneta, traduzida muitas vezes como “mito”, aponta o sentido geral de “explicar”. Note-se que não estou aqui me referindo à categoria “mito” por oposição à de “história”, conforme usada pela Antropologia clássica, como por Malinowski, tipicamente em Argonautas do Pacífico Ocidental. Aponto, isso sim, a ideia geral de compreensão, conhecimento, explanação e similares, tornadas possíveis por meio de narrativas verbais, muitas vezes intermediadas por cânticos. No português de contato, diz-se “história”. Essas histórias narram ações de seres primevos – heróis – tudo ocorrendo no tempo também primevo. Em *A Musicológica*, elaborei esse ponto, considerado sob o ponto de vista da oposição entre as categorias Kamayurá mawe e ang, que traduzi como, respectivamente, tempos mítico (antigamente) e histórico (recente).

<sup>2</sup> Em 2005, orientei no PPGAS-UFSC a tese de doutorado de Mello (2005), autora que, apesar de ter falecido precocemente, é dona de uma importante obra antropológica e etnomusicológica, de teor eminentemente feminista. A tese citada tematiza o Amurikumã entre os Wauja (também chamados de Waurá) do Alto Xingu.

Considero esse o primeiro aspecto importante na Antropologia do ritual presente no clássico de Pedro. O ritual, no caso o rito funerário do Kwarìp, é compreendido pelos Kamayurá com base em explicações verbais que reportam o rito como um conjunto de ações de seres primevos, ações essas que tiveram lugar nos primórdios. Note-se que esses primórdios com os seus seres e acontecimentos são para os Kamayurá tão reais como aquilo que tem lugar no tempo de agora (agora é uma das possíveis traduções de ang).

O livro de Pedro tem um número abundante de diagramas e fotos do Kwarìp. Trata-se de um ritual rico em movimentação (em linha, bloco, arco, etc.), dança e expressão corporal, esses diagramas e fotos procurando reportar esse aspecto, para Pedro absolutamente crucial, tanto quanto para os indígenas. Refiro-me a esse ponto como a ênfase do livro na Coreologia do rito. Como se sabe, a Coreologia é a disciplina que se ocupa do estudo da dança. Esse aspecto é apresentado no livro, como já dito, por meio de um número significativo de diagramas e fotos. Julio Cezar Melatti (já em 1976) valorizou essa dimensão, constatada como amplamente relevante depois (BARCELOS NETO, 2008; FAUSTO; FRANCHETTO; MONTAGNANI, 2011; MENEZES BASTOS, 2017; 2019).

A inscrição temporal do rito como de longa duração é o terceiro ponto que gostaria de salientar no livro. Neste, a descrição do Kwarìp coloca-o como tendo uma duração muito superior aos meros momentos de sua apresentação imediata. Essa duração, segundo Pedro, aponta um ciclo de meses, constituído por eventos que vão desde o falecimento do chefe ao qual ele é dedicado até o encontro do grupo do falecido (anfitrião) com os grupos convidados. Esse tempo longo dos ritos dos xinguanos tem sido cada vez mais salientado por xinguanistas mais recentes, por exemplo, Mello (2005), apontando para os rituais por outro lado como verdadeiros construtores do tempo.

A politicidade da Antropologia era fundamental para Pedro. Uma politicidade profundamente imbricada como sua essência acadêmico-científica. Recordo que em 1968 ele organizou e dirigiu o Centro Brasileiro de Estudos Indígenas (CBEI), onde eu – como já dito – atuei dirigindo o setor de Etnomusicologia. O CBEI foi uma entidade independente, de curta duração. Sua organização apontava uma intenção acadêmica voltada para a realização de seminários, estudos e pesquisas de campo antropológicas e linguísticas. Somente em 1973, quando ingressei na UnB para cursar o Mestrado, encontrei seminários com a qualidade daqueles que vivi no CBEI. Acredito que Pedro levou para o CBEI a experiência dos seminários que vivenciou na UnB, sob a condução de Eduardo Galvão.

O Museu de Antropologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia é outra instituição que tem Pedro como seu fundador e seu diretor por duas vezes (PEREIRA, 2013). Trata-se de uma instituição de grande relevância no campo antropológico, no sentido Boasiano ampliado, quando a antropologia está em conexão com a arqueologia, a linguística, a história e as disciplinas congêneres. A independência do CBEI e a relevância do Museu – com essa amplidão Boasiana – apontam de maneira firme para a politicidade da Antropologia exercida por Pedro.

Pedro teve uma participação muito importante na ABA, em suas reuniões gerais e em muitos outros eventos. De 1984 a 1986, ele foi membro da direção da Associação, juntamente com Roberto Cardoso de Oliveira e Marisa Veloso, quando tiveram uma atuação muito relevante. Participou, com integrantes do PINEB (veja adiante), da

criação da Seção da Bahia da Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ). Nesses dois papéis, ele teve uma contribuição marcante nas discussões que desembocaram na Constituinte de 1988.

Em 1971, Pedro fundou um dos mais importantes e duradouros centros de estudos, pesquisas e ações americanistas do Brasil, o Programa Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (PINEB), da Universidade Federal da Bahia<sup>3</sup>. Trata-se de um Programa virtuoso em vários sentidos, tipicamente agostinianos – no qual os aspectos acadêmicos e políticos são imbricados de nascença. Hoje sob a direção da professora Maria Rosário de Carvalho, legítima herdeira de Pedro e professora emérita da UFBA, o PINEB é um espaço de formação e desenvolvimento de estudantes de graduação e de pós-graduação e de pesquisadores espalhados pelas universidades da Bahia e de outros estados do Nordeste. Na época de sua criação, recordo que eu dizia a Pedro que ele era o pioneiro do estudo sobre os indígenas da Bahia e do Nordeste, até então tentativamente apagados em sua indianidade por uma política da aculturação interesseira de empresários, fazendeiros e similares, abrigados por um Estado francamente colaboracionista. No PINEB, Pedro supervisionou as pesquisas de um grande número de estudantes de graduação e de pós-graduação.

Também no PINEB Pedro trabalhou na concretização do Fundo de Documentação Histórica Manuscrita sobre os Índios na Bahia (FUNDOCIN), que inclui senão a totalidade grande parte da documentação histórica disponível sobre os indígenas na Bahia (VALENTINI, 2020).

Nesse mesmo 1971 prenhe de realizações, Pedro, juntamente com Darcy Ribeiro<sup>4</sup>, Carlos de Araújo Moreira Neto, Sílvio Coelho dos Santos, Miguel Alberto Bartolomé, Nelly Arevelo de Jiménez, Guillermo Bonfil Batalla, Esteban Emilio Mosonyi, Víctor Daniel Bonilla, Gonzalo Castillo Cárdenas, Miguel Chase-Sardi, Scott S. Robinson, Stefano Várese e Georg Grünberg, tomando parte do simpósio sobre a fricção interétnica na América do Sul, participou da elaboração da célebre Declaração de Barbados. Essa Declaração recomenda aos governos e às sociedades latino-americanos, entre outros pontos relevantes, que as pesquisas antropológicas sejam feitas em aliança com os indígenas (BRITO, 2004; IELA 2022). Esse é um aspecto crucial e inovador para a época, digno da lista acima de antropólogos profundamente engajados com as populações indígenas da América Latina.

---

<sup>3</sup> Consultar em: [http://www.cienciassociais.ffch.ufba.br/pineb-pesquisas-sobre-povos-indigenas-do-nordeste-brasileiro#:~:text=O%20PINEB%20%2D%20Programa%20de%20Pesquisas,Patatax%C3%B3%20de%20Barra%20Velha%20\(Mun.](http://www.cienciassociais.ffch.ufba.br/pineb-pesquisas-sobre-povos-indigenas-do-nordeste-brasileiro#:~:text=O%20PINEB%20%2D%20Programa%20de%20Pesquisas,Patatax%C3%B3%20de%20Barra%20Velha%20(Mun.)

<sup>4</sup> As relações de Pedro com Darcy eram muito fortes, tendo sido Darcy o responsável pela mudança de seu pai, o professor Agostinho da Silva, exilado no Brasil do Portugal salazarista. O professor Agostinho (SÁ, 2013), juntamente com o professor Eudoro de Souza, foram arregimentados por Darcy para serem professores na UnB. Até então ambos residiam em Florianópolis, onde eram professores na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, preexistente à UFSC. Recordo que foi aqui em Florianópolis que Pedro, no Costão do Santinho, sofreu o acidente no pé direito que lhe obrigou a usar muletas por toda a vida. Agradeço a sua filha, Lia Mattos, por essas e outras informações importantes para este texto, pelo qual sou o único responsável. Também tive o prazer de orientar o mestrado de Lia (SILVA BASSO, 2016).

### 3 Considerações Finais

Para fechar esta breve homenagem, gostaria de deixar marcado de maneira explícita meu reconhecimento da definitiva influência que Pedro tem até hoje sobre mim. Não sou a primeira pessoa a afirmar isso. Sobre os nossos dois talvez principais livros, *Kwarîp* e *Jaguatirica*, Valentini (2020, p. 124) sublinha fortemente seu grande paralelismo – de irmãos sênior e júnior – do qual eu só recentemente dei-me conta. No plano político, essa influência é muito forte também, espalhando-se por toda a minha antropologia e ação, inclusive na ABA – na qual já tive participação significativa – na Funai, quando fui funcionário ali, expulso em 1980 ainda durante a ditadura pregressa (recordando Galvão, Roberto e Darcy), por motivos exatamente políticos, na academia como estudante e como professor e, por fim, para não mais detalhar, como cantor Kamayurá aprendiz: os Kamayurá apreciavam muito ouvir Pedro cantando especificamente uma das canções do Kwarîp: “[...] Mawu yanahareawiriheretomawarehehe [...]”. Atualmente é o que mais faço quando vou à aldeia Kamayurá – cantar. Os índios me pedem para cantar o Yawari (Jaguatirica), pois dizem que eu sou o único velho (mùra) que sobreviveu e sabe cantá-lo. (Yamot Petruarehe) Saudades de Pedro.

### Referências

- AGOSTINHO, Pedro Agostinho da. **Kwarîp: mito e ritual no Alto Xingu**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.
- BARCELOS NETO, A. **Apapaatai: Rituais de Máscaras no Alto Xingu**. São Paulo: EDUSP-FAPESP, 2008.
- BASTOS, Fernando José de M. **Eudoro de Sousa e a Complementariedade do Horizonte**. 1990. 106p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1990.
- BRITO, Antonio José Guimarães. **Povos Indígenas e Relações Internacionais: a tolerância como princípio nas relações interétnicas**. 2004. 136p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- FAUSTO, C.; FRANCHETTO, B.; MONTAGNANI, T. Les formes de la mémoire: arts verbaux et musique chez les Kuikuro du Haut Xingu (Brésil). **L’Homme**, [s.l.], v. 197, p. 41-70, 2011.
- IELA – INSTITUTO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS. **Primera Declaración de Barbados: por la Liberación del Indígena**. Florianópolis: IELA-UFSC, 2022.
- MELATTI, Julio Cezar. Sobre o livro “Kwarîp: mito e ritual no Alto Xingu”, de Pedro Agostinho. **Pesquisa Antropológica**, [s.l.], n. 7, p. 12-13, 1976.
- MELLO, Maria Ignez Cruz. **Iamurikuma: música, mito e ritual entre os wauja do Alto Xingu**. 2005. 335p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. **A Musicológica Kamayurá: para uma Antropologia da Comunicação no Alto Xingu**. Brasília, DF: Funai, 1978.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. Tradução Intersemiótica, Sequencialidade e Variação nos Rituais Musicais das Terras Baixas da América do Sul. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 60, p. 342- 355, 2017.
- MENEZES BASTOS, Rafael José de. **A Festa da Jaguatirica: uma partitura crítico-interpretativa**. 2. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2019.

PACE, Richard. O legado de Charles Wagley: uma introdução. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 9, n. 3, p. 597- 615, set.-dez. 2014.

PEREIRA, Cláudio Luiz. **Boletim Informativo do Museu de Antropologia e Etnologia, edição especial sobre Pedro Agostinho**, Salvador, n. 4, ano 1, abril-maio, 2013.

SÁ, Lucia Helena Alves de. **Em torno do pensar poetizante de Agostinho da Silva**. 2012. 177p. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

SILVA BASSO, Lianor Maria Mattos. **Memórias do Futuro: olhares da Costa da Lagoa da Conceição**. 2016. 181p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

VALENTINI, Luísa. **Arquivos do futuro: relações, caminhos e cuidados no arranjo preliminar da documentação pessoal de antropólogos (pessoal)**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

VALENTINI, Luísa. **Nota de Pesar**. São Paulo: Centro de Estudos Ameríndios, Departamento de Antropologia, USP, 2023.

#### **Rafael José de Menezes Bastos**

Bacharel em Música pela Universidade de Brasília (1968), mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (1976) e doutor em Ciência Social (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1990). Professor Titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, aposentado, voluntário. Coordena o núcleo de estudos “Arte, Cultura e Sociedade na América Latina e Caribe” (MUSA). Foi professor e/ou pesquisador visitante em várias universidades europeias (Portugal, França) e americanas (Estados Unidos, Canadá). Publicou mais de cem artigos e capítulos de livros, dois livros autorais e uma coletânea. Atua como conselheiro editorial de várias publicações no Brasil e no estrangeiro. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia e Etnomusicologia Indígenas, atuando principalmente nos seguintes temas: música nas terras baixas da América do Sul, Alto Xingu, música popular, Santa Catarina e música na América Latina e Caribe.

Endereço profissional: UFSC, Departamento de Antropologia, Rua Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, Trindade, Florianópolis, SC. CEP: 88040-535.

E-mail: rafael.data.base@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1788-6050>

#### **Como referenciar este artigo:**

BASTOS, Rafael José de Menezes. Pedro Agostinho da Silva: uma homenagem. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e95406, p. 100-106, setembro de 2023.

# Ficando com o Problema – Entrevista com Donna Haraway

Rick Dolphijn<sup>1</sup>

Tradutora: Caroline Spitzner<sup>2</sup>

Revisor Técnico: Scott Correll Head<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universitair hoofddocent, Haia, Holanda

<sup>2</sup>Universidade de Utrecht, Utrecht, Holanda

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

## Resumo

*Ficando com o Problema (Staying with the Trouble)* foi traduzida a partir da versão impressa da entrevista conduzida ao vivo pelo Skype com Donna Haraway por Rick Dolphijn, realizada na ocasião do lançamento oficial da exposição de arte *Yes Naturally* (Haia, Holanda) durante os dias de pré-visualização profissional da *documenta 13* (Kassel, Alemanha), 7 de junho de 2012. Foi publicada originalmente em Dolphijn e Haraway (2013). Na entrevista, é discutida a influência da teoria de Haraway no mundo da arte contemporânea, particularmente como seu trabalho inspirou e esteve em diálogo com muitos dos artistas que participaram das exposições *Yes Naturally* (2012) e *documenta 13* (2012). Ao mesmo tempo, são traçadas conexões com as questões que permeiam a teoria de Haraway há muitos anos, como relações multiespécies, materialidades e naturezasculturas, e o trabalho de artistas contemporâneos que procuram engajar-se com temas e conceitos afins em suas criações artísticas.

**Palavras-chave:** Donna Haraway. Arte. Exposição. Relações Multiespécies. Materialidades.

## Staying with the Trouble – Interview with Donna Haraway

### Abstract

*Staying with the Trouble* was translated from the printed version of the live Skype interview with Donna Haraway by Rick Dolphijn, held on the occasion of the official launch of the art exhibition *Yes Naturally* (The Hague, Netherlands) during the *documenta 13* professional preview days (Kassel, Germany), June 7, 2012. Originally published in Dolphijn and Haraway (2013). In this interview, the influence of Haraway's theory on the world of contemporary art is discussed, particularly how her work inspired and was in close dialogue with many of the artists who participated in the exhibitions *Yes Naturally* (2012) and *documenta 13* (2012). At the same time, connections are drawn with issues that have permeated Haraway's theory for many years, such as multispecies relations, materialities and naturecultures, and the work of contemporary artists who seek to engage with similar themes and concepts in their own artistic creations.

**Keywords:** Donna Haraway. Art. Exhibition. Multispecies Relations. Materialities.

Recebido em: 24/08/2023

Aceito em: 1º/09/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

## 1 Introdução

De modo geral, nesta tradução, buscamos seguir o modo mais “coloquial” e lúdico com o qual a autora tende a compor seus conceitos, tanto na entrevista como nas suas próprias escritas. Nota-se, nesse sentido, a escolha por traduzir aqui *Staying with the Trouble* como Ficando com o Problema. Procuramos assim seguir o modo com o qual a autora costuma compor conceitos ao mesmo tempo precisos e marcados por uma qualidade brincalhona e propositalmente “in-formal”.

Agradecemos a Ine Gevers e sua fundação Niet Normaal e ao setor editorial da Nai010 Publishers, Rotterdam, pela autorização para a publicação desta tradução. Agradecemos especialmente aos autores Rick Dolphijn e Donna Haraway pela generosa permissão para a realização desta tradução.

**Rick Dolphijn:** as intra-ações entre arte, ciência e vida estão no topo de sua agenda de pesquisa há mais de 30 anos (HARAWAY, 1988; 20023; 2008), e suas ideias sobre esses assuntos têm sido a principal fonte de inspiração para muitos artistas envolvidos em *Yes Naturally* e *documenta 13*, bem como aos processos curatoriais dessas exposições de arte. Seus esforços para romper oposições modernistas, como natureza-cultura, sujeito-objeto, tecnologia e vida, e o papel principal que a arte contemporânea desempenha na abertura dessas oposições continuam a nos intrigar e até mesmo explicar o tipo de ativismo em ação nas obras de arte apresentadas, bem como nas exposições como um todo. A diretora artística da *documenta 13*, Carolyn Christov-Bakargiev, confirmou essa estética ativista quando afirmou: “A *documenta* não deveria ser uma exposição como era antes, mas um estado de espírito” (BECKER, 2012). Gostaria de começar esta entrevista focando nesse “estado de espírito” que atravessa a arte contemporânea, a tecnologia, a natureza e o pensamento ecológico, com a forma como você analisou isso em sua escrita acadêmica. Dois exemplos vêm imediatamente à mente. Em primeiro lugar, seu engajamento com as esculturas de Patricia Piccinini (pense em *The Long Awaited 2008-2009*) e, em segundo lugar, *Cat’s Cradle/String Theory*, de Baila Goldenthal (2008). Qual é esse “estado de espírito” que essas obras de arte evocam?

**Donna Haraway:** as “figuras companheiras” de Patricia Piccinini me chamaram a atenção em relação às crises ambientais que ameaçam as espécies na Austrália. Fiquei intrigada porque seus fabulosos protetores são espécies alienígenas bastante assustadoras. Elas não eram totalmente reconfortantes; elas também

eram provocativas e talvez um pouco irônicas. Ambas eram sérias e difíceis de identificar. Elas me impressionaram de qualquer maneira e acho que a maioria das pessoas viu aquelas instalações como figuras incríveis, em tamanho real, alienígenas e com cabelos de silicone que foram de alguma forma designadas e funcionam materialmente como protetores das espécies da Terra. Elas nos convidam a repensar o que pode significar ser companheiro, acompanhar, proteger, estar em perigo, o que é viver, não apenas o que é vida, mas o que é vulnerabilidade, viver e morrer, correr certos tipos de riscos para estar em companhia ou ser para alguns modos de vida e não para outros. Portanto, havia uma qualidade interrogativa que exigia um engajamento que você não pode saber com antecedência. Você não sabe o que fazer antes de se engajar e correr riscos. E penso nas figuras de barbante de Baila Goldenthal; as maneiras como ela faz aqueles trabalhos realmente fascinantes em *Cat's Cradle* novamente como provocações, não apenas conectando, mas como conectar; como retransmitir padrões. Eu estava pensando em figuras de barbante ou jogos de cama de gato como figuras engajadas na mundificação (*worlding*) terráquea. Isabelle Stengers escreveu sobre minha abordagem da cama do gato e da responsabilidade<sup>1</sup> de retransmitir padrões no contexto de sua própria leitura de Guattari e depois sua leitura de mim, e então minha leitura dela. Stengers (2011) diz:

*Para fazer figuras de barbante, você tem que passar de alguma forma padrões; correr o risco de soltar, correr o risco de suas mãos serem passivas para receber um padrão. Bem como para passar algum tipo de nó ou linha que não existia antes.*

Ambos herdam padrões, como nas figuras de barbante, mas inventam, transmitem e assumem o risco tanto da paixão quanto da ação, de suportar ou sofrer tanto quanto de fazer. Essa é uma maneira de se engajar em um mundo que eu acho que faz parte da arte, da filosofia, da biologia ou realmente parte de ser um terráqueo. Isso é ação e paixão. Não apenas vivendo, mas vivendo e morrendo. Devir-com, compondo e decompondo.

**R.D.:** pelo que entendi, engajar-se em um mundo necessariamente vem com “ser-aberto-por” espécies companheiras ou padrões de barbante, nesse caso. É o momento de se deixar ser aberto por essas figuras que é crucial para você?

**D.H.:** sim. E espécie companheira não é sinônimo do bem ou de harmonia. Não é sinônimo de nada. É um interrogativo; é uma provocação à responsabilidade e mais ainda à responsabilidade. Estar em risco junto com. Nesse sentido, afirmar a relacionalidade das espécies companheiras não é uma postura tradicionalmente humana, embora envolva capacidades humanas. Acho que a relacionalidade das espécies companheiras não é anti-humana, mas não é convencionalmente humanista no sentido de seres humanos como fonte de resposta ou valor.

<sup>1</sup> **N.T.:** Nota-se palavra usada em inglês, response-ability (composta de resposta e habilidade), tem sido traduzida de variados modos em português. Escolhemos aqui uma tradução hifenizada, responsabilidade, mantendo-a próxima da original e suas implicações conceituais.

**R.D.:** em uma entrevista que Natalie Jeremijenko, uma das artistas envolvidas em *Yes Naturally*, concedeu ao *Cross Species Adventure Club* (NICOLA, 2020), ela mais uma vez nos mostrou como ela estava interessada pela arte e pela verdade; ou seja, que a ciência não tivesse o monopólio da verdade. Ao longo de sua carreira, você nos mostrou de várias maneiras os limites da ciência e a impossibilidade da objetividade. E, nesse sentido, acho que isso se relaciona bem como, por exemplo, o trabalho de Piccinini e de Goldenthal abrem isso. Em *Yes Naturally*, artistas como Angelo Vermeulen e Adam Zaretsky parecem estar praticando um tipo de estratégia similar. O repensar estético desses artistas de conceitos como natureza, tecnologia e vida questiona seriamente a forma como esses conceitos têm sido amplamente aceitos nos escritos científicos. Eu me pergunto, como você espera envolver os cientistas nisso? Como eles fazem parte do que a arte pode fazer?

**D.H.:** em primeiro lugar, gostaria de dizer algo que sempre foi importante para mim sobre dizer a verdade e sobre a objetividade. Desde o início, fui apaixonada pela ciência e não contra ela. E vejo a objetividade não como uma posição epistemológica, mas como uma conquista preciosa, frágil e parcial com ganchos para engajamento apaixonado, na ciência e também em outras modalidades. Não é que eu esteja de alguma forma argumentando contra a objetividade como contra a Objetividade, contra um O maiúsculo. Entende o que quero dizer? Há uma espécie de fetichização da verdade científica que atua para isolá-la do engajamento, mesmo entre as ciências e entre os cientistas. Em vez disso, a abertura de locais de ligação<sup>2</sup> é o que meu trabalho pretende, e isso inclui os locais de ligação entre organismos, artistas, biólogos, físicos, climatologistas, políticos, caminhantes; pessoas que querem um lugar para caminhar que não seja um lugar arruinado e destruído. Um papagaio pode se mudar para a cidade de Colônia (Alemanha) (pense em *Neobiota* de Tue Greenfort, 2011); haverá uma recepção civil? O que é o realojamento para os permanentemente fora de lugar? Os mundificamentos (*worldings*) da vida selvagem urbana nos dão muitos lugares para viver e morrer em response-hábeis (*response-able*) relações de espécies companheiras que não são garantidas por motivos éticos, ontológicos ou epistemológicos. Ou será que as “criaturas do império”, como cavalos no sudoeste dos EUA que os conquistadores espanhóis trouxeram, de alguma forma terão um lugar não apenas no imaginário nacional dos EUA, mas terão um lugar contínuo para viver e morrer nos passados, presentes e futuros que importam. Isso não pode ser reduzido a algum tipo de doutrina de pureza, de quem se originou onde e quem pertence a esse lugar e a nenhum outro. E, ainda assim, nem tudo pertence a todos os lugares. Então, como podemos contar uma verdade eticamente responsável uns com os outros, inclusive com outros organismos, com entidades não vivas também, com paisagens, criaturas e tecnologias? Como é dizer a verdade no mundo pelo qual somos responsáveis por e respons-hábeis (*response-able*) com o agora?

---

<sup>2</sup> Traduzido do original em inglês, *attachment sites*, termo utilizado também na biologia.

E penso em artistas como Natalie Jeremijenko e seus cães robóticos e projetos de detecção de toxicidade urbana que, neste caso particular, fazem uso de organismos totalmente sintéticos. Ela usa componentes modificados disponíveis no mercado para criar criaturas caninas que caminham com crianças urbanas em ambientes poluídos para se envolver em conversas cívicas e, de alguma forma, fazer a diferença sobre quem vive e morre bem naquela paisagem: micróbios, vermes, guaxinins, talvez também cães de rua e pessoas diferenciadas por raça, classe, sexo, idade e muito mais. Os cães robóticos se tornam jogadores reais ao provocar e continuar uma conversa em andamento. Portanto, naturezasculturas de pessoas/seres vivos e não-vivos estão engajados com e incluem uma variedade de jogadores surpreendentes. Os jogadores são outros organismos reais, organismos sintéticos, solos, rochas, pessoas, conselhos municipais e muito mais. Natalie Jeremijenko também é engenheira. Ela dificilmente é alguém que é contra a ciência – muito pelo contrário. Natalie é artista, designer e engenheira. Assim também a Beatriz da Costa e outras pessoas que me são queridas, que se engajam com todo o seu ser em projetos arriscados de propor naturezasculturas onde está em jogo o que é estar nesta Terra e neste lugar. O que é ser está em jogo. Como devir-com está em jogo. E isso importa; importa quem faz o quê. O cinismo não é uma posição aceitável diante das crises em que estamos, mas ficar com o problema é. E isso envolve estética, cognitiva, literária, técnica, sensual - tudo com profundidade de pensamento, sensação, sentimento, comportamento, atuação.

E esses são artistas que não fazem apenas performances e exposições; eles se arriscam com e em materialidades e habilidades com as quais talvez não tenham se engajado antes. Eles estão perfeitamente dispostos a tentar algo que não funciona. Esses artistas são engenhosos. Talvez você conheça esse interessante artista performer e monólogo que se autodenomina o Reverendo Billy. Ele é um pregador surpreendente para o meu povo, o povo de uma Terra finita e mortal. Não posso chamar isso de abordagem secular, assim como não posso chamá-la de religiosa; é, em vez disso, reacomodar e redirecionar um aparato poderoso para devir-com no envolvimento com o bem-estar ecológico e o anticonsumismo. Ele reaproveita o aparato de pregação de, digamos, Jimmy Swaggart e os cristãos evangélicos de direita. Ele “nos convence do Espírito Santo” no que ele chama de Igreja de Pare de Comprar (*Stop Shopping*), você sabe, ou uma espécie de “Terraleluía” (*Earthelujah*), ou “Alejúbilo” (*Hallelujah*). Ele tem todas as jogadas.

**R.D.:** sim, é fundamental entender que todos esses artistas sabem muito bem do que estão falando, quer dizer, praticamente todos eles têm uma simpatia muito forte pela ciência. Devemos dizer que eles estão em busca das margens da ciência, como diria Derrida, das verdades que a ciência é “incapaz” de dizer?

**D.H.:** não exatamente. Na verdade, eles procuram zonas de contato, não apenas margens. Não estou tão feliz hoje em dia com a metáfora centro/margem.

Acho que as espacialidades são mais interessantes do que isso. E acho que esses artistas engajam todos os tipos de espacialidades, incluindo trabalhos de centro/margem, mas eles fazem suas próprias zonas de conflito/contato acontecerem em lugares esperados e inesperados. E sua capacidade e disposição de propor tropos e metáforas que são mais inventivos do que centro/margem é parte da razão pela qual eles são tão preciosos para nós. Que eles não estão convencidos pelos tropos convencionais, e acho que muitos de nossos filósofos são muito convencionais em seus kits de ferramentas – eu me incluo nisso. Temos a habilidade de ser mais corajosos em nossos experimentos cognitivos; em nossas línguas; e os artistas costumam ser melhores nisso do que a maioria dos filósofos. No entanto, estes não são empreendimentos exclusivos. Penso em pessoas como Natalie Jeremijenko, Beatriz da Costa, Mark Dion e muitos outros envolvidos em uma espécie de fabulação especulativa: *un expérience* – tanto no sentido científico quanto no artístico.

**R.D.:** experimento e experiência.

**D.H.:** sim, *expérience*, do francês, que também é sempre experiência e experimentar. Sou dos EUA, onde uma proporção séria de meus concidadãos pensa que o aquecimento global é uma conspiração da esquerda, pensa que a evolução orgânica é forma opcional de se relacionar com o mundo e acha que o Design Inteligente é uma coisa razoável para ensinar às crianças do ensino médio. Eu vivo nos EUA onde a anti-ciência, o anti-intelectualismo é uma ameaça gigantesca. Portanto, pessoas como eu não ousam ser lidas como anti-científicas sem fazer o jogo das forças mais opressivas e repressivas em ação neste país tão perigoso.

**R.D.:** esta é uma parte crucial do argumento. Talvez devêssemos prestar mais atenção em como uma ‘perspectiva crítica’, tanto em seus escritos quanto nas obras de arte aqui mencionadas, se transforma em uma “perspectiva afirmativa” e as consequências que isso tem sobre como a ciência e a arte lidam com a ‘vida’. Fazer uma leitura mais inclusiva, ou melhor, mais ecológica da vida nos leva a uma grande mudança política: o afastamento do antropocentrismo. Em *When Species Meet*<sup>3</sup> você já pratica esse ativismo político afirmativo quando conclui:

*Os porcos têm tanto direito à vida quanto um cachorro. E os humanos? Se a complexidade social, emocional e cognitiva é o critério, Derrida acertou. Não há linha divisória racional ou natural que estabeleça as relações de vida e morte entre animais humanos e não humanos. Tais linhas são álbis se forem imaginadas para resolver a questão ‘tecnicamente’.*  
(HARAWAY, 2008)

Em *Situated Knowledges*<sup>4</sup>, ao falar do objeto como um agente, você transformou isso em uma afirmação muito geral, permitindo-nos começar a pensar a partir de todas as individualidades possíveis. Portanto, não estamos falando agora

3 **N.T.:** Publicado em português como “Quando as Espécies se Encontram” (HARAWAY, 2022).

4 **N.T.:** Publicado em português como “Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial” (HARAWAY, 1995).

apenas de humanos ou animais, mas de todos os objetos possíveis. Em *Situated Knowledges*, você explica isso com o maior cuidado: “Os saberes localizados (*Situated Knowledges*) requerem que o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso” (HARAWAY, 1988). Nesse sentido, estou muito interessado em sua leitura de *Neobiota* de Tue Greenfort, que também está em busca de estilos radicalmente novos de ‘vida’. Estou interessado em saber o que esses novos espaços têm a nos oferecer em termos de repensar o conceito de vida.

**D.H.:** em primeiro lugar, há algo que preciso enfatizar, não no contexto de *Neobiota*, que é muito sensível nesse assunto também, mas no contexto do discurso e da política dos Estados Unidos, especialmente. Devido à maneira como a “vida” pode ser tão facilmente fetichizada, o que eu quero que “vida” signifique é viver e morrer, vulnerável como uma “criatura terráquea”. Um ser terráqueo. Estar na Terra. Sempre “devir-com”, compondo e decompondo, em risco e em processo uns com os outros, onde morrer é tão importante quanto viver. E a vida importa, mas não com V maiúsculo: “Vida”. Não sou uma “pensadora pró-vida” em nenhum assunto terráqueo. Eu estabeleço tais condições por causa da língua dos EUA, por causa da cooptação da linguagem-da-vida por uma formação evangélica de direita, que é particularmente forte aqui, mas não só aqui. Eu realmente preciso enfatizar que a vida para mim sempre significa viver e morrer, matar e nutrir, estar em risco para e com os outros de uma forma não inocente. Sempre não inocente. E que tanto o abiótico quanto o biótico estão engajados e não engajados em alguma grande complexidade de coro-de-aleluia, mas sendo para alguns modos de viver e morrer e não para outros. Sinto que a questão ética é como a velha questão anarquista: o que deve ser feito? O que é viver e morrer em tempos de extermínios, extinções e genocídios? Porque é aí que me sinto localizada e é aí onde estão em jogo saberes localizados.

Eu penso na *Neobiota* de Greenfort como fazendo perguntas bastante afiliadas a isso. Eu sinto uma relação fraternal quando vejo as transmissões de vídeo e áudio dos papagaios onde eles talvez não deveriam ter aparecido, mas ainda assim florescem. Papagaios em uma cidade, que se tornam espécies protegidas e que são migrantes em uma cidade onde a migração dificilmente é algo natural. Em um país onde talvez os afro-alemães não tem conseguido tornar-se cidadãos tão rapidamente quanto os papagaios. Claro que não tenho certeza, mas acho que sou a favor dos papagaios. Eles também parecem os papagaios de Telegraph Hill, em San Francisco. Acho que as obras de arte de Greenfort são afirmativas e experimentais em si mesmas, embora não fetichizem nem as relações de espécies, nem as histórias, nem as cidades. Quem pertence à cidade está sempre em jogo. Espécies companheiras urbanas são esperadas e inesperadas. Em muitas cidades, os falcões peregrinos se mudaram para arranha-céus e fazem a vida. As associações esperadas e inesperadas na vida urbana precisam de atenção. E eu penso no trabalho de Greenfort como focando em algum tipo de parentesco e ao mesmo tempo colocando em primeiro plano a falta de

familiaridade, uma espécie de estar e questionar essa parceria com, neste caso os papagaios, que provocam tanto amor quanto desconforto. Estamos em jogo uns com os outros, humanos e não humanos, nessas questões de pertencimento que nunca são resolutas. Essas questões surgiram em uma palestra a que participei ontem sobre macacos na Bali contemporânea e particularmente em ambientes urbanos. A palestra examinou as maneiras pelas quais as indústrias turísticas estão envolvidas na expansão de certos tipos de florestas e templos. Templos em Bali geram várias centenas de milhares de dólares por ano para a comunidade do templo. A palestra também examina os termos em que esses macacos de cauda longa podem ou não se expandir para uma área de floresta ou como/quem pertence onde no que é verdadeiramente um conjunto global de relações ecológicas, econômicas e biológicas. Estas são relações ecológicas, históricas e evolutivas de muito longo prazo, que no caso de Bali envolvem vários milhares de anos de mudanças nos padrões de interação macaco-macaco e humano-macaco. O que está acontecendo agora faz parte dessa história e é também bem diferente, por exemplo, com novos patógenos trazidos pelos turistas que se tornam parte da ecologia para todos, humanos e não humanos. As relações multiespécies que artistas como Greenfort colocam em primeiro plano, eu acho, são onde nosso melhor pensar e viver estão em jogo. Chamo isso de naturezasculturas só porque não sei mais o que dizer, é um substituto.

## Referências

- BECKER, Wolfgang. **Documenta 13**: a preview (2012). a preview (2012). 2012. Disponível em: <http://www.arterynyc.com/2012/03/documenta-13-a-preview>. Acesso em: 20 ago. 2012.
- DOLPHIJN, Rick; HARAWAY, Donna. Staying with the Trouble: interview with Donna Haraway. In: GEVERS, Ine (ed.). **Yes Naturally**: how art saves the world. Rotterdam: Nai010 Publishers, 2013. p. 108-115.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 7-41, 1995.
- HARAWAY, Donna. Situated Knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 575, 1988. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/3178066>.
- HARAWAY, Donna. **Quando as Espécies se Encontram**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- HARAWAY, Donna. **The Companion Species Manifesto: Dogs, People, and Significant Otherness**. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2003.
- HARAWAY, Donna Jeanne. **When species meet**. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2008.
- NICOLA. **Cross-Species Dining**: An Interview with Natalie Jeremijenko and Mihir Desai. 2020. Disponível em: <http://www.ediblegeography.com/cross-species-dining-an-interview-with-natalie-jeremijenko-and->. Acesso em: 20 ago. 2012.
- STENGERS, Isabelle. Relaying a War Machine? In: ALLIEZ, Eric; GOFFEY, Andrew (ed.). **The Guattari Effect**. Londres: Continuum, 2011. p. 134-155.

### **Rick Dolphijn**

É professor associado de Estudos de Mídia e Cultura, com interesse em pesquisa transdisciplinar em geral. Publicou amplamente sobre filosofia continental (Gilles Deleuze e Michel Serres) e artes contemporâneas. Ele estuda pós-humanismo, novo materialismo, cultura material (estudos alimentares) e ecologia.

Endereço profissional: Muntstraat 2-2A, Room T1.12, 3512 EV Utrecht, Netherlands.

*E-mail:* r.dolphijn@uu.nl

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2145-5579>

### **Caroline Spitzner (Tradutora)**

Mestranda no Programa de Antropologia Cultural: Transformação Sociocultural na Universidade de Utrecht (Holanda). A sua área de interesse reside na investigação de exposições de arte contemporânea, com ênfase em questões de (de)colonialidades, relações mais-que-humanas e experiências multisensoriais. Trabalha também como curadora assistente na fundação de arte Niet Normaal (Holanda), que foca na criação de exposições de grande escala sobre questões de tecnologia, poder e identidade.

Endereço profissional: Heidelberglaan 8, 3584 CS Utrecht, Netherlands.

*E-mail:* c.s.spitzner@students.uu.nl

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3976-086X>

### **Scott Correll Head (Revisor técnico)**

Graduando em Filosofia, Duke University (1989). Doutorado em Antropologia, University of Texas at Austin (2004). Professor de Antropologia na UFSC desde 2010. Interesses: Antropologia e performance; literatura, ficção científica, gestos, diáspora africana, capoeira angola.

Endereço profissional: Departamento de Antropologia, UFSC, R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, n. 240-432, Trindade, Florianópolis, SC. CEP: 88040-900

*E-mail:* head.sc@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0534-3753>

## **Como referenciar este artigo:**

DOLPHIJN, Rick; SPITZNER, Caroline; HEAD, Scott Correll. Ficando com o Problema – Entrevista com Donna Haraway. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e96024, p. 107-115, setembro de 2023.

SCOTT, Parry; LIRA, Luciana; MATOS, Silvana. (org.). **Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika**. Recife: Editora da UFPE, 2020.

Ana Claudia Knihis de Camargo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil

A coletânea “*Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika*”, organizada pelos antropólogos Parry Scott, Luciana Lira e Silvana Matos, foi publicada em 2020 pela editora da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Os três antropólogos fazem parte de uma equipe mais ampla, da qual vários dos autores da coletânea também são integrantes, que têm desenvolvido a pesquisa “*Etnografando cuidados e pensando políticas de saúde e gestão de serviços para mulheres e seus filhos com distúrbios neurológicos relacionados com Zika em Pernambuco, Brasil*”, esta coordenada por Parry Scott e vinculada ao grupo Família, Gênero e Sexualidade (FAGES), também da UFPE.

O livro veio ao mundo no mesmo ano em que o Sars-Cov-2 chegou oficialmente ao Brasil, mudando drasticamente a rotina de milhões de brasileiros. A leitura, entretanto, nos transporta a um outro período de emergência sanitária, nos idos de 2015, quando as notícias sobre a descoberta da relação entre o vírus Zika e o nascimento de milhares de crianças com microcefalia começaram a estampar os jornais. Tais matérias passaram a chamar atenção da sociedade civil para o que os cientistas e médicos da região já estavam, há alguns meses, percebendo em suas clínicas, ao subitamente notificar quatro, cinco vezes mais casos de microcefalia em recém-nascidos do que nos anos anteriores: havia um novo vírus na região e suas consequências reprodutivas ainda estavam sendo conhecidas.

Essa história narrada a respeito do Zika teve um cenário específico: a Grande Recife, capital de Pernambuco. Local central para o entendimento da epidemia, é justamente o Estado de Pernambuco que serve de base para as pesquisas feitas nos 11 trabalhos apresentados ao longo da coletânea. Os trabalhos dispostos no livro estão de acordo com a compreensão de que a epidemia do Zika nunca acabou para as famílias diretamente afetadas, ainda que seu fim tenha sido declarado pelas autoridades competentes. Dito isso, os artigos distribuídos nessas 264 páginas trazem a importante discussão que vai além do *que* tem se passado com os sujeitos diretamente afetados pela epidemia do Zika, mostrando nuances de *como* suas rotinas têm se desenrolado, a partir da imersão em suas práticas diárias em diversos âmbitos: escolar, financeiro, de transporte e mobilidade urbana, de cuidado, judicialização e acesso aos direitos, etc.

Recebido em: 1º/12/2022

Aceito em: 15/02/2023



Este trabalho está licenciado sob CC BY-NC-SA 4.0. Para visualizar uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Por meio de uma visão interdisciplinar, plural e diversa, a pessoa que lê entra em contato com várias formas de fazer pesquisa. A riqueza do trabalho certamente se dá em sua construção coletiva e no fato de que foi escrito por muitas mãos, gestado por muitas pessoas. Há um esforço para valorizar essa pluralidade de percepções de mundo, de trajetórias acadêmicas e de áreas de conhecimento que repercute em diferentes estilos de escrita e discussão, ampliando os horizontes do debate. Distanciando-se dos caminhos mais tradicionais de escrita e publicação nas Ciências Sociais (CS), em que, geralmente, os autores assinam sozinhos, nessa coletânea há muita coprodução. Há textos assinados por três, quatro pesquisadores, por exemplo, o que, novamente, é bastante raro nas CS.

Nessas coautorias, é possível ver como o projeto de escrita incluiu desde estudantes de graduação a pós-doutorandas e professoras. E aqui venho trazendo os pronomes no feminino, explicando que a maior parte das autoras são mulheres, em conformidade com o que Freitas e Fleischer (2021) perceberam em seu balanço bibliográfico sobre a produção científica do Zika no Brasil. Ademais, há diversas áreas de conhecimento contempladas no livro, que conta com pesquisadoras da Antropologia, mas também da Fisioterapia, da Medicina, da Saúde Pública, da Enfermagem e do Serviço Social.

Trazendo aspectos iniciais dessas “multiplicidades internas” que perfazem a Síndrome Congênita do Zika vírus (SCZV) e a epidemia do Zika como um todo, a apresentação do livro é assinada pelo professor Parry Scott, que traz um breve, mas potente, resumo do que os leitores vão encontrar ao longo dos próximos capítulos.

O Capítulo 1, “*Sendo prioridade entre prioridades: Fortalecimento mútuo e desentendimentos na articulação de cuidados entre casa, serviços e áreas de conhecimento*”, também é de sua autoria. Scott evidencia a articulação do que apresenta como três “domínios de cuidado” predominantes no contexto do Zika, o relacional, o de atendimento e o de conhecimento. Em cada um deles, há hierarquias e assimetrias próprias que se tornam mais claras a partir dos relatos apresentados que mesclam intra e interdomínio. A partir desses relatos, o autor dá exemplos de como isso se dá na prática: nas filas de espera que marcam a subordinação dos pacientes, nas compensações de comida e outras doações dadas por instituições e pesquisadores após o aceite de participação em pesquisas, ou no desgastante processo de comprovar pobreza para que as famílias tenham acesso a direitos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Relatos como esses certamente estão presentes na realidade das famílias cujo Capítulo 2 debruçou sua discussão. Em “*Vulnerabilidades e desproteção social das famílias com casos confirmados de Zika Vírus: os dados revelados através do Cadastro Único para Programas Sociais*”, é assinado por Barbosa, Reis e Silva e Samico. Os três autores revelam dados que ajudam os leitores a compreenderem como se dão as condições sociais das famílias de crianças nascidas com a SCZV. No texto, foram analisadas famílias associadas ao Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), o que, segundo os autores, compunha a realidade das famílias de 90% dos casos confirmados vivos. Quem são as famílias de crianças nascidas com a SCZV? O texto traz dados importantes para análise e desenvolvimento de pesquisas futuras, como o número de pessoas que habitam o mesmo domicílio, se há recebimento, ou não, do Bolsa Família e do BPC, número de filhos, perfil de autoidentificação racial e assim em diante. São números importantes para situar a dimensão das narrativas apresentadas em outros capítulos.

O terceiro capítulo, *“Uma boa mãe de micro – Uma análise da figura da boa mãe presente no contexto da Síndrome Congênita do Zika vírus”*, é de autoria de Lustosa. Nele, a autora primeiramente apresenta uma revisão bibliográfica dos estudos feministas de maternidade desde os anos de 1970, para, então, discutir a intensidade do trabalho dessas mulheres cuidadoras e a moralidade imbricada no que é considerado um “bom” desempenho do papel materno. A autora demonstra como as diversas subjetividades das mulheres nesse contexto são reduzidas ao papel de “mãe”, em razão de uma ampla violência de gênero que é direcionada a essas cuidadoras em diversos momentos de suas vivências.

O quarto capítulo propõe uma discussão metodológica. O texto *“Acompanhamento de crianças com síndrome congênita associada à infecção do Vírus Zika (SCZ) e suas redes sócio familiares: uma narrativa de uma pesquisa-intervenção”*, escrito por quatro autores, trata da condução e da análise da pesquisa que a equipe desenvolveu. Em consonância com a proposta da própria coletânea, a pesquisa desenvolvida aqui teve caráter pedagógico e interventivo, a partir de uma interdisciplinaridade na composição de seus integrantes e de uma proposta de pesquisa-ação de cunho assistencial.

O quinto capítulo, *“A descoberta: o alerta para a microcefalia e outros sinais e sintomas associados à SCZV e a reorganização da rede de serviços de saúde em Pernambuco”*, escrito por Souza, Coelho e Júnior, nos leva ao início da epidemia, quando as notícias do Zika começaram a ganhar destaque no país. O estudo teve como base entrevistas aplicadas a profissionais de saúde, pesquisadores, gestores e cuidadores e suas narrativas acerca dos momentos iniciais. Recife foi considerada pelos autores “um grande laboratório de aprendizado mútuo”, por conta do drástico interesse e investimento científico no local que resultou em grandes parcerias e colaborações, colocando em cena instituições privadas, filantrópicas, laboratórios, Ministério da Saúde e organizações, como a Pan Americana de Saúde e a Organização Mundial de Saúde. Os autores alertam para diversos problemas que se iniciaram nos primeiros anos da pandemia e se mantiveram, como o silenciamento da mídia, a falta de capacitação de diversos profissionais da saúde e os serviços pouco equipados, que revelavam um quadro de falta de planejamento a má condução da epidemia no país, colocando as famílias em uma situação de ainda mais vulnerabilidade.

Nessa toada, o sexto capítulo, *“Como fatos científicos (não) se tornam fatos sociais: uma pesquisa sobre a participação da Fiocruz no combate à epidemia do VZ no Brasil”*, escrito por Brito, também mantém a ciência como objeto central na discussão desenvolvida. O autor utiliza uma bibliografia da Antropologia da Ciência para se debruçar sobre as instituições “produtoras de verdades científicas”, realizando seu campo em um laboratório de entomologia da capital pernambucana. Focando na rotina de laboratório em que está inserida sua interlocutora principal, o autor vai destrinchando as relações entre a delicada produção de verdades e fatos científicos em paralelo à visão das CS acerca do fato social.

O sétimo capítulo, *“Itinerário terapêutico da SCZV em uma regional de saúde do estado de Pernambuco”*, escrito por Bulhões e Dias, mostra uma visão privilegiada de uma profissional que trabalha em uma instituição de saúde em um município do interior como equipe de apoio e de contenção às arboviroses. As autoras observam, com dados de entrevistas e pesquisa etnográfica, como há lacunas múltiplas na rotina dessas famílias, que contam

com serviços de saúde desestruturados e desigualdades que vulnerabilizam o emocional dessas mães.

No oitavo capítulo, *“Vidas em trânsito: deslocamentos no contexto da SCZV”*, Canuto e Silva discutem a importante questão da mobilidade e das idas e vindas diárias da díade cuidadora e criança, focando nas que residem em municípios periféricos ou periurbanos, afastadas dos espaços de tratamento, reabilitação e atendimento. As autoras apresentam uma mãe de 34 anos e suas estratégias para lidar com o cansaço e as rotas diárias rumo à capital. A perspectiva de movimento é trazida pela leitura de Ingold (2015), compreendida como noção que vai além da simples chegada a determinado local, levando em conta todas as possibilidades, criadas e recriadas, durante o ato. As autoras caracterizam a rotina dessa mãe como uma “condição de peregrinação” em um texto que vale a pena ser lido.

O nono capítulo, *“Inclusão de crianças com SCZV nas creches do município de Recife, Brasil”*, é de autoria de Netto, Santos, Ferraz e Wiesiolek. O tema das creches e da escolarização de crianças com a SCZV merece muita atenção, visto que ainda há pouca produção científica detalhando como tem sido o processo de inclusão dessas crianças nas instituições escolares. Os autores identificaram que, durante o ano letivo de 2018, somente 11 crianças com SCZV foram matriculadas na rede pública, número que chama ainda mais atenção quando se considera que esse é o estado com maior número de crianças nascidas com a síndrome. Ou seja, há uma falha no processo de inclusão na fase escolar desde o momento da matrícula. Os autores discutem os desafios para os professores e fazem um balanço das relações maternas com as creches, mostrando uma importante amplitude de perspectivas.

A temática continua presente no décimo capítulo, *“Zika nas escolas: o compartilhamento de resultados de pesquisas como estratégia de prevenção no enfrentamento da epidemia do Zika vírus”*, de Saraiva e Silva. As autoras apresentam dados que demonstram que, mesmo após quatro anos da identificação do VZ, ainda há um baixo grau de compartilhamento de informações científicas sobre seus sintomas, formas de transmissão e consequências. Assim, as autoras relembram a importância do ensino e extensão para a divulgação científica e a pertinência da Antropologia na mediação do diálogo científico com as escolas e salas de aula, compartilhando impressões e experiências do projeto que participaram com o intuito de levar essas informações a três diferentes escolas públicas.

O Capítulo 11, *“Zika, Chikungunya, Ventos e Encantados entre os Pankararu de Pernambuco”*, de Veras e Athias, se debruça sobre o entendimento do Zika e Chikungunya entre os Pankararu, grupo indígena que reside no sertão pernambucano. Os autores apresentam alguns pontos da cosmologia Pankararu ao tratar dos Encantados, que, junto a outras figuras importantes para a comunidade, demonstram um intenso sincretismo religioso. As formas de transmissão do Zika são questionadas, avaliadas e ponderadas pelos interlocutores, havendo um consenso geral na comunidade de que a principal forma de transmissão se dá pelo vento. Os autores também discutem como os sintomas frequentemente são tratados por Pajés e Rezadeiras: a espiritualidade é central para a compreensão do Zika nesse meio.

As distintas temáticas brevemente apresentadas neste texto mostram como o livro é plural em seus olhares, como toda boa coletânea o é. Os diferentes capítulos discutem temas urgentes dentro do campo da epidemia com uma importante base em comum: as

lentes das CS são levadas em conta ao colocar as práticas sociais da epidemia no centro da discussão. Como um todo, é possível perceber o esforço dos autores em evidenciar as estratégias locais traçadas pelos sujeitos que convivem, no presente, com a epidemia do Zika em suas vidas. A articulação de muitos olhares, diferentes campos de conhecimento e vários autores colocando “a mão na massa” foi uma demonstração bem palpável de como, de fato, a capital pernambucana tornou-se “um grande laboratório de aprendizado mútuo”. Vale lembrar que o acesso ao *e-book* em PDF está disponível gratuitamente no próprio *site* da editora. Acredito que seja uma devolutiva muito oportuna às interlocutoras, como mães, gestoras, cientistas, alunas e pesquisadoras da área.

Como trazido no início deste texto, os trabalhos da coletânea tratam de um período pré-pandêmico. Nesse sentido, é também uma contribuição para pesquisadoras que têm se debruçado sobre os impactos da Covid-19 para populações diversas, afinal, estudos sobre epidemias fornecem caminhos para entender as estratégias locais traçadas na lida com o que se entende por uma emergência sanitária. De qualquer forma, ainda há muito o que se compreender sobre a epidemia do Zika. Há urgência em se debater, por exemplo, as consequências de políticas centrais como a sanção da lei que dá pensão vitalícia às crianças nascidas com a síndrome em detrimento do BPC, em 2020, assim como a tramitação do “rol taxativo”.

Por fim, não poderia deixar de fora a lembrança da bela arte que estampa a capa, produzida por Rodrigo Victor, composta do desenho de uma mulher segurando um bebê ao estilo de folheto de cordel. A arte foi uma adaptação do cordel produzido pelo poeta Cleydson Monteiro, que, em breves versos, faz um caprichado (e urgente) lembrete, apropriado para resumir o que vimos até aqui:

O que hoje se espera  
De um governo do povo,  
É um tratamento novo  
Para quem se recupera,  
E luta como uma fera  
Por sua boa semente  
São filhos, não indigentes  
De uma terra que esmaga  
O Aedes é a praga  
Que assusta muita gente.  
(MONTEIRO, 2019)

## Agradecimentos

Agradeço à Rede Antropo-Covid, Fapesc, Sônia Maluf e ao Gabriel Cantu pela generosidade de suas leituras atentas que enriqueceram o texto.

## Referências

FREITAS, G.; FLEISCHER, S. A epidemia do vírus Zika nas Ciências Sociais no Brasil: Um balanço bibliográfico (2016-2018). **Revista TOMO**, Sergipe, n. 38, p. 309-338, jan. 2021.

INGOLD, T. **Estar vivo**: ensaio sobre movimento, conhecimento e descrição. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia).

SCOTT, Parry; LIRA, Luciana; MATOS, Silvana (org.). **Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika**. Recife: UFPE, 2020. Disponível em: <https://editora.ufpe.br/books/catalog/book/88>. Acesso em: 29 ago. 2023.

### Ana Claudia Knihs de Camargo

Mestre em Antropologia pelo PPGAS/UFSC, graduada pela Universidade de Brasília.

Endereço profissional: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC. CEP: 88040-900.

*E-mail*: [anaclaudiadecamargo@hotmail.com](mailto:anaclaudiadecamargo@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5264-3655>

## Como referenciar esta resenha:

CAMARGO, Ana Claudia Knihs de. Resenha da obra: Práticas sociais no epicentro da epidemia do Zika. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 25, n. 3, e92010, p. 116-121, setembro de 2023.